

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

PAULO HENRIQUE APOLINÁRIO

**Deslocamentos e(m) discurso:  
uma análise material do político e do jornalístico em Ribeirão Preto**

Ribeirão Preto -SP

2022

PAULO HENRIQUE APOLINÁRIO

**Deslocamentos e(m) discurso:  
uma análise material do político e do jornalístico em Ribeirão Preto**

**Versão original**

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Área de concentração: Psicologia

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lucília Maria Abrahão e Sousa

Ribeirão Preto - SP

2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Apolinário, Paulo Henrique

Deslocamentos e(m) discurso: uma análise material do político e do jornalístico em Ribeirão Preto, 2022.

115 p.: il. ; 30 cm

Dissertação de Mestrado, apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Ribeirão Preto/USP. Área de concentração: Psicologia.

Orientadora: Lucília Maria Abrahão e Sousa.

1. Análise do Discurso. 2. Jornalismo. 3. Política. 4. Assessoria de imprensa.

Nome: APOLINÁRIO, Paulo Henrique

Título: Deslocamentos e(m) discurso: uma análise material do político  
e do jornalístico em Ribeirão Preto

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Aprovado em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

**Banca examinadora**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lucília Maria Abrahão e Sousa

**Instituição:** FFCLRP-USP

**Julgamento:** \_\_\_\_\_

**Assinatura:** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**Instituição:** \_\_\_\_\_

**Julgamento:** \_\_\_\_\_

**Assinatura:** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**Instituição:** \_\_\_\_\_

**Julgamento:** \_\_\_\_\_

**Assinatura:** \_\_\_\_\_

## **AGRADECIMENTOS**

À Universidade de São Paulo (USP), que me proporcionou a oportunidade e o suporte necessário para a realização desta pesquisa.

Ao E-I@dis e todos os seus integrantes que passaram e ainda fazem parte dessa equipe maravilhosa. Sem dúvida, um dos ambientes acadêmicos de maior troca e empatia que eu pude integrar.

Aos mestres com carinho. Não poderia deixar de agradecer aos professores da Universidade de Ribeirão Preto (Unaerp) que me acompanharam durante minha graduação e após ela. Em especial, João Flávio de Almeida e Rafael Reis.

E, por fim, à professora Lucília. Minha gratidão por tantas idas e vindas. Por me acolher, ter paciência e o carinho em um momento tão turbulento.

*“A frase jornalística tem de estar construída de tal forma que não só se entenda bem, mas que não se possa entender de outra forma”*

**(Iñigo Dominguez)**

## RESUMO

APOLINÁRIO, P.H. **Deslocamentos e(m) discurso**: uma análise material do político e do jornalístico em Ribeirão Preto. 2022. 115 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2022.

A análise da política passa pela análise do poder midiático e a recíproca é verdadeira. O que propomos neste trabalho foi um passo além no debate acerca do midiático e do político, observando o ponto que é entendido como uma “intersecção” dessas duas áreas: a comunicação pública dos sujeitos político-institucionais do poder. Empenhamos uma análise dos textos jornalísticos, redigidos pelas assessorias de imprensa e canais oficiais de comunicação em Ribeirão Preto, publicados entre 2005 e 2020. Nossa análise foi feita com base na Análise de Discurso de matriz francesa, com foco em uma investigação materialista do discurso. A análise defendeu e comprovou duas teses que nortearam esta pesquisa: a) A comunicação pública em Ribeirão Preto utiliza as práticas e a forma-jornalismo em seus enunciados para legitimar práticas políticas; b) Ao trabalharem juntos, jornalismo e política deslocam seus dizeres, desvirtuam seus fundamentos e se aproximam da linguagem publicitária.

**Palavras-chave:** Discurso. Jornalismo. Política.

## ABSTRATC

APOLINÁRIO, P.H. **Displacements and (in) discourse**: a material analysis of the political and the journalistic in Ribeirão Preto. 2022. 115 f. Dissertation (Master) - Faculty of Philosophy, Sciences and Letters of Ribeirão Preto, University of São Paulo, Ribeirão Preto, 2022.

An analysis of politics goes through the analysis of the power of the media and the converse is true. What, in addition, I work was a debate not about the mediatic of the political, observing the point that is understood as an "intersection" of these two areas: the public communication of the political-institutional subjects of power. We undertook an analysis of journalistic texts, written by press offices and official communication channels in Ribeirão Preto, published between 2005 and 2020. Our analysis was based on the French Discourse Analysis, focusing on a materialist indication of the discourse. An analysis defended and proved two theses that guide this research: a) Public communication in Ribeirão Preto uses as practices and a form-journalism in its statements to legitimize political practices; b) When working together, journalism and politics displace their sayings, distort their foundations and approach the advertising language

**Keywords:** Discourse. Journalism. Policy.



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO: O PÊNDULO DA ANÁLISE DO DISCURSO .....</b>	<b>9</b>
<b>2 A MATERIALIDADE DO DISCURSO EM MOVIMENTO .....</b>	<b>12</b>
<b>3 METODOLOGIA, <i>CORPUS</i> E LIMITES .....</b>	<b>29</b>
3.1 Limites e implicações .....	35
<b>4 DIZERES POLÍTICOS: PRÁTICAS E ESTRUTURA .....</b>	<b>37</b>
<b>5 FORMA-JORNALISMO: PRÁTICAS E DISCURSOS .....</b>	<b>44</b>
<b>6 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO: DOS CORONÉIS AOS LOCUTORES .....</b>	<b>57</b>
6.1 Darcy Vera .....	67
6.2 Welson Gasparini .....	73
6.3 Maurílio Romano .....	78
6.4 Jean Corauci .....	81
<b>7 GESTOS DE LEITURA: JORNALISMO + POLÍTICA = PUBLICIDADE.....</b>	<b>85</b>
7.1 Comunicação pública: intersecções discursivas .....	85
7.2 O <i>corpus</i> na Língua de Vento .....	90
<b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS: DESLOCAMENTO E(M) PRÁTICA.....</b>	<b>99</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>106</b>

## 1 INTRODUÇÃO: O PÊNULO DA ANÁLISE DO DISCURSO

Política e jornalismo são temas que caminharam juntos ao longo da história. Analisar a política sem refletir sobre o poder midiático deixaria uma lacuna aberta. Bem como, discutir o poder da mídia sem destacar as investidas do meio político, tornaria a pesquisa ingênua. O que propomos neste trabalho é dar mais um passo no debate acerca do midiático e do político, observando o ponto que é entendido como uma “intersecção” dessas duas áreas: a comunicação pública dos sujeitos político-institucionais do poder. Por exemplo, as assessoriais de comunicação do poder Legislativo e Executivo. O passo além que daremos aqui é o de que, se observado de forma mais criteriosa, a comunicação pública não é apenas um discurso político com linguagem jornalística, há um deslocamento de sentidos e das funções desses dizeres no sentido da linguagem publicitária. Para realizarmos essa análise criteriosa e comprovarmos essa afirmação, lançaremos mão da Análise de Discurso de matriz francesa. Em especial, seguindo a linha teórica proposta por Michel Pêcheux, principal expoente dessa teoria.

A linha teórica proposta por Pêcheux é fundamental para a nossa análise porque institui o discurso como objeto teórico pelo qual é possível explicar a relação da língua com a história. A Análise de Discurso se difere de uma análise gramatical ou de conteúdo, pois não busca o significado linear de um texto, mas a maneira como ele significa de forma não estanque (ORLANDI, 2009). Para tanto, a vertente materialista da Análise de Discurso se baseia na relação do discurso, da língua e da história. Tal embasamento teórico é indispensável para a análise dos dados reunidos para esta pesquisa, uma vez que nossa pesquisa adentra em uma análise material dos modos de produção da política e do jornalismo em Ribeirão Preto, detalhando de que forma os discursos dominantes se formaram e a quais interesses eles servem. Esse percurso cria uma base sólida para debatermos, adiante, o deslocamento dos sentidos. Para tanto, faremos uma análise dos textos jornalísticos (publicados pelas assessorias de imprensa e canais oficiais de comunicação) publicados entre 2005 e 2020, que contenham citações diretas e indiretas dos sujeitos político-institucionais a seguir: Darcy Vera, Welson Gasparini, Jean Corauci e Maurílio Romano.

O fato de serem sujeitos político-institucionais do Estado, vereadores, deputados e prefeitos, mas também jornalistas não influencia diretamente na produção dos textos sobre eles porque, em sua maioria, as notas, notícias e textos veiculados nos canais oficiais são produzidas por uma assessoria de imprensa especializada. Todavia, o fato de terem ligação com o jornalismo é mais um ponto que corrobora com a tese desta pesquisa de que a política e o jornalismo caminharam juntos ao longo da história de Ribeirão Preto.

Nosso percurso analítico será dividido em sete partes, as quais resumiremos nesta introdução. No segundo capítulo, “A materialidade do discurso em movimento”, explicaremos as bases teóricas que sustentam a Análise de Discurso. Falaremos sobre a linguística de Ferdinand de Saussure; a leitura de Lacan sobre a psicanálise; e o materialismo histórico de Marx. Este último, despenderemos mais tempo, já que um dos pilares deste trabalho é promover um batimento entre a descrição e a interpretação de discursos nas suas respectivas condições de produção. Exibiremos um trajeto semelhante ao que inspirou Pêcheux (2014b), começando por Marx, depois para a leitura feita da teoria marxista por Louis Althusser (1970) e, por fim, indicar como ela serviu como base para a estruturação da teoria materialista da linguagem de Pêcheux.

No capítulo 3, “Metodologia, *corpus* e limites”, apresentaremos a metodologia utilizada na seleção dos textos e dos excertos a serem analisados. Após essa introdução, nos aprofundaremos nas discussões pertinentes ao *corpus* e método específico para a Análise de Discurso. Essa metodologia respeita critérios específicos para a seleção e o tratamento desses dados, entendendo que não é necessária uma análise exaustiva de todo o material bruto - já que essa análise sempre levaria a outra e assim sucessivamente -, desde que se sigam critérios teóricos específicos. No capítulo 4, denominado “Dizeres políticos: práticas e estrutura”, começaremos a definir os termos utilizados. Para “política”, lançaremos mão de uma definição que discursivamente mais se adapta aos nossos objetivos de pesquisa. Nesse capítulo discorreremos sobre a noção de política e Estado em Marx, que fornece a base materialista para nossa análise discursiva. Em seguida, faremos uma distinção entre a prática política cotidiana e a Política que permeia todas as relações humanas, dá forma e mantém o funcionamento do Estado. Por fim, observaremos algumas estratégias discursivas utilizadas pelos sujeitos políticos de Estado para a manutenção do Estado enquanto um mantenedor das classes dominantes.

Seguindo a nossa conceituação, no capítulo 5, “Forma-jornalismo: práticas e discursos”, apresentaremos as características da “forma-jornalismo”, seus efeitos de sentido, condições de produção e formação. Ainda nessa seção, fazemos uma ponderação a respeito da impossibilidade teórica de se apontar um “discurso jornalístico” único, uma vez que ele se configura a partir de uma amalgama de outros discursos. Entendemos o jornalismo como um lugar por onde passam discursos e dizeres. Ao invés de caracterizarmos o discurso jornalístico como uma unidade cristalizada, iremos analisá-lo como prática discursiva (MARIANI, 1999). São práticas que se compõe por modos de se fazer, ritos e modos de se comunicar. A junção dessas práticas cria uma forma-jornalismo. No capítulo 6, “Condições de produção: dos locutores aos coronéis”, iremos especificar as condições de produção da forma-jornalismo e das

práticas políticas, com enfoque na cidade em Ribeirão Preto. Iremos percorrer a evolução do jornalismo local e de sua relação íntima com a política e o poder econômico. Mostraremos como essas práticas estão incrustadas na política ribeirão-pretana desde o século XIX. Em um segundo momento, comentaremos a respeito de alguns aspectos dos sujeitos (re)produtores dos discursos que serão analisados nesta pesquisa

No capítulo 7, “Gestos de leitura: jornalismo + política = publicidade”, colocaremos em prática a nossa análise dos textos selecionados com base em toda a teoria discutida até esse momento. Para tanto, faremos uma introdução a respeito da criação e propósitos dos canais oficiais de comunicação da Câmara Municipal e da Prefeitura de Ribeirão Preto. A seguir, observaremos como a comunicação pública transforma direitos essenciais em mercadorias e conta com a égide da prática discursiva jornalística, empregado por suas assessorias, como ferramenta principal de mascaramento das suas condições materiais de produção. Ainda nesse capítulo, defenderemos a tese de que ao trabalharem juntos, jornalismo e política deslocam seus dizeres, desvirtuam seus fundamentos e se aproximam da linguagem publicitária. Para tanto, utilizaremos o conceito da “Língua de Vento” (BRAGA, 2012), para descrever o discurso publicitário.

Por fim, nas considerações, faremos um balanço de toda a teoria e análise apresentada neste trabalho com o objetivo de defender as duas teses centrais desta pesquisa: a) A comunicação pública em Ribeirão Preto utiliza as práticas e a forma-jornalismo em seus enunciados para legitimar práticas políticas? b) Ao trabalharem juntos, jornalismo e política deslocam seus dizeres, desvirtuam seus fundamentos e se aproximam da linguagem publicitária?

Assim como a Análise de Discurso propõe um trabalho “pendular” do analista, oscilando entre a teoria e o material analisado, esta pesquisa também faz um movimento parecido com a vivência profissional e acadêmica deste pesquisador, tal qual proposto por Verli Petri (2013). Desde o início, nosso interesse era pesquisar algo que estivesse materialmente ligado a nossa vivência profissional no jornalismo, em especial na cobertura política. O encontro e a incessante troca de conhecimentos com toda a equipe do Laboratório Discursivo (E-1@dis) da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FFCLRP-USP) deu um direcionamento teórico a nossa inquietude com os dizeres políticos e midiáticos. Portanto, há um duplo movimento pendular nesta pesquisa. Da teoria materialista do discurso aos textos selecionados dos sujeitos políticos institucionais de Ribeirão Preto e da vivência com todo o arcabouço teórico da análise do discurso francesa.

## 2 A MATERIALIDADE DO DISCURSO EM MOVIMENTO

Esta pesquisa toma como base a Análise de Discurso de matriz francesa, principalmente, os trabalhos de Michel Pêcheux. Essa área do conhecimento observa o sujeito enquanto (re)produtor de discursos. Instituído, assim, o discurso como objeto teórico pelo qual é possível explicar a relação da língua com a história, sendo uma das formas mais efetivas de se explicar o funcionamento do sentido (SARGENTINI; SILVA, 2005). A Análise de Discurso se difere de uma análise gramatical ou de conteúdo, pois não busca o significado linear de um texto, mas a maneira como ele significa de forma não estanque (ORLANDI, 2009).

A linguista francesa Denise Maldidier (2003) descreve o discurso, na teoria pecheutiana, como um “grande nó”. Um local teórico no qual se entrelaçam todas as grandes questões sobre a língua, a história e o sujeito. Essa definição é um ponto de partida ideal para explicarmos o que é a Análise de Discurso conforme sistematizada por Michel Pêcheux, principal pensador e expoente desse tema. A Análise de Discurso (doravante chamada de AD) possui três filiações teóricas (ORLANDI, 2012): a Linguística, o Materialismo Histórico e a Psicanálise (MALUF-SOUZA, 2014). Ou seja, entendemos a AD como um “campo de entremeio em que se funda um referencial teórico metodológico que considera a língua e o sujeito atravessados pela instância da ideologia e do inconsciente” (NOVA CRUZ; SOUSA, 2011, p. 34).

Ao observar o *corpus*, entendemos que o viés de uma análise materialista do discurso fornece as melhores ferramentas para que este trabalho avance. Isso, porque a teoria marxista é de base econômica cujo modo de produção pauta os sujeitos e a sociedade. Ademais, o materialismo histórico se choca com o pensamento econômico clássico no qual as leis da economia tinham validade universal porque, para Marx, cada sistema econômico tem as suas próprias leis, quando mudam essas relações, muda o sistema econômico (MARX, 2021). O que será possível observar com mais atenção no capítulo seis “Condições de produção: dos coronéis aos locutores”, é que a história da imprensa e da política ribeirão-pretana é fortemente pautada pelo modo de produção dominante na cidade. Primeiro os barões do café, depois os bacharéis (muitos eram filhos dos primeiros barões) e mais tarde o *agrobusiness* dominaram o debate midiático e político no sentido literal da palavra; eram donos de jornais ou eram os próprios políticos, isso quando não exerciam as duas funções ao mesmo tempo. Poderiam dizer que há uma alternância no poder, passando de barões, advogados, médicos, jornalistas e usineiros. Contudo, nossa pesquisa irá mostrar que esse movimento nas classes dominantes ainda faz parte do jogo ideológico, não há uma alternância, mas algo próximo de uma herança. As condições

materiais de produção podem até ter mudado, mas o poder segue centrado nos mesmos grupos que o exercem de modos diferentes.

Ainda neste capítulo exibiremos um trajeto semelhante ao que inspirou Pêcheux (2014b). Começaremos por Marx, depois passaremos para a leitura feita da teoria marxista por Louis Althusser para, por fim, indicar como ela serviu de base para a estruturação da teoria materialista da linguagem de Pêcheux. Todavia, para que expor o nosso referencial teórico de maneira clara, precisamos apresentar também as questões relacionadas à linguística e à psicanálise.

Adiante, cada um desses tópicos será abordado de forma mais detalhada. Por ora, cabe uma contextualização a respeito deles. Pêcheux (2014b) faz um percurso histórico/analítico da linguística, da lógica e da filosofia da linguagem e debate a herança deixada pelo modelo estruturalista vigente. Se a língua é passível de equívocos, deslocamentos mal-entendidos, é porque a linguagem é algo que a escapa. Algo que a lógica de uma estrutura fechada, de uma língua “natural e perfeita” que espera dar conta de toda a realidade, não consegue controlar.

A partir das contribuições de Ferdinand de Saussure, Pêcheux (2014b) expande esse campo. Imbricado com a língua, o autor irá introduzir o marxismo por meio da leitura feita por Louis Althusser. Pêcheux (2014b) irá se debruçar sobre as noções de ideologia e do materialismo histórico em especial entendendo o ideológico como uma representação imaginária, subordinado a condições de produção dadas. Considerando o discurso a materialidade da ideologia uma vez que, segundo Althusser a ideologia reside apenas no campo das ideias, a “ideologia não tem história” (ALTHUSSER, 1970, p. 73). Pêcheux irá propor que a língua é o caráter material do discurso. Um fio que percorre todo esse processo é o sujeito. Althusser irá falar no processo de “assujeitamento”, na qual um indivíduo é interpelado pela ideologia e se torna sujeito sob um discurso dominante. Amarrando essa trama, o sujeito lacaniano irá dar o estofamento necessário para assegurar como é indispensável a concepção de sujeito nos processos de significação.

Abordaremos, as principais ferramentas fornecidas pela AD que serão utilizadas. Dentre as três filiações citadas, a Linguística pode ser apresentada pela noção da não transparência da linguagem. Essa afirmação é primordial para a AD, pois mostra que a relação entre linguagem-pensamento-mundo não é tão evidente quanto aparenta ser. “Não é uma relação direta que se faz termo-a-termo” (ORLANDI, 2012, p. 19). Pêcheux (2014b) estabelece que o sentido de uma expressão, palavra ou preposição não é fechado em si mesmo.

[...] (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo

sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas) (PÊCHEUX, 2014b, p. 146).

No livro *Semântica e Discurso*, publicado em 1975, Pêcheux mostrará o percurso partindo da semântica saussuriana para uma “semântica discursiva”. Pêcheux observa que o sentido - o objeto de estudo da semântica - não deriva unicamente de uma abordagem linguística, de uma ciência da língua. O que une as significações de um texto às condições sócio-históricas é um ponto central no estudo do sentido (MALDIDIDER, 2003). A partir da abordagem clássica da linguística, Pêcheux (2014b) então propõe uma semântica que seja uma análise científica dos processos de uma Formação Discursiva que dê conta da articulação entre o processo de produção de um discurso e as condições em que ele é produzido (PÊCHEUX, 1975). Antes de avançarmos essa discussão, porém, é importante apresentarmos noção de Ferdinand de Saussure sobre a língua.

Publicado em 1916, mais de meio século antes do *Semântica e Discurso* de Pêcheux, o livro “Curso de Linguística Geral”, de Saussure, explica como a língua é a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo. Sendo a língua exterior ao indivíduo, este, por sua vez, não pode criá-la nem modificá-la livremente. Ela existe em virtude de uma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade. O que deixa ainda mais evidente, que uma expressão ou palavra, *de per se*, não possui um significado estanque. A língua, portanto, é um sistema de signos que exprimem ideias e é comparável, por isso, à escrita, ao alfabeto dos surdos-mudos, aos ritos simbólicos, aos sinais militares, entre outros. Sendo a língua o principal desses sistemas (SAUSSURE, 2006). Por signo, entendemos a “combinação do conceito e da imagem acústica” (SAUSSURE, p. 81, 2006), no qual o conceito que aquele signo exprime é chamado de significado e a sua imagem acústica, de significante. Ou seja, esse signo passa a carregar um significado possível desde que observada as diferenças de significação e de sons em relação à outras palavras (NORMAND, 2009). É aí que reside o valor de um signo linguístico, ele não significa, mas sim, vale em relação aos outros signos no sistema, ou seja, um signo tem valor. Todavia, cabe um esclarecimento importante a respeito do Curso de Linguística Geral, a obra se trata de uma organização de notas feitas por alunos das aulas de Saussure, sendo publicada por colegas de departamento da Universidade de Genebra, portanto, uma obra póstuma.

Saussure acrescenta ainda que a que a língua não constitui uma simples função do falante. É por meio da linguagem que o sujeito pode expressar algo que para ele é consciente, mas que, sem perceber, traz elementos que estão no inconsciente (SANTOS, 2012). E, da mesma forma, a própria estrutura do inconsciente funciona a partir de elementos da linguagem

(NÓBREGA, 2002). Sendo que o inconsciente se encontra “apenas nas palavras e é nas palavras enunciadas pelo sujeito que ele pode ser escutado” (JORGE, p. 80, 2008). Em síntese, apresentamos até aqui que a língua é como um composto formado por signos. Esses signos, por sua vez, são estruturados por um significante e um significado. Os signos só significam em oposição aos outros, ou melhor, só tem valor em relação e oposição aos demais signos do sistema.

Para aprofundar a questão do sentido - e direcionar a análise para a concepção que a AD faz dessa questão - será necessário problematizar a noção de sujeito, tal qual proposta por Lacan a partir da leitura freudiana e muito utilizada na AD. Com a descoberta do inconsciente por Freud, o conceito de sujeito sofre uma alteração radical. Com base na leitura freudiana, Lacan recorre à linguística de Saussure e Jakobson (PÊCHEUX, 2014b). O que o autor pretende, é descrever com mais precisão o inconsciente, muitas vezes tomado como uma entidade misteriosa.

Se para Saussure o sentido advém do valor dos signos em oposição aos outros no sistema, “para Lacan, trata-se no advento do sentido, da inclusão do sujeito representado entre significantes” (JORGE, 2008, p. 80). Nessa perspectiva, o foco recai sobre o que o sujeito fala, deixando em um segundo plano o que ele “quer dizer”, ou seja, há uma primazia do significante sobre o significado. Desse modo, há uma hierarquia que coloca o significante acima do significado, algo “impensável em Saussure” (NOBREGA, 2002, p. 228), que via o significado e significante como dois lados de uma mesma folha de papel. Essa abolição do significado do inconsciente se dá porque o real não é apreensível e, por isso, é impossível de ser simbolizado, “isto é, o não-senso radical, o que não tem nenhum sentido -, o imaginário o oposto do real, ele é da ordem do sentido” (JORGE, 2008, p. 83). Portanto, o simbólico ocupa no sujeito o lugar de falta do real no seu imaginário.

Como exposto, a linguagem evoca um real através de um substituto simbólico, de forma que seu funcionamento consiste em “representar a presença de um real às custas da ausência desse real como tal” (DOR, 1989, p. 106). Nesse sentido, temos também a presença dos pronomes (DOR, 1989), cuja função é a representação simbólica do sujeito no discurso. O “eu”, “tu”, “você”, etc. O que coloca o sujeito sempre em uma condição de um ser eclipsado, dividido. Ele só é sujeito quando fala e faz emergir o seu inconsciente. Não somente o sujeito não é causa da linguagem, mas é causado por ela. O que quer dizer que o sujeito que advém pela linguagem só se insere nela como um efeito; um efeito de linguagem que o faz existir para logo a seguir eclipsá-lo na autenticidade de seu ser.



Ademais, pelo menos em um primeiro momento de emergência desse campo com forte filiação ao materialismo histórico, a AD entende o discurso como uma materialização da ideologia resultante dos modos de produção de uma sociedade dada. Sobre essa intersecção entre o sujeito lacaniano e o materialismo histórico, Pêcheux irá afirmar que o “recalque inconsciente e o assujeitamento ideológico estão materialmente ligados” (PÊCHEUX, 2014b, p. 124).

Essas colocações reforçam a noção de que os “três pilares” da AD não são estruturas monolíticas, mas grandes áreas com fronteiras indefinidas, que provocam deslizamentos e conferem à AD um lugar próprio. Para comprovar tal afirmação, devemos explorar a concepção do discurso como uma teoria materialista da linguagem. O caráter materialista da AD, como já adiantamos, será uma das teses basilares desta dissertação. Pêcheux (2014b) aponta que há algo a mais além de uma relação direta entre significante e significado. Há o que o autor chama de caráter material do sentido, que consiste na dependência constitutiva com o “todo complexo das formações ideológicas” (PÊCHEUX, 2014b, p. 146). Ele entende que existe um real que opera de forma independente e fora do pensamento. Porém, o pensamento depende, necessariamente desse real. Há um real da língua e um real da história. A língua existe/funciona como uma base comum na qual se desenvolvem os processos discursivos e não enquanto puro pensamento, de modo idealista. Há uma indiferença do sistema linguístico às classes, mas a retórica não se confirma, assim como o exemplo que acabamos de apresentar sobre o pensamento que depende do real (PECHEUX, 2014b.).

O mesmo vale para o real da história e sua capacidade de moldar o pensamento e as condições de existência/reprodução. Ou seja, o modo de produção é que condiciona o processo da vida social, política, econômica e até espiritual: “Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, inversamente, o seu ser social que determina a sua consciência” (MARX, 2007, p. 1). Seria necessário, portanto, a estruturação de uma teoria que desse conta de explicar o caráter material/real dos discursos, indicando para uma teoria materialista dos processos discursivos. E é por essa via que a AD se entrelaça com o materialismo histórico.

Para descrever e relacionar esse conceito com a AD, optamos por elaborar um percurso semelhante ao que inspirou Pêcheux (2014b). Iniciaremos nossa abordagem por Marx, depois refletiremos acerca da leitura feita da teoria marxista por Louis Althusser para, por fim, indicar como ela serviu como base para a estruturação da teoria materialista da linguagem de Pêcheux.

Marx e Engels descrevem alguns fatores que distingue os homens dos animais. Além de tópicos como consciência e religião, os autores destacam um dos mais importantes: a produção dos seus meios de subsistência. “Ao produzirem seus meios de subsistência, os seres humanos

indiretamente produzem sua própria vida material” (MARX, 2021, p. 14). Essa produção depende dos meios de subsistência disponíveis na natureza, o que pode variar de acordo com a região e a época. O que e como os indivíduos produzem é um fator primordial que irá determinar como será a organização e a vida daquele grupo de indivíduos.

A partir dessa produção, surgem fatores como a troca de mercadorias, divisão do trabalho, acúmulo de recursos, terra, capital etc., que criam condições e determinam o modo de funcionamento daquela sociedade. Por isso, Marx e Engels defendem uma observação empírica que desnude a conexão entre a estrutura social/política e o modo de produção (MARX, 2001). Com especial atenção para a crítica à filosofia idealista que “desce do céu para a terra” (MARX, 2001, p. 21). Os autores são categóricos: “A consciência nunca pode ser outra coisa senão o ser consciente, e o ser dos homens é o seu **processo de vida real**” (MARX, 2021, p. 21, grifo nosso). Ou seja, “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (MARX, 2021, p. 21).

Dois pontos relevantes para esta dissertação podem ser destacados desse raciocínio: a teoria marxista, em especial o materialismo histórico é uma teoria de base econômica. A economia, com seu modo de produção, pauta a sociedade e os indivíduos. O segundo ponto é ato contínuo do primeiro; o materialismo histórico se choca com o pensamento econômico clássico no qual as leis da economia tinham validade universal. Isso porque, para Marx:

[...] cada sistema econômico tem as suas próprias leis. Assim, o sistema econômico pode ser explicado em função da estrutura social, na medida em que são as relações sociais que definem o modo de produção de cada período. Quando mudam essas relações, muda o sistema econômico (NOGUEIRA, 2007, p. 284).

Com isso, a observação empírica citada anteriormente deve levar em consideração, em primeiro lugar a produção e os meios para satisfazer as necessidades para a existência humana como: beber, habitação, vestuário, entre outros fatores. Essas condições básicas garantem a subsistência de um grupo de indivíduos e confere a eles a capacidade de fazer história (MARX, 2021). “Portanto, a primeira coisa a fazer em qualquer concepção histórica é observar esse fato fundamental em todo o seu significado e extensão e atribuir-lhe a devida importância” (MARX, 2021, p. 23). Marx ainda irá dizer que a classe que detém a força material dominante em uma determinada época ou sociedade será a dona das ideias dominantes daquele dado contexto.

As ideias dominantes [...] são a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto são expressão das relações que precisamente tornam uma classe dominante; ou seja, são as ideias de sua dominação (MARX, 2021, p. 47).

As ideias dominantes dessa classe que detém os meios de produção estão intrinsecamente ligadas à noção de Estado. Marx e Engels descrevem o estado como a forma na qual os indivíduos da classe dominante fazem valer seus interesses. “[...] e na qual se resume toda a sociedade civil de uma época, segue-se que todas as instituições são medidas pelo Estado e recebem uma forma política” (MARX, 2021, p. 69). Por refletir os interesses da classe dominante, surge daí a ilusão de que a lei de um Estado é baseada na vontade da maioria da população, descendo do campo das ideias para a realidade, sem qualquer lastro real na materialidade.

Visto por esse ângulo materialista, Althusser irá reafirmar o que fora apresentado por Marx ao dizer que essas ideias - as ideologias - não passam, portanto, de uma construção imaginária. “Um puro sonho, vazio e vão, constituído pelos ‘resíduos diurnos’ da única realidade plena e positiva, a da história concreta dos indivíduos confeitos, materiais, produzindo materialmente a sua existência” (ALTHUSSER, 1970, p. 73). Com base nessa leitura marxista, Althusser irá propor duas teses a respeito da ideologia.

“Tese 1: A ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência” (ALTHUSSER, 1970, p. 77). Aqui, os indivíduos fariam uma transposição imaginária das condições reais de existência. Não seriam as condições reais de existência que os indivíduos representam na ideologia, mas “é a relação dos homens com estas condições de existência que lhes é representada na ideologia” (ALTHUSSER, 1970, p. 81). Ou seja, na ideologia o que é representado é o “sistema das relações reais que governam a existência dos indivíduos, mas a relação imaginária destes indivíduos com as relações reais em que vivem” (ALTHUSSER, 1970, p. 82).

A segunda tese proposta por Althusser é a seguinte: “a ideologia tem uma existência material” (ALTHUSSER, 1970, p. 83). Uma vez que a ideologia representa uma relação imaginária com as relações reais, Althusser irá propor que essa ideologia conduz o indivíduo a adotar certas práticas e rituais materiais. Práticas essa, totalmente condicionadas pelo aparelho ideológico presente no Estado e sob as diretrizes da classe dominante. Assim, as ideias e crenças de um indivíduo contém um caráter material porque: “as suas ideias são atos materiais inseridos em práticas materiais, reguladas por rituais materiais que são também definidos pelo aparelho ideológico material de que revelam as ideias desse sujeito” (ALTHUSSER, 1970, p. 88-89). Althusser cita o exemplo de um homem que vai à igreja e que sob o ideário da religiosidade, realiza práticas materiais como se ajoelhar, rezar, tomar a hóstia, etc., além de adotar determinados comportamentos ao longo de sua vida. Dessa forma, Althusser irá descrever o seguinte sistema para unir as suas duas teses:

Ideologia existindo num aparelho ideológico material, prescrevendo práticas materiais reguladas por um ritual material, as quais (práticas) existem nos atos materiais de um sujeito agindo em consciência segundo a sua crença. [...] Desta sequência extraímos já o termo central, decisivo de que tudo depende: a noção de sujeito (ALTHUSSER, 1970, p. 90).

Dessa afirmação descende um dos axiomas que mais contribuíram para a AD:

1. Só existe prática através e sob uma ideologia;
2. Só existe ideologia através do sujeito e para os sujeitos (ALTHUSSER, 1970, p. 91).

Sendo o sujeito uma categoria constitutiva de toda ideologia, o sujeito em Althusser é um sujeito “assujeitado”. Toda ideologia tem por função definidora “constituir os indivíduos concertos em sujeitos” (ALTHUSSER, 1970, p. 94). Essa força que interpela o indivíduo em sujeito vem, como já abordamos, do Estado. Contudo, com prudência, Althusser acrescenta camadas à teoria marxista do Estado. Em Marx, o Aparelho de Estado (AE) abrange: o governo, o exército, os tribunais, as prisões etc. E por meio deles a classe dominante irá reproduzir e impor as suas condições de produção. Althusser irá chamar esse AE de Aparelho Repressivo de Estado (ARE), que compreende:

o Governo, a Administração, o Exército, a Polícia, os Tribunais, as Prisões, etc. [...] Repressivo indica que o Aparelho de Estado em questão ‘funciona pela violência’, - pelo menos no limite (porque a repressão, por exemplo administrativa, pode revestir formas não físicas) (ALTHUSSER, 1970, p. 43).

Os ARE exercem a força, a coerção, o cumprimento da “ordem”. Em contrapartida, Althusser irá introduzir o conceito de Aparelho Ideológico de Estado (AIE). Segundo Althusser (1970), o que diferencia o AIE do ARE é que: “o Aparelho repressivo de Estado ‘funciona pela violência’, enquanto os aparelhos ideológicos de Estado funcionam ‘pela ideologia’” (ALTHUSSER, 1970, p. 46). Em linhas gerais, os aparelhos têm características diferentes: os ARE são, por excelência, violentos e entram em funcionamento quando os AIE não dão conta, falham, são desrespeitados. Ambos, contudo, trabalham em prol do mesmo objetivo, manter a ideologia dominante em seu lugar de poder. Porém, não devemos cair na generalização e que esses aparelhos são “puros”, operam exclusivamente pela força ou pela ideologia - apesar de que esse é o principal traço que os diferencia - Althusser (1970) irá dizer que não existe aparelho puramente ideológico ou puramente violento, ambos funcionam, em certa medida, com características semelhantes ao outro, porém: “[...] em si mesmo o Aparelho (repressivo) de Estado funciona de uma maneira massivamente prevalente pela repressão (inclusive física),

embora funcione secundariamente pela ideologia (Não há aparelho puramente repressivo)” (ALTHUSSER, 1970, p. 47).

Outra característica pertinente desses aparelhos é que o ARE pertence ao domínio público, os AIE podem pertencer também à esfera privada, como os partidos políticos, algumas escolas e jornais. Novamente, seja o ARE ou o AIE, privado ou público, o objetivo segue intacto: manter um discurso vigente, uma ideologia, uma memória etc.

Estado, que é o Estado da classe dominante, não e nem público nem privado, é pelo contrário a condição de toda a distinção entre público e privado. [...] Pouco importa que as instituições que os realizam sejam ‘públicas’ ou ‘privadas’. O que importa é o seu funcionamento. Instituições privadas podem perfeitamente ‘funcionar’ como Aparelhos Ideológicos de Estado (ALTHUSSER, 1970, p. 45).

Funcionando tanto na esfera pública quanto privada, na escola, na mídia, nas igrejas e na família, os Aparelhos Ideológicos de Estado, cumprem sua função de fornecer, por meio do discurso, a Formação Ideológica necessária, apesar (co)existirem muitas vezes em realidades contraditórias nesse cenário. É dessa forma que se considera a relação das ideologias com o discurso. “Se as ideologias têm uma ‘existência material’, o discurso será considerado como um de seus aspectos materiais” (COURTINE, 2009, p. 72)

Essas condições contraditórias são constituídas, em um momento histórico dado, e para uma formação social dada, pelo *conjunto complexo dos aparelhos ideológicos de Estado* que essa formação social comporta. Digamos bem, conjunto *complexo*, isto é, com relações de contradição-desigualdade-desubordinação entre seus ‘elementos’, e não uma simples lista de elementos. [...] De fato, suas propriedades ‘regionais - sua especialização ‘evidente’ na religião, no conhecimento, na política etc. - condicionam sua importância relativa (a desigualdade de suas relações no interior do conjunto dos aparelhos ideológicos de Estado, e isso em função do estado de luta de classes na formação social considerada (PÊCHEUX, 2014b, p. 131, grifo do autor).

Unindo esse processo ideológico ao campo do discurso, Pêcheux (2014b) infere que o sentido de uma palavra ou expressão não existe “em si mesmo”, ou seja, em sua “relação transparente com a literalidade do significante” (PÊCHEUX, 2014b, p. 146), mas, ao contrário, o sentido é determinado pelas posições ideológicas que estão postas no processo sócio-histórico, no qual as expressões e palavras são produzidas e reproduzidas. É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um estudante, um professor, uma instituição etc. São evidências que fazem como que um enunciado queira dizer o que se propõe a dizer. “E que mascaram, assim, sob a ‘transparência da linguagem’, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados” (PÊCHEUX, 2014b, p. 146). Ou seja, o caráter material do sentido, que é mascarado por sua evidência para o sujeito, consiste

na dependência constitutiva daquilo que Pêcheux chama de o todo complexo das Formações Ideológicas. O autor discute essa dependência em duas teses:

1. [...] as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas [...] (PÊCHEUX, 2014b, p. 146).

Referindo-se aos AIE, entendemos por que, em sua materialidade concreta, a instância ideológica existe sob a forma de Formações Ideológicas.

Os ‘objetos ideológicos’ são sempre fornecidos ao mesmo tempo que a sua ‘maneira de se servir deles’ - seu sentido, isto é, sua orientação, ou seja, os interesses de classe aos quais eles servem -, o que se pode comentar dizendo que as ideologias práticas são práticas de classe (de luta de classes) na Ideologia (PÊCHEUX, 2014b, p. 132).

Pêcheux nomeia de Formação Discursiva (FD), aquilo que numa Formação Ideológica (FI) dada, pode e deve ser dito. A segunda tese é a seguinte:

2. Toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas [...]. Propomos chamar interdiscurso a esse ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas [...] (PÊCHEUX, 2014b, p. 148).

Pensando esses dois conceitos, Pêcheux (2014b) constata que as práticas discursivas estão inscritas no “complexo contraditório-desigual-sobredeterminado das Formações Discursivas que caracteriza a instância ideológica em condições históricas dadas” (PÊCHEUX, 2014b, p. 197). Ora, se o objetivo é refletir sobre a relação entre materialidade, discurso e ideologia, assumimos como válido o seguinte axioma clássico da AD: a materialidade da ideologia é o discurso, e a materialidade do discurso é a língua (ORLANDI, 2016). O que entendemos por historicidade é o acontecimento do texto como discurso. Existe uma ligação “entre a história externa e a historicidade do texto (trama de sentidos nele) mas essa ligação não é direta, nem automática, nem funciona como uma relação de causa-e-efeito” (ORLANDI, 2009, p. 68).

Enquanto a teoria saussuriana promoveu um gesto de leitura estruturalista naqueles que foram influenciados por Saussure - apesar do próprio autor nunca ter utilizado o termo “estruturalismo” (RUIZ, 2015) -, que entendia que a língua pode significar por si mesma, o que é proposto aqui é a ideia de que “no deslocamento do centro da atenção para as condições de sua produção, considera-se não só o enunciado (ou produto), mas a enunciação (ou processo)” (SOARES, 2006, p. 22). A AD não concebe a possibilidade de que um enunciado possua apenas

um sentido. Esse efeito de sentido dependerá da conjuntura material verbal em condições de produção específicas:

Um discurso é sempre pronunciado a partir de *condições de produção dadas*: por exemplo, o deputado pertence a um partido político que participa do governo a um partido da oposição; é porta-voz de tal ou tal grupo que representa tal ou tal interesse, ou então está ‘isolado’ etc. ele está, pois, bem ou mal, situado no interior da relação de forças existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado (PÊCHEUX, 2014a, p. 76, grifo do autor).

Em outras palavras, a ideologia se produz nesse ponto de encontro da materialidade da história com a materialidade da língua. “Como o discurso é o lugar desse encontro, é no discurso (materialidade específica da ideologia) que melhor podemos observar esse ponto de articulação” (ORLANDI, 2007, p. 20). Portanto, “a história tem seu real afetado pelo simbólico (os fatos reclamam sentidos)” (ORLANDI, 2012, p. 19). Tem-se nesse discurso pré-construído, o que Pêcheux (2014) chama de “interdiscurso”. Segundo Maldidider (2003, p. 34), “a questão do pré-construído vai constituir um projeto decisivo da teoria do discurso”.

O interdiscurso é o lugar no qual se constituem, para um sujeito falante, produzindo uma sequência discursiva dominada por uma FD determinada, os objetos de que esse sujeito enunciador se apropria para deles fazer objetos de seu discurso, assim como as articulações entre esses objetos, pelos quais o sujeito enunciador vai dar uma coerência à sua declaração, no que chamaremos, depois de Pêcheux (1975), de intradiscurso da sequência discursiva que ele enuncia (COURTINE, 2009, p. 74).

Ou, também, podemos designar o interdiscurso como o “espaço discursivo e ideológico no qual se desdobram as Formações Discursivas em função de relações de dominação, subordinação, contradição” (MALDIDIDER, 2003, p. 50). Assim, os indivíduos são “interpelados” em sujeitos-falantes (em sujeito de seu discurso) “pelas Formações Discursivas que representam ‘na linguagem’ as Formações Ideológicas que lhes correspondem” (PÊCHEUX, 2014b, p. 147). Portanto,

o funcionamento da ideologia em geral como interpelação dos indivíduos em sujeitos (e, especificamente, em sujeitos de seu discurso) se realiza através do complexo das formações ideológicas (e, especificamente, através do interdiscurso intrincado nesse complexo) e fornece a ‘cada sujeito’ a sua ‘realidade’ (PÊCHEUX, 2014b, p. 149).

Ou seja, o lugar de onde se fala constitui o dizer, ao mesmo tempo em que constitui o sujeito. Para tanto, certas “evidências” precisam estar postas, sendo que o princípio fundamental da ideologia e do inconsciente é o de “dissimular sua própria existência no interior mesmo do seu funcionamento, produzindo um tecido de evidências ‘subjetivas’” (PÊCHEUX, 2014a, p. 139). Esse funcionamento não só afeta o sujeito, mas o constitui. Ademais, Pêcheux (2014b)

acrescenta que a evidência da existência espontânea do sujeito, como origem e causa de si mesmo, “é imediatamente aproximada por Althusser de outra evidência, [...] que é a evidência do sentido” (PÊCHEUX, 2014b, p. 139).

Como todas as evidências, inclusive aquelas que fazem com que uma palavra ‘designa uma coisa’ ou ‘possua um significado’ (portanto, inclusas as evidências da ‘transparência’ da linguagem), a evidência de que vocês e eu somos sujeitos - e que isto não constitua um problema - é um efeito ideológico elementar (PÊCHEUX, 2014b, p. 140).

Por isso, Pêcheux (2014) elabora que o sujeito resulta de um processo e que para que esse processo funcione, é necessário que haja um apagamento desse processo, além de um apagamento “no interior do sujeito como ‘causa de si’” (PÊCHEUX, p. 143, 2014a). Esse apagamento das próprias pegadas e destaca a “evidência do sujeito” se dá pelos dois “esquecimentos”. No esquecimento nº 1, o sujeito se coloca como fonte exclusiva do discurso que diz. Nesse esquecimento, o sujeito apaga, inconscientemente, os elementos e rastros que remetam ao exterior de sua Formação Discursiva (BRANDÃO, 2012). Porém, como apontado por Pêcheux, “O sujeito falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da Formação Discursiva que o domina” (PÊCHEUX, 2014b, p. 161).

O esquecimento nº 2 é “enunciativo” (ORLANDI, 2012), isto é, dá-se na injunção de que, ao falarmos, o fazemos de uma maneira e não de outra. “É a operação de seleção linguística que todo falante faz entre o que é dito e o que deixa de ser dito” (BRANDÃO, 2013, p. 82). E dentro desse “o que é dito”, Pêcheux (2014b) argumenta que é a “seleção” que o sujeito falante faz, no interior da Formação Discursiva que o domina, ou seja, “no sistema de enunciados, formas e sequências [...] um enunciado, forma ou sequência e não outro que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na Formação Discursiva considerada”, (PÊCHEUX, 2014b, p. 161). Segundo Gonçalves (2002), enquanto o primeiro esquecimento funciona na ordem do inconsciente, o esquecimento número dois articula a linguística e a teoria do discurso. “Ambos atuam na constituição do sujeito, procurando recobrir a submissão deste à ideologia. Se o esquecimento nº 1 opera em uma zona inacessível ao sujeito, o esquecimento nº 2 pode ser por ele controlado” (GONÇALVES, 2002, p. 6).

Não obstante, Pêcheux (2014b) estabelece um distanciamento entre o sujeito da AD e o da psicanálise, “ao estabelecer que toma desta última o deslocamento da noção de homem para sujeito, mas que o sujeito da AD se constitui pela relação entre o simbólico e a história” (MALUF-SOUZA, 2014, p. 61). Gonçalves (2002) explica que a psicanálise funcionará como um ponto de articulação do quadro teórico da AD, justamente, por trabalhar com o equívoco,



com a falta, “por postular o furo inerente à estrutura; por repensar o papel e o espaço do sujeito sob a estrutura” (GONÇALVES, 2002, p. 7). Faremos, a seguir, um movimento pendular entre a psicanálise e AD - em especial na noção de ideologia e história - para inserir essa noção de sujeito.

Retomando, há um inegável papel da historicidade e de seus funcionamentos ideológicos na constituição do sujeito discursivo da AD. Assim, partindo da proposta de Althusser (1970), de que a ideologia interpela indivíduos em sujeitos, Pêcheux propõe que a noção de sujeito resulta de um processo (PÊCHEUX, 2014b). Do mesmo modo que há a “evidência” de que uma palavra corresponda exatamente a um objeto, há a evidência de que um indivíduo é um sujeito. A articulação feita por Pêcheux entre psicanálise e AD aparece brevemente na obra de Althusser. A ideologia, segundo o autor, não tem história própria. “A ideologia em geral não tem história, não num sentido negativo (a sua história está fora dela) mas num sentido absolutamente positivo” (ALTHUSSER, 1970, p. 74). Althusser irá afirmar que a ideologia é dotada de uma estrutura e de um funcionamento que fazem dela uma realidade omni-histórica,

no sentido em que esta estrutura e este funcionamento estão, sob uma mesma forma, imutável, presentes naquilo a que se chama a história inteira, no sentido em que o Manifesto define a história como a história da luta de classes, isto é, a história das sociedades de classes (ALTHUSSER, 1970, p. 75).

Para fornecer mais peso teórico a essa afirmação, Althusser (1970) recorre a Freud. O autor explica que a ideologia deve ser posta em relação com a proposição de Freud de que o inconsciente é eterno, que não tem memória.

Se eterno não quer dizer transcendente a toda a história (temporal) mas omnipresente, trans-histórico, portanto imutável na sua forma ao longo da história, retomarei, palavra por palavra, a expressão de Freud e direi: **a ideologia é eterna como o inconsciente** (ALTHUSSER, 1970, p. 75, grifo nosso).

Vale acrescentar que a História para a AD é uma relação de forças, uma “produção de memórias resultante do confronto e gerenciamento de sentidos produzidos em uma dada época, em uma dada formação social” (MARIANI, 1998, p. 114). A autora acrescenta que no que diz respeito à discursividade, o sentido se aproxima mais da historicidade - ao não abordar uma linha cronológica - mas sim, uma produção simbólica “ininterrupta que na linguagem organiza sentidos para as relações de poder presentes em uma formação social, produção está sempre afetada pela memória do dizer e sempre sujeita à possibilidade de rupturas do dizer” (MARIANI, 1998, p. 24). Por exemplo, ao dizer “sou um jornalista” o sujeito assume a

roupagem característica desse profissional se investindo de todas as memórias e dizeres já-ditos sobre essa função socialmente constituída. Assim, é possível inferir que o lugar de onde se fala constitui o dizer, mas “esse lugar deve ser compreendido como uma posição enunciativa vinculada ao complexo de FDs constitutivas de um momento histórico” (MARIANI, 1998, p. 68). E é nesse ponto que a psicanálise fornece contribuições importantes para a AD. A psicanálise auxilia a AD na fundamentação dos processos de ilusão e esquecimento (MARIANI, 2006). É com a psicanálise que o sujeito discursivo irá se definir a partir de “um processo simultâneo e coordenado de dupla-determinação: ideológica e inconsciente” (GONÇALVES, 2002, p. 5).

Aliando o pensamento lacaniano às contribuições de Althusser (1970) acerca de ideologia, Pêcheux (2014b) propõe uma crítica ao conceito de indivíduo enquanto “sujeito do cartesianismo, produzido pela forma do sujeito-de-direito e encoberto por uma moral psicológica” (MARIANI, 2006, p. 24). Ainda segundo Mariani (2006), diferente do indivíduo proposto anteriormente, o sujeito da AD se funda no esquecimento de que ele é um ser de linguagem, resultante de um processo. Esse jogo de esquecimentos mascara todos os discursos já-ditos, da memória, todas as Formações Ideológicas pré-construídas, ao mesmo tempo em que alimenta o discurso (re)produzido pelo sujeito e fornece a ilusão de autoria. Segundo Pêcheux (2014b), esse universo de “já-ditos” corresponde ao interdiscurso. Não obstante, em AD, não tratamos o conceito de memória apenas como a memória psicológica, mas como “uma memória que supõe o enunciado inscrito na história” (BRANDÃO, 2012, p. 96).

A memória de uma sociedade é um processo histórico “resultante de uma disputa de interpretações” (MARIANI, 1998, p. 34). A intenção nesse embate é a de se naturalizar um sentindo, tornar “evidente” um determinado discurso ou Formação Discursiva “ou, em outras palavras, mantém-se imaginariamente o fio de uma lógica narrativa” (MARIANI, 1998, p. 34). Por conseguinte, observando a ideia de “instituição” discutida por Mariani, entende-se que já há uma memória dessas instituições (O poder Executivo, o Jornalismo etc.) que “atua como um ‘filtro’ na significação dos textos analisados, e, conseqüentemente, no modo como o mundo é significado” (MARIANI, 1998, p. 67). Ou, como explica Pêcheux:

A memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem reestabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 2020, p. 48).

Contudo, Pêcheux (2014b) questiona onde poderíamos encontrar esses implícitos, se eles seriam como documentos antigos guardados em uma gaveta, bastando abri-la para acessá-los integralmente. Será com base na contribuição de Pierre Achard (2020) que temos uma direção para a resolução desse problema. Para o autor, não encontraremos em nenhuma parte, explicitamente, esse implícito sob uma forma estável e sedimentada. Ele se dá através de uma regularização, na forma de retomadas e efeitos de paráfrase.

Do ponto de vista discursivo, o implícito trabalha então sobre a base que o representa como memorizado, enquanto cada discurso, ao pressupô-lo, vai fazer um apelo a sua (re)construção, sob a restrição ‘no vazio’ de que eles respeitem as formas que permitam sua inserção por paráfrase. Mas jamais podemos provar ou supor que esse implícito (re)construído tenha existido em algum lugar como discurso autônomo (ACHARD, 2020, p. 16).

Essa regularização permanece, porém, suscetível a ruir sob o peso de um acontecimento discursivo (PÊCHEUX, 2020). A memória tende a absorver o acontecimento e, assim como em uma série matemática, ela é prolongada recalculando o termo seguinte em vista do começo da série, “mas o acontecimento discursivo, provocando interrupção, pode desmanchar ‘regularização’ e produzir retrospectivamente uma outra série sob a primeira” (PÊCHEUX, 2020, p. 49).

Assim, o acontecimento tem o poder de desregular e deslocar os implícitos associados ao sistema de regularização anterior. “Haveria assim sempre um jogo de força na memória sob o choque do acontecimento” (PÊCHEUX, 2020, p. 49). Com base nesse raciocínio, Pêcheux assegura que a memória não pode ser “concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria homogêneo” (PÊCHEUX, 2020, p. 53), mas sim um espaço móvel, de deslocamentos, retomadas conflitos de regularização e polêmicas. Para fins do gesto de interpretação, Orlandi (2009) difere dois tipos de memória que devem ser levados em consideração: a constitutiva, que diz respeito ao campo do interdiscurso e a memória institucionalizada, que se refere aos arquivos, à memória catalogada, escrita e “escolhida”.

O gesto de interpretação se faz entre a memória institucional (o arquivo) e os efeitos de memória (interdiscurso), podendo assim tanto estabilizar como deslocar sentidos. Ser determinada não significa ser (necessariamente) imóvel. [...]. Nem a linguagem, nem os sentidos, nem os sujeitos são transparentes: eles têm sua materialidade e se constituem em processos em que a língua, a história e a ideologia concorrem conjuntamente (ORLANDI, 2009, p. 48).

Podemos dizer que, segundo Pêcheux (2014b), o pré-construído corresponde ao “sempre-já-ai” da interpelação ideológica que fornece o sentido sob a forma de universalidade,

ao mesmo tempo que a “articulação” constitui o sujeito em sua relação com o sentido, ao passo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que determina a dominação da forma-sujeito (PÊCHEUX, 2014b). Apesar de ser categorizada muitas vezes como sendo o mesmo que interdiscurso, a memória discursiva age no resgate desse sempre-já-aí, mas, como vimos, está suscetível a reestruturá-lo a partir de um novo acontecimento. Ambos os conceitos, porém, constitutivamente apagam seus rastros. Ou seja, ao “escolher” uma sequência de palavras (Esquecimento número dois) e dizer algo (intradiscurso), o sujeito crê que o encadeamento de palavras e ideias surgiu de um processo lógico-autoral (Esquecimento número um).

Inserido no conjunto de formações imaginárias específico de uma formação social em um dado período histórico, o sujeito ao enunciar se projeta imaginariamente na forma-sujeito da formação discursiva que o domina, ‘incorporando’, desse modo, ‘sua realidade’, e os seus ‘sentidos’ enquanto ‘sistema de evidências e de significações percebida-aceitas-experimentadas [...]’ (MARIANI, 1998, p. 32).

Destarte, “a forma-sujeito absorve e esquece o interdiscurso no intradiscurso” (PÊCHEUX, 2014b, p. 154). Para exemplificar, Pêcheux utiliza a frase “um soldado francês não recua”. Ou seja, há um já-dito de que um verdadeiro soldado francês seria bravo e não recuaria em um combate. Há, portanto, todo um encadeamento de discursos e ações que um verdadeiro soldado francês pode/deve executar.

Desse modo, é a ideologia que, através do ‘hábito’ e do uso, está designando, ao mesmo tempo, o que é e o que deve ser [...]. É a ideologia que fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc. evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’ e que mascaram, assim, sob a ‘transparência da linguagem’ aquilo que chamaremos de o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados (PÊCHEUX, 2014b, p. 146).

Interessa-nos ressaltar que na AD não existe um sujeito enquanto entidade (GONÇALVES, 2002). Para Althusser (1970), “o sujeito não se define como algo em si mesmo, como substância, mas como efeito” (GONÇALVES, 2002, p. 2). O efeito que constitui o sujeito na AD remete ao processo de assujeitamento proposto por Althusser.

Se constitui, no seio de uma FD, um sujeito universal, que garante ‘o que cada um conhece, pode ver ou compreender’, e que o assujeitamento do sujeito em um sujeito ideológico realiza-se, nos termos de Pêcheux, pela identificação do sujeito enunciatador ao sujeito universal da FD. [...] Se o pré-construído dá seus objetos ao sujeito enunciatador sob a modalidade da exterioridade e da preexistência, essa modalidade se apaga (ou se esquece) no movimento da identificação (COURTINE, 2009, p. 74).

Ou seja, ao ser assujeitado pela ideologia, o indivíduo é convertido em sujeito e é inscrito na ordem do simbólico “no momento mesmo da interpelação, o sujeito assume um lugar

sóciohistoricamente determinado, que irá, a partir daí regular toda a sua atividade enquanto sujeito do discurso” (GONÇALVES, 2002, p. 4). Portanto, a interpelação do sujeito falante em sujeito do seu discurso acontece pela identificação deste último com o sujeito universal da FD (COURTINE, 2009). Com efeito, esse processo se relaciona diretamente aos dois esquecimentos.

Sob essa ótica, o sujeito não só age sob uma determinação de ordem ideológica, como também - e principalmente - se constitui através da ideologia, enquanto estrutura-funcionamento que impõe, sem parecer fazê-lo, as evidências como evidências, de forma que ao sujeito resta apenas reconhecê-las como tal, desconhecendo o processo que as torna evidentes (GONÇALVES, 2002, p. 4). Dizendo de outro modo, o sujeito da AD emerge como uma posição resultante dos processos de interpelação pela ideologia.. “Em outras palavras, ao ser assujeitado ideologicamente, o indivíduo converte-se em sujeito, inscrevendo-se na ordem do simbólico” (GONÇALVES, 2002, p. 5). Desse modo, “todo mundo sabe” o que é ser um jornalista, assim como, “todo mundo sabe” o que é ser um político.

Além da teoria da AD introduzida neste capítulo, discorreremos sobre a complexa rede de sentidos que formam um discurso, que se forma com/para o sujeito. Essa intrincada malha de significações, por mais “sempre-já-lá” que pareça, ainda é passível de equívocos, gestos de resistência e deslocamentos. Ela é sólida em sua materialidade constitutiva, mas não é impenetrável.

### 3 METODOLOGIA, *CORPUS* E LIMITES

Nesta seção, abordaremos, em um primeiro momento, critérios mais técnicos da pesquisa para nos aprofundarmos nas discussões pertinentes ao *corpus* e ao método em AD. Para o *corpus* selecionado, utilizaremos o método qualitativo, com base na leitura e análise subjetiva dos textos conforme ferramental fornecido pela AD. Segundo Günther (2006, p. 202), a pesquisa qualitativa é uma ciência baseada em textos, “ou seja, a coleta de dados produz textos que nas diferentes técnicas analíticas são interpretados hermeneuticamente”. Ademais, a definição de pesquisa qualitativa de Günther traz elementos que coincidem com a AD, de modo que, o “objeto de estudo qualitativo sempre é visto na sua historicidade, [...] e no contexto dentro do qual o indivíduo se formou” (GÜNTHER, 2006, p. 202). Assim, ao mesmo tempo em que serão analisados os discursos produzidos e reproduzidos pelos sujeitos, também serão expostos os elementos históricos que circundam e precedem esses dizeres. A análise parte do quadro epistemológico “em que se unem o histórico e o linguístico numa teoria do discurso atravessada pela teoria psicanalítica”. Como já exposto, elaboramos o *corpus* para a análise não com critérios da ordem do empirismo ou da lógica, mas com critérios teóricos (ORLANDI, 2009).

Antes de prosseguirmos, é prudente tecermos algumas ponderações a respeito dessa “coleta de dados” para a pesquisa. Entendemos doravante o *corpus* como: “[...] um conjunto de sequências discursivas, estruturado segundo um plano definido em relação a um certo estado das condições de produção do discurso” (COURTINE, 2009, p. 54).

No que diz respeito [...] à constituição do *corpus* discursivo, como dispositivo de agrupamento e de organização de sequências discursivas regulado pela noção de ‘condições de produção do discurso’: essa noção, com efeito, só se sustenta na possibilidade de operar o fechamento de um espaço discursivo em que a retomada esteja assegurada (COURTINE; MARADIN, 2016, p. 36).

Apesar de não perdermos de vista ao longo do nosso estudo a repetição e proliferação de unidades lexicais consideradas como “palavras chave” ou “pivôs” (COURTINE; MARANDIN, 2016), não podemos reduzir a análise a uma observação estatística de termos. Repetições terão sim sua importância, mas não fornecem uma conclusão precisa, tendo em vista seu caráter quantitativo de homogeneização. Para contornar essa limitação do *corpus*, nos apoiaremos ainda mais nas condições de produção do discurso por meio da escolha de uma Sequência Discursiva de Referência (SDR) (COURITNE, 2009).

A SDR será relacionada a um sujeito da enunciação como a uma situação de enunciação determináveis em relação a certo número de coordenadas espaço-temporais e mais geralmente circunstanciais (tempo da enunciação, lugar da enunciação, circunstâncias da enunciação, que incluem a presença de alocutários determinados...). [...] escolher uma sequência discursiva de referência equivale assim a **determinar a pertinência histórica** de tal conjuntura e **situar a produção** dessa sequência na **circulação de formulações** trazidas por sequências discursivas que se opõe, se respondem, sem citam..., a descrever, enfim, o âmbito institucional e as **circunstâncias enunciativas** dessa produção (COURTINE, 2009, p. 108, grifo nosso).

Portanto, a escolha da SDR será pautada pela descrição das condições de produção específicas do discurso analisado. No caso, a sequência discursiva de referência deverá emergir da intersecção entre o jornalista, o político, que serão descritos adiante. Assim, concordamos com a metáfora utilizada por Verli Petri (2013) de que uma análise na área da AD não se dá de forma linear, mas sim, pendular. “[...] é no movimento de ir e vir (da teoria para a análise e/ou vice-versa) que o pêndulo agita os processos de produção sobre o *corpus*” (PETRI, 2013, p. 42). Como acrescenta Orlandi (2010, p. 8): “o dispositivo analítico terá sua forma afetada pela natureza do material significativo”.

A elaboração do *corpus* obedece a esses critérios de maneira que, não se busca uma análise exaustiva de todo o material ou, simplesmente, o esgotamento da completude do conteúdo nele possível, isso porque, como mostra Orlandi (2009, p. 62), “ele é inesgotável. Com efeito, por definição, todo discurso se estabelece na relação com um discurso anterior e aponta para outro. Não há discurso fechado em si mesmo, mas um processo discursivo do qual se podem recortar e analisar estados diferentes”. Há de se efetuar, portanto, recortes na superfície linguística (material bruto) (ORLANDI, 2009) seguindo a metodologia proposta pela AD. A autora define os recortes como sendo uma unidade discursiva, “por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Um recorte é o fragmento da situação discursiva” (ORLANDI, 1984, p. 14). Por sua vez, Orlandi (1984, p. 14) define texto como sendo “o todo em que se organizam os recortes. Esse todo tem compromisso com as tais condições de produção”.

Desse modo, definida a sequência discursiva de referência, os recortes são essenciais porque, ao invés de se trabalhar com enormes quantidades de textos, o foco do analista recai sobre os aspectos discursivos “que emergem em recortes relativamente pequenos, mas que visem evidenciar os diversos efeitos de sentido ali ditos, implícitos ou mesmo silenciados” (BERTASSI, 2020, p. 32). Orlandi ensina que o trabalho de um analista do discurso diante de um texto (superfície linguística) é remetê-lo, imediatamente, “a um discurso que, por sua vez, se explicita em suas regularidades pela sua referência a uma ou outra formação discursiva”

(ORLANDI, 2009, p. 63). Essa é a primeira das três etapas expostas por Orlandi (2009) para a realização da análise: a passagem da superfície linguística para o discurso. A segunda etapa é a passagem do objeto discursivo para a Formação Discursiva no qual se insere aquele discurso e, em um processo de ida e volta do *corpus* à teoria, o analista deverá identificar a Formação Ideológica, que é o objetivo da terceira etapa de análise.

O analista vai incidir uma análise que procura relacionar as formações discursivas distintas - que podem ter-se delineado no jogo de sentidos observado pela análise do processo de significação (paráfrase, sinonímia etc.) - com a formação ideológica que rege essas relações. Aí é que ele atinge a constituição dos processos discursivos responsáveis pelos efeitos de sentidos produzidos naquele material simbólico (ORLANDI, 2009, p. 78).

Ou seja, a AD não estuda o texto como objeto final de sua explicação, mas como caminho para ter acesso ao discurso presente nele.

O trabalho do analista é percorrer a via pela qual a ordem do discurso se materializa na estruturação do texto (e a língua na ideologia). Isso corresponde a saber como o discurso se textualiza. [...]. Na análise de discurso, não se toma o texto como ponto de partida absoluto (dadas as relações de sentidos) nem de chegada. Um texto é só uma peça de linguagem de um processo discursivo bem mais abrangente e é assim que deve ser considerado. Ele é um exemplar do discurso (ORLANDI, 2009, p. 72).

Para esta investigação das estruturas ideológicas que fornecem o discurso e se materializam no texto, Mariani (1998) oferece um importante roteiro de pesquisa para os analistas de discurso. Ela indica que uma análise de discurso objetiva encontrar os processos que contribuem para a cristalização da “memória histórica oficial” de uma formação ou grupo social.

Em outras palavras, não basta apontar o sentido hegemônico, é necessário, do ponto de vista discursivo:

- Considerar a relação de força que permitiu sua hegemonia;
- Filiar este sentido a outros com os quais ele pode ser relacionado;
- Compreender como ele se tornou ‘objeto’ para o pensamento;
- Mapear os gestos de resistência, sinalizando os resíduos existentes;

E, por fim, compreender como e porque aquele sentido ‘colou’ e os demais não, ie, quais condições foram necessárias para ele fazer sentido na história daquela formação ou grupo social (MARIANI, 1998, p. 39).

É o arquivo, a memória institucional - aquela escrita em livros, jornais, revistas e documentos oficiais - que conta a “história oficial” para as gerações futuras. Por isso, este trabalho analisará os textos publicados pelos canais oficiais do poder público, a fim de encontrar, como dito por Mariani (1998), o fio de uma lógica narrativa “oficial” sobre os jornalistas/políticos de Ribeirão Preto. Tendo exposto tais conceitos, propomos abaixo uma



simbiose entre os conceitos e procedimentos detalhados pelos autores que servirá como o sumário dos gestos de análise que adotaremos na pesquisa. Não obstante, como já exposto, o movimento do analista é pendular e não linear. Apesar do esquema abaixo apresentar uma escala numérica, a partir do recorte do material bruto o movimento da análise poderá ir e voltar entre os procedimentos listados.

Coleta de textos jornalísticos (publicados pelas assessorias de imprensa e canais oficiais de comunicação) publicados entre 2005 e 2020, que contenham citações diretas e indiretas dos sujeito político-institucionais especificados a seguir. Justificaremos o recorte temporal ainda neste capítulo.

A partir dessa coleta de dados, foi efetuado o recorte teórico dos textos que continham regularidades discursivas que corroboravam com as condições de produção analisadas e elencadas as sequências discursivas de referência de cada sujeito analisado.

Dentro dessas regularidades, expor o funcionamento da forma-jornalismo em confluência com o político e para a sedimentação de quais memórias eles apontam.

Entender quais condições foram necessárias para que esse sentido (obtido na análise da regularidade dos discursos) se sedimentasse e a quais Formações Ideológicas ele está filiado.

Verificar se os achados corroboram com as seguintes hipóteses:

- A comunicação pública em Ribeirão Preto utiliza as práticas e a forma-jornalismo em seus enunciados para legitimar práticas políticas;
- Ao trabalharem juntos, jornalismo e política deslocam seus dizeres, desvirtuam seus fundamentos e se aproximam da linguagem publicitária.

A escolha do recorte temporal se baseia em alguns critérios teóricos, mas também de ordem material. Os primeiros conteúdos encontrados no site da Prefeitura de Ribeirão Preto datam do último mandato de Welson Gasparini, iniciado em 2005, já os primeiros registros de notícias no site da Câmara aparecem mais tarde, em 2009. Além da imprensa que realiza seu trabalho de apuração particular, não haveria outra fonte de informação para a população da Câmara e da Prefeitura além dos respectivos sites. A data de 2005 foi escolhida porque consegue colher os primeiros registros na Prefeitura e, mais tarde, os da Câmara.

Entre 2000 e 2005, o Brasil experimentou um crescimento nunca antes visto no acesso à internet e aos computadores. Nesse período, o número de internautas saltou de 9,8 milhões em 2000 para 21 milhões em 2005 (RODRIGUES, 2006). Outro avanço importante foi a criação do Portal da Transparência do Governo Federal em 2004. Gerido pela Controladoria-Geral da União, a ferramenta se tornou uma importante aliada na busca pela transparência e eficiência do Poder Público. Em 2006, por meio de uma portaria, o acesso aos dados públicos ficou

disponível na rede mundial de computadores (BRASIL, 2006). Qualquer pessoa com acesso à internet poderia acessá-los.

Essa tecnologia, aliada à popularização dos computadores e à mídia on-line, criou um ambiente que cada vez mais estimulava a transparência e a divulgação dos atos públicos. Principalmente, com as regras delimitadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, de 2000. No início dos anos 2000, a sociedade experimentava pela primeira vez a possibilidade de acompanhar e cobrar dos governantes em tempo real os seus atos e desvios. Em um país que gozava de uma constituição democrática há pouco mais de 10 anos, era um avanço considerável. Esse clima fez proliferar, por todo o país, a criação e o aperfeiçoamento de *websites* das Câmaras e Prefeituras para cumprir as normas federais. Esses espaços, contudo, também eram utilizados como veículos oficiais de comunicação e, mais tarde, como veremos, em canais publicitários de políticos.

A análise recairá sobre os sujeitos político-institucionais do estado que ocupam e ocuparam cargos de maior relevância, obtiveram mais votos e que exibem em sua trajetória política ligações e influência nas condições materiais de produção do jornalismo e da política da cidade<sup>1</sup>. O fato de serem sujeitos político-institucionais do Estado, vereadores, deputados e prefeitos, mas também jornalistas não influencia diretamente na produção dos textos sobre eles porque, em sua maioria, as notas, notícias e textos veiculados nos canais oficiais são produzidas por uma assessoria de imprensa especializada. Todavia, o fato de terem ligação com o jornalismo é mais um ponto que corrobora com a tese desta pesquisa de que a política e o jornalismo caminharam juntos ao longo da história de Ribeirão Preto. Políticos de renome local se interessarem pela política, e vice-versa, mostra como o poder político necessita dos meios de comunicação para se perpetuar, tudo isso, sob uma estrutura econômica, como veremos.

Os sujeitos analisados não respondem por si só como um elemento descolado da história de Ribeirão Preto. Todos eles são extensões da história local. São fruto de um sistema que data do século XIX, como veremos e se reinventou ao longo do século XX e XXI. Ademais, escolha pelo número de votos ou cargos de maior relevância se justifica, pois, os discursos desses sujeitos, normalmente, atingem mais pessoas do que de outros colegas de profissão com menos destaque, eleitores ou cargos de relevância. Serão analisados os discursos dos sujeitos em questão e o que *se fala sobre* esses sujeitos nas matérias jornalísticas publicadas nos canais

---

<sup>1</sup> No capítulo 6, “Condições de produção: dos coronéis aos locutores” detalharemos essas condições e filiações históricas de cada um dos sujeitos analisados.

oficiais da Prefeitura de Ribeirão Preto, da Câmara Municipal de Ribeirão Preto e da Câmara Federal. Desta forma, o recorte recairá sobre:

- **Vereadores:** Maurílio Romano Machado e Jean Corauci
- **Prefeitos:** Dárcy Vera e Welson Gasparini

A busca dos textos sobre os vereadores foi feita no site da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, na página “Notícias”. Foi pesquisado o nome completo do parlamentar, conforme informado ao Tribunal Superior Eleitoral. Também foi feita uma busca em cada matéria com a finalidade de filtrar possíveis erros da busca automática, como o acréscimo de termos relevantes. Para a elaboração do *corpus* foram retirados os textos que não se enquadravam no recorte temporal entre 2005 e 2020. As buscas foram realizadas no dia 19 de julho de 2021. Ao todo, foram selecionados 89 textos:

- **Maurílio Romano**
  - Número de registros encontrados: 533
  - Período: 2009 a 2016
  - Textos utilizados no *corpus*: 18
- **Jean Corauci**
  - Número de registros encontrados: 264
  - Período: 2019 a 2021
  - Textos utilizados no *corpus*: 10

No caso dos prefeitos, a busca foi feita no site da Prefeitura de Ribeirão Preto, na página “Notícias” na sessão “Pesquisar notícias”.

- **Welson Gasparini**
  - Número de registros encontrados: 2.073
  - Período: 2005 a 2020
  - Textos utilizados no *corpus*: 23
- **Dárcy Vera**
  - Número de registros encontrados: 7.320
  - Período: 2005 a 2017
  - Textos utilizados no *corpus*: 38

Apesar de todos os políticos analisados possuírem sites e blogs pessoais, eles não caracterizam um veículo de comunicação pública, por isso, não utilizaremos essas plataformas para a análise discursiva.

### **3.1 Limites e implicações**

Por se tratar de uma teoria com várias filiações/intersecções teóricas, a AD se apresenta como um corpo complexo que precisa ser cercado por cuidados em cada uma de suas “extremidades”, principalmente, por receber contribuições da psicanálise e do materialismo histórico, teorias que costumam ser criticadas por possuírem um “caráter totalizador”.

Em uma provocação, Karl Popper, por um lado, afirma que o estudo de teorias como o marxismo e a psicanálise pareciam ter o efeito de uma conversão ou algum tipo de “revelação intelectual, abrindo os olhos para uma nova verdade, escondida dos ainda não iniciados” (POPPER, 1980, p. 2). Esse caráter totalizador dessas teorias representava, à princípio, um ponto forte. Porém, como observado pelo autor, poderiam caracterizar uma fraqueza. Popper explica que toda teoria científica “boa” toma como base uma proibição. Quanto mais ela proíbe, maior o seu grau de empirismo e melhor ela é. Ou seja, uma teoria que não pode ser refutada por qualquer acontecimento concebível não pode ser considerada científica. Assim, devemos olhar para as teorias e hipóteses científicas e nos perguntar: o que tornaria ela falível? Imre Lakatos (apud ANTÍSERI; REALE, 2004) entende a ciência como um “campo de batalha” para o que ele chama de “programas de pesquisa” ao invés de uma competição entre teorias isoladas. Esses programas de pesquisa contemplam mais de uma teoria, sendo que a principal delas, aquela que sustenta o programa de pesquisa é chamada de “núcleo central” ou “núcleo firme” e as demais teorias recebem o nome de “cinturão protetor”. Nesse modelo, o núcleo firme deve se manter intacto, pois é ele quem dá forma e significado ao programa de pesquisa. Toda anomalia ou evidência empírica que possa desestabilizar o núcleo central deve passar antes pelo cinturão protetor, que poderá sofrer alterações para proteger a teoria central. Essa concepção faz com que boas teorias não morram de forma prematura. É a que mais se aplica ao nosso trabalho, tendo em vista que um falsificacionismo “ingênuo” poderia induzir ao erro uma teoria com diferentes frentes.

Assim, devemos responder, primeiramente, o que não iremos investigar neste trabalho. Não trataremos de imagens, vídeos, questões semióticas como quais cores, estilo de letra ou signos gráficos os políticos utilizam. Não analisaremos o material bruto de seus discursos, ou seja, a totalidade de uma gravação de um discurso inaugural, uma fala em plenário ou a íntegra

de uma entrevista. Como exposto, serão observados os recortes e suas condições de produção. Por outro lado, um problema de pesquisa poderia aparecer caso não fossem encontradas regularidades nos discursos, mesmo empregando a metodologia da AD. Caso os discursos fossem “soltos”, caso não houvesse algum fator material/histórico que os conectasse e os fizesse significar. O que não encontramos.

Acerca das implicações éticas, sublinhamos que, de acordo com a Resolução 196 de 1996, a pesquisa científica é descrita como a “classe de atividades cujo objetivo é desenvolver ou contribuir para o conhecimento generalizável” (BRASIL, 1996, p. 1). Portanto, visamos contribuir para as discussões acerca da Análise de Discurso, das pesquisas no campo da comunicação e, também, para comunidade científica ribeirão-pretana. De modo que toda a pesquisa se baseará no que foi dito em meios oficiais, nada do que for exposto irá além do que já é de domínio público. Ou seja, tomará como *corpus* apenas informações públicas e lançará sobre elas o gesto analítico promovido pela a Análise de Discurso. Vale acrescentar que o presente trabalho não pretende, de maneira alguma, atacar a honra ou a imagem de qualquer agente político/veículo jornalístico analisados. Os discursos políticos foram extraídos de veículos oficiais como o site da Prefeitura e da Câmara Municipal de Ribeirão Preto. Informações sobre os quadros societários das empresas de comunicação foram extraídos de trabalhos acadêmicos referenciados e checados com base em informações públicas disponíveis na Receita Federal. As histórias e trajetórias dos políticos analisados tomam como base reportagens publicadas em jornais, biografias disponibilizadas pelos sites das Câmaras, além das próprias biografias publicadas nas páginas oficiais dos políticos citados.

#### 4 DIZERES POLÍTICOS: PRÁTICAS E ESTRUTURA

Para darmos início a este capítulo, faremos uma breve explicação a respeito da noção de política que será utilizada. Essa introdução não busca uma resposta totalizante a respeito desse conceito. Várias disciplinas têm analisado o fenômeno político sem que nenhuma tenha conseguido esgotar seu objeto, esta será uma definição que discursivamente mais se adapta aos nossos objetivos de pesquisa. Iniciaremos essa seção abordando a noção de política e Estado em Marx, que fornece a base materialista para nossa análise discursiva e, em seguida, faremos uma distinção entre a prática política cotidiana e uma Política, que dá forma e mantém o funcionamento do Estado. Por fim, observaremos algumas estratégias discursivas utilizadas pelos sujeitos políticos de Estado para a manutenção do Estado enquanto um mantenedor das classes dominantes.

Há um esforço em muitos trabalhos acadêmicos em separar e categorizar a ciência política da filosofia política e, por sua vez, da ciência econômica. Contudo, tomamos como base uma análise materialista do discurso. Não iremos nos afastar, portanto, das definições marxistas desses conceitos, isto é, não temos a pretensão de desvincular conceitos como ideologia, política e condições materiais de produção. Partiremos do pressuposto que há uma superestrutura de base econômica que exerce influência sobre as demais. Esse ponto de vista não exclui o fato de que existem práticas específicas dentro da política, como a política partidária, institucional, que operam como microcosmos dentro desse complexo de forças dominantes.

Essas práticas políticas só funcionam a partir de/em prol de um Estado. Se antes os modelos mais rudimentares de Estado eram de ordem tribal ou com um único rei, déspota ou integrante da nobreza exercia o poder, com a criação do Estado moderno e o aparente fim dos estamentos, a classe que permaneceu no topo foi a burguesia compelida a se organizar nacionalmente e não mais localmente e dar “forma geral a seu interesse médio” (MARX, 2021, p. 68). Por isso, Marx irá definir o Estado como:

[...] a forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade civil de uma época, segue-se que todas as instituições comuns são mediadas pelo Estado e recebem uma forma política. Daí a ilusão de que a lei é baseada na vontade, mais precisamente na vontade livre despojada de sua base real. De igual modo, o direito é, por sua vez, reduzido à lei (MARX, 2021, p. 69).

Assim, segundo Marx, se o Estado garante os interesses da classe dominante, e o estado moderno foi ocupado pela burguesia, a função desse estado seria de manter e reproduzir as condições de produção necessárias para que a classe dominante se perpetue no poder. Ou, como

Althusser (1970) irá explicar, toda a luta de classes gira em torno da tomada e da conservação do poder de Estado por uma determinada classe (ALTHUSSER, 1970). Portanto, “nenhuma classe pode duravelmente deter o poder de Estado sem exercer simultaneamente a sua hegemonia sobre e nos Aparelhos Ideológicos de Estado” (ALTHUSSER, 1970, p. 49). Funcionando ao mesmo tempo – além dos limites dos AIE – há sempre a sombra da repressão, da prisão, do manicômio impostos pelos Aparelhos Repressivos de Estado para aqueles que não se adequem às regras, ritos e dizeres pré-determinados.

Para apagar seus rastros de instituição inventada por uma burguesia e para manter sua estrutura funcionando, o Estado faz uso da língua de Estado, tal qual proposta por Pêcheux (2014b). Ela representa o “pensamento” do Estado. Esse conceito, segundo contextualiza Orlandi (2017), compreende uma gama de estratégias discursivas com o objetivo de mascarar as relações de classe e esvaziar qualquer contradição. Ela se vale de uma falsa aparência para contornar o que todo mundo sabe e ninguém pode dizer. “Essa língua tende assim a passar pelo real, a representá-lo sem distância, a constituir seu equivalente: o dizível e o existente devem coincidir sem falha nos enunciados performativos [...], pronto para que a falha retorne pelo viés do absurdo” (ORLANDI, 2017, p. 130).

A língua de Estado seria uma “arte de anestesiá-las resistências” (ORLANDI, 2017, p. 122). Porém, segundo a autora, todo esse funcionamento não deixa de trabalhar sob o assujeitamento. São novas formas de assujeitamento. Dessa vez, contudo, esse assujeitamento oriundo de um Aparelho de Estado funciona por meio da propaganda e da publicidade, no *modus operandi* mais capitalista que o termo possa oferecer. A publicidade como iremos explicar em mais detalhes no capítulo sete, será denominada como Língua de Vento, uma produção discursiva dos acontecimentos na qual reina a “performatividade em que os gestos e as declarações substituem as práticas” (ORLANDI, 2017, p. 130). Por ora, faremos uma introdução das práticas discursivas elementares dos sujeitos político-institucionais do Estado para que possamos expor todo seu percurso de aproximação com a publicidade e essa Língua de Vento (BRAGA, 2012), bem como, ela se encontra com o jornalismo nessa área discursiva fronteira.

Há, todavia, uma ausência de terminologia própria para que diferencie esses tipos de política. Pêcheux deixa claro que o termo “discurso político” soa redundante, uma vez que todo discurso é essencialmente político (PÊCHEUX, 2014b). Estamos diante de dois funcionamentos diferentes: o discurso que dá forma e garante a manutenção do Estado enquanto esse corpo criado pela burguesia e que mascara sua própria existência por meio de instituições;

e o segundo funcionamento seriam as próprias instituições, a política partidária, a política feita nas sedes do Legislativo e Executivo.

Chamemos o primeiro, esse que garante a existência desse Estado citado por Marx (2019) de Política. Essa é a política que permeia todas as atividades humanas, desde as trocas para subsistência até os grandes conglomerados econômicos. É a Política que dá forma ao sistema político e Estado, que tem a função de defender os interesses da classe dominante. Podemos criar partidos que critiquem o governo de situação, podemos publicar matérias que apontem falhas na política econômica adotada, mas afirmar que o Estado moderno foi inventado, que é possível subvertê-lo e criar algo novo em seu lugar, que sua existência garante as condições materiais de exploração, tende a ser silenciado. Há uma margem para críticas, elas não podem ser feitas *dentro do jogo* e não *contra o jogo*. Tal qual uma Constituição, ele é a “lei das leis”. Uma lei municipal, estadual e federal só pode ser feita se estiver de acordo com a Constituição. Nenhuma lei pode sobrepujar outra que estiver acima dela e nenhuma delas pode alterar livremente o que está descrito na Constituição. Essa Política garante o funcionamento do Estado enquanto um fiador da propriedade privada e do sistema econômico. Ele é fiador e não mantenedor porque essa relação é desigual. O Estado surge para ser o álibi da burguesia e de seu sistema de leis, não o contrário. A Política estrutura todas as instituições políticas e burocráticas a fim de se adequarem à Formação Ideológica dominante.

Já a política do “dia a dia”, aquela que é vista no noticiário, política institucional, partidária etc., daremos o nome de prática discursiva política ou apenas prática política. São ritos burocráticos que mascaram a Política. Uma votação na Câmara, uma lei que é sancionada, as eleições, a campanha política e até um *impeachment*, são ritos que estão *dentro* do seu funcionamento, pois, para Marx, mesmo os partidos de oposição ou discursos contrários à ideologia da classe dominante atuam na manutenção do poder. Só haveria uma mudança de fato se todo o sistema de produção fosse alterado. Em uma primeira fase desse processo revolucionário, “o proletário defenderá seus interesses, transformando-os em interesse de classe, para, em seguida, instalar sua própria ditadura” (GIANNOTTI, 2000, p. 59).

Não obstante, mesmo nesse cenário em que todas as forças operam contra movimentos de ruptura do *status quo*, a AD mostra que há espaços para gestos de resistência e deslocamento que, mesmo sob o peso de uma ideologia dominante, consegue fazer passar certos dizeres. Ou, como resume Pêcheux, “não há dominação sem resistência” (PÊCHEUX, 2014b, p. 281). Apesar de a política institucional/partidária jogar dentro das regras ideológicas dominantes, pode abrir flancos e encontrar espaços para novas significações.



Para a análise da prática política cotidiana, retornaremos ao conceito de *polis* grega, em específico para o conceito de *isonomia*, processo no qual assuntos políticos eram tratados mediante ação e discurso, sem intervenções violentas. A política era praticada por homens que se valiam da palavra e da persuasão.

Todos aqueles que participavam da política na *ágora* eram tidos por iguais, aliás, os ‘poucos iguais’ [...]. A dominação e a violência eram marcas indelévels do âmbito familiar, não do político. Salvo em situações de guerras, inexistiam quaisquer noções hierárquicas que garantissem a primazia do poder a um homem ou uma classe, pois este não era o fundamento da *polis* (SAMPAR, 2016, p. 28).

Quando um sujeito ocupa uma posição de poder, entendemos que ele recebeu, de um certo número de pessoas, o poder para agir em seu nome. Temos aqui uma prática política que emerge da fusão de linguagem e ação. Os Aparelhos Repressivos e Ideológicos de Estado funcionam juntos. E mesmo no interior do funcionamento de um Aparelho Repressivo, não há só ação e violência, existe também o funcionamento ideológico e, por conseguinte, o discursivo.

A política não pode agir, ser compreendida e se fazer obedecer sem a palavra. A instância política também enfrenta contradições constitutivas de sua prática: em regimes democráticos a instância política chegou ao poder por meio dos cidadãos que lhe conferiram esta função, assim espera-se que a política cumpra o que é de desejo da população. Por outro lado, grande parte da população desconhece todos os detalhes da administração pública, seu funcionamento e regras, cabendo à instância política agir em função do possível. Essa contradição entre o desejável e o possível cria um desafio para os políticos que devem gerir o estado e ditar as leis, ao mesmo tempo em que buscam obter consenso. Seja para manter sua popularidade ou buscar reeleição. Esse consenso, como abordamos, pode ser obtido pelo debate, diálogo, promessa e propaganda ou, em última instância, pela ação repressiva, pela ameaça ou temor. Ademais, para gerir conflitos e conseguir “dialogar” com a população, a prática política costuma se valer de algumas estratégias.

Para que seu poder seja legitimado e se torne crível pela população, o agente político precisa alcançar e convencer o maior número possível de pessoas. Mesmo que não seja um convencimento pleno, já que todo discurso atinge os sujeitos de forma distinta, esse agente político precisa criar pontes de identificação com o eleitor/cidadão, ao menos, mais consistentes que seus adversários. Para realizar essa tarefa, ele precisa de denominadores comuns na sociedade, locais em que possa ser ouvido e, por conseguinte, obtenha o consenso mínimo. Esse estágio de persuasão é alcançado pelo uso de estratégias discursivas específicas. Para

entendermos os efeitos dessas estratégias, é necessário introduzir a noção de sujeito universal e assujeitamento. Os processos pelos quais o sujeito falante é interpelado-assujeitado ocorrem:

na relação entre o interdiscurso de uma FD e o intradiscurso de uma sequência discursiva produzida por um sujeito enunciador a partir de um lugar inscrito em uma relação de lugares no interior dessa FD [...]. É igualmente nessa relação que se estabelece a articulação do discurso com a língua (COURTINE, 2009, p. 76).

Desse modo, o sujeito ao enunciar se projeta na forma-sujeito da FD que o domina, adquirindo, com base naquela posição que agora ocupa, os seus “sentidos enquanto sistema de evidências e de significações percebidas-aceitas-experimentadas” (MARIANI, 1998, p. 32). Essa “tomada de posição”, segundo Pêcheux (2014b), não é um ato que se origina no próprio sujeito, mas um efeito da “exterioridade do real ideológico-discursiva” (PÊCHEUX, 2014b). Portanto, “sem ter total acesso e domínio sobre o que diz, afetado pela memória e discursos [...], o sujeito enuncia de posições que são relativas a outras na ordem do social” (MARIANI, 1998, p. 32). Enunciar a partir de uma posição ou falar por uma população, classe ou segmento é a base dos discursos políticos. Apesar de que ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja (PÊCHEUX, 2014b), o que vale nas estratégias dos discursos políticos são os fins, os seus efeitos. Mesmo não possuindo uma noção empírica do que é ser um operário, do que é ser desempregado, do que é ser um soldado, a prática política compreende e faz uso dos efeitos desse discurso. Um funcionamento do discurso que também é utilizado nesse processo é o da “antecipação”, na qual o sujeito se projeta imaginariamente no lugar do seu interlocutor e “ouve” suas próprias palavras.

Ele antecipa-se assim a seu interlocutor quanto ao sentido que suas palavras produzem. Esse mecanismo regula a argumentação, de tal forma que o sujeito dirá de um modo, ou de outro, segundo o efeito que pensa produzir em seu ouvinte. [...]. Dessa maneira, esse mecanismo dirige o processo de argumentação visando seus efeitos sobre o interlocutor (ORLANDI, 2012, p. 39).

Esse processo fica ainda mais complexo, pois o sujeito do discurso pode antecipar a “imagem que o locutor faz da imagem que seu interlocutor faz dele, a imagem que o interlocutor faz da imagem que ele faz do objeto do discurso e assim por diante” (ORLANDI, 2012, p. 40). Como base no que foi exposto, e de acordo com o que o *corpus* dessa pesquisa nos mostrou, percebemos que grande parte do sucesso na política se dá pela escolha de determinados discursos e a construção de uma imagem de si, do que dos planos de governo e detalhes técnicos de governança. A imagem desse político deve corresponder ao conceito e à prática política. Nessa dupla identidade discursiva, o político precisa convencer o maior número possível de pessoas sobre a pertinência do seu projeto. Deve transitar, ao mesmo tempo, no “campo das

ideias” e das discussões técnicas, quanto no campo da prática e da ação política. Deverá convencer cidadãos de todas as classes sociais, escolaridades, valores, religiões etc. Para tanto, lançará mão de um recurso de suma relevância. O político assume a identidade discursiva de um *eu-nós*. Nessa figura, o político, em sua singularidade, fala para toda a população como portador de valores universais.

Portanto, o sujeito político precisa criar discursivamente esse lugar no qual ele fala com/pelo/para a população. Mas há aí um problema não só semântico, mas quase estatístico: como falar com/por toda uma população? Como criar uma demanda que atenda a essa população? A resposta é que não há como. O povo como sujeito de uma ação é um procedimento discursivo. Conein (2016) propõe relação que torna claro esse problema:

Aristocracia > Aristocrata

Povo > X

Isto é, “X não se realiza linguisticamente, o que impossibilita ‘X me disse que F’ ao passo que ‘um aristocrata me disse que F’ é possível” (CONEIN, 2016, p. 97). Só é possível considerar o “povo” como um elemento discursivo. “Porque povo é uma designação de uma população em um discurso público impõe não só socialmente, mas também discursivamente, o recurso a um porta voz” (CONEIN, 2016, p. 97). Esse efeito discursivo traz implicações importantes à prática política contemporânea. Lembremos que nos regimes democráticos o poder é delegado a um agente público por meio do povo, ou seja, a possibilidade de agir coercitivamente é outorgada por uma maioria. Quando em seu discurso um político fala “em nome” do povo, ele utiliza esse termo coletivo de massa para legitimar o que é dito, principalmente, para aqueles que não concordam com ele. “Ora, um termo coletivo de massa em posição de agente adquire propriedades semânticas coercitivas” (CONEIN, 2016, p. 98). O autor ainda acrescenta que um termo coletivo de massa só pode ser colocado no lugar do sujeito de uma enunciação de modo retórico. “Não há contexto enunciativo que corresponda ao domínio da ação do povo” (CONEIN, 2016, p. 98). Com efeito, o autor constata que “identificar um coletivo como povo e fazer desse coletivo a fonte de uma demanda é um fato discursivo” (CONEIN, 2016, p. 100). De modo que não há como conhecer e atender a todas as demandas ou falar com todas as pessoas.

Resumindo, o que demonstramos foi que conceitos como ideologia, política e condições materiais de produção (economia) não podem ser desvinculados em uma análise materialista do discurso. Partimos da noção de que há uma infraestrutura de base econômica que exerce

influência sobre as demais e que, amparados por Marx, entendemos que as práticas políticas vigentes na sociedade contemporânea funcionam a partir de/em prol de um Estado que está ocupado por uma classe dominante e que tem o interesse de que suas condições materiais de reprodução continuem. Para tanto, o Estado enquanto instituição, faz uso de recursos discursivos para mascarar essa luta de classes que define o Estado como tal, a esse funcionamento que dá alicerce às práticas política demos o nome de Política.

Mostramos como os sujeitos político-institucionais do Estado enunciam e como eles fazem para falar com/pelo povo. Implicando na criação de uma imagem, um determinado imaginário. Para concluir esta seção, devemos advertir que essa imagem não se constrói apenas na relação do político com seu eleitor. A criação dessa imagem passa também pela instância da mídia, que possui seus próprios instrumentos discursivos. A imagem de um político é então uma amalgama dessa confluência de discursos, estratégias e antecipações feitas pelo sujeito político; o discurso, como veremos, heterogêneo da mídia sobre esse agente público; e pela recepção do público, que também está inserido em um contexto de FDs diversas.

## 5 FORMA-JORNALISMO: PRÁTICAS E DISCURSOS

Passaremos agora a discorrer sobre as características do que chamaremos neste trabalho de “forma-jornalismo”, seus efeitos de sentido, condições de produção e formação. Este capítulo, assim como que o precedeu, terá uma dupla função: ao mesmo tempo em que expõe um dos elementos metodológicos necessários para o dispositivo de análise utilizado, lançará luz sobre as condições de produção necessárias para a escolha do *corpus*. Nosso gesto analítico revelou uma impossibilidade teórica de se apontar um “discurso jornalístico”. Entendemos que o jornalismo é como um lugar por onde passam discursos e dizeres. Ao invés de caracterizarmos o discurso jornalístico como uma unidade cristalizada, iremos analisa-lo como prática discursiva (MARIANI, 1999). São práticas, modos de se fazer, ritos e modos de se comunicar. A junção dessas práticas cria uma forma-jornalismo.

A forma-jornalismo tem o efeito de mascarar seu rastro ideológico por meio de esquecimentos e dizeres sobrepostos, ela se “esquece” que tem práticas discursivas regidas sob determinada ideologia e se apresenta duplamente como verdadeira e autora do que reproduz. Primeiramente, se apresenta como verdadeira pela ilusão constitutiva (assim como a forma-sujeito). E em segundo lugar, uma dupla ilusão, por reafirmar que o jornalismo propaga verdades. Ou seja, é um discurso “mais verdadeiro que os outros discursos verdadeiros”. O que veremos a seguir, portanto, não é se existem discursos exclusivos do jornalismo, mas sim, quais são as práticas que dão forma a esse espaço por onde passam dizeres. Começaremos essa problematização com a noção de “verdade”, recorrente no jornalismo e que, por muito tempo, auxiliou na estruturação desse espaço discursivo.

O jornalismo é uma área com jargões e máximas problemáticas - principalmente se observado do ponto de vista da AD -, a “busca pela verdade dos fatos”, “imparcialidade”, “compromisso com a realidade”, são alguns exemplos. Essas frases prontas também são motivo de críticas da própria categoria. Como José Arbex Jr. (2001) pondera, se observarmos em uma concepção nietzschiana (propositalmente exagerada) de que “fatos não existem”, situações embaraçosas e insolúveis emergiriam no jornalismo. Da mesma forma que é “insustentável a pretensão de que tais fatos possam ser ‘capturados objetivamente’ e retransmitidos fielmente” (ARBEX, 2001, p. 106). Aliás, a noção de que o jornalismo seria “um espelho da realidade” foi, como aponta Felipe Pena (2020), uma das primeiras metodologias utilizadas na tentativa de compreender o funcionamento e os efeitos das notícias, ainda no século XIX. Ela foi batizada de “Teoria do Espelho”.

Por essa teoria, o jornalista é um mediado desinteressado, cuja missão é observar a realidade e emitir um relato equilibrado e honesto sobre suas observações, com o cuidado de não apresentar opiniões pessoais. Seu dever é informar, e informar significa buscar a verdade acima de qualquer coisa. Mas para isso, ele precisa entregar-se à objetividade, cujo princípio básico é a separação entre fatos e opiniões (PENA, 2020, p. 125).

Pena destaca dois fatores que de pronto inviabilizam essa teoria: a linguagem não é neutra e as notícias podem até “refletir” certos aspectos da realidade, mas elas também são responsáveis pela construção dessa realidade à medida em que a relatam. Apesar do senso comum, entende-se no jornalismo que os fatos jornalísticos são uma construção da linguagem e da ideologia. “Fatos existem, mas só podemos nos referir a eles como construções da linguagem. Descrever um fato é, ao mesmo tempo, interpretá-lo” (ARBEX, 2001, p. 107). Ou, como acrescenta Bucci, “a verdade dos fatos é sempre uma *versão* dos fatos. O relato de qualquer que seja ele, é um discurso e, como tal, inevitavelmente ideológico” (BUCCI, 2000, p. 51). Portanto, não há riscos em afirmar que: não existe um observador neutro.

Testemunhar um evento é também construí-lo segundo o ‘aparelho psíquico’ e a formação social e cultura da testemunha. Seria equivocado, por isso, opor radicalmente, de forma maniqueísta, uma suposta ‘neutralidade objetiva’ daquele que presencia diretamente um acontecimento à ‘intencionalidade manipuladora’ da câmera de televisão (ARBEX, 2001, p. 35).

Há outro problema na afirmação de que o jornalismo tem o poder de informar o público através da palavra. Trata-se de um mito que se sustenta em outro mito: o da comunicação linguística. Essa fantasia responsabiliza o jornalista pelo relato mais ou menos fidedigno, como se houvesse uma “onipotência do sujeito com relação à linguagem” (MARIANI, 1998, p. 52). Ou seja, uma ilusão de que o jornalista ideal seria capaz de manipular, domar, cercar a linguagem de tal forma, que seu relato sobre um acontecimento seria completamente fidedigno, sem margem para interpretações. Para sistematizar essa pretensão de “domínio da língua” e torná-lo uma prática, os principais manuais de redação do país privilegiam a estrutura de “pirâmide invertida” e do *lead* (ou lide) nas notícias. Vejamos, primeiramente, o que o Manual de Redação da Folha de São Paulo fala a respeito da pirâmide invertida:

Técnica de redação jornalística pela qual as informações mais importantes são dadas no início do texto e as demais, em hierarquização decrescente, vêm em seguida, de modo que as mais dispensáveis fiquem no final. É a técnica mais adotada nos jornais do Ocidente. Deve ser usada pelos jornalistas da Folha em textos noticiosos (MANUAL, 2005, p. 93).

E sobre o *lead*:

O lide tem por objetivo introduzir o leitor na reportagem e despertar seu interesse pelo texto já nas linhas iniciais. [...] Se os fatos são urgentes e fortes, eles tendem a impor ao lide um estilo mais direto e descritivo, respondendo às questões principais em torno do acontecimento (o quê, quem, quando, como, onde, por quê, não necessariamente nessa ordem (MANUAL, 2005, p. 28).

Supõe-se que, usando essas duas técnicas, o jornalista terá um texto objetivo e que consegue relatar o fato em sua totalidade. Não é exagero conjecturar, com base nessas afirmações, que, sendo um jornalista capaz de capturar e transcrever a “realidade”, esse relato também deveria romper as barreiras do tempo e da história. Deveria fazer sentido e dar conta de reproduzir aquele dado acontecimento além de qualquer anacronismo. Se lido daqui uma década ou um século, ele ainda deveria ser capaz de informar. Porém, sabemos que essa premissa não se sustenta, isso porque, “o discurso jornalístico é construção parcial do social, do cultural, do histórico, do imaginário e como tal deve ser entendido” (MARIANI, 1989, p. 27). Dessa forma, não tratamos o “discurso jornalístico” como um relato documental indiscutível, mas como monumento, isto é:

[...] algo que representa e também constitui o período. [...] Isto implica na passagem de uma observação estática e apriorística (análise de conteúdo) para a compreensão do modo de funcionamento dos jornais nas condições de produção específicas [...]. **Ao invés de caracterizarmos o cotidiano do discurso jornalístico como unidades cristalizadas, partimos para analisá-lo como prática discursiva** (MARIANI, 1999, p. 34, grifo nosso).

O que seria então a “verdade jornalística” senão mais um recurso discursivo que tem o objetivo de fornecer a um enunciado um valor determinado? Este valor seria delimitar o que é verdadeiro e o que é falso. O que é fato e o que não é. Uma disputa por quem apreende mais fielmente a realidade. Se o discurso verdadeiro é algo historicamente constituído, a forma-jornalismo - que também abarca o discurso verdadeiro - também o é. No início do século XX no Brasil, a maioria dos grandes veículos de mídia não fazia rodeios em esconder seu posicionamento político, isso quando não eram considerados “partidários”. Contudo, com a modernização da imprensa e a adoção de um modelo industrial de produção, as despesas se elevaram e a tiragem e a publicidade para pagar os custos de produção também sofreram uma inflação. Jornais de que vendiam 50 mil exemplares em São Paulo ou no Rio de Janeiro conseguiam se manter ativos no início do século passado, porém, esse número precisou ser triplicado com o avançar das décadas. Vender algo em torno de 150 mil exemplares significaria se dirigir a 450 mil leitores pois, aproximadamente, estima-se que cada exemplar de jornal seja lido por cerca de três pessoas (MARTINS, 2005).

Como não existe um público partidarizado dessa envergadura, os jornais, na tentativa de conquistar e manter escalas de tiragens economicamente viáveis, foram obrigados a se voltar para um universo cada vez mais amplo. Em vez de cativar o leitor partidarizado, como no passado, a estratégia passou a ser atrair um público plural, composto por leitores com as mais variadas simpatias políticas e as mais diferentes visões de mundo (MARTINS, 2005, p. 19).

Isso fez com que os jornais precisassem atingir, cada vez mais, públicos mais heterogêneos, convencer a clientela de que agora vendiam informação e não opinião. É sabido, contudo, que ainda existem jornais de menor abrangência, principalmente no interior, como cita Martins (2005), que ainda optam por uma linha editorial personalista, que concentra na figura de um apresentador ou jornalista o papel de dar a “informação” junto da “opinião”. O autor acrescenta que o trabalho do jornalista, portanto, seria “interpretar os fatos”, e faz a seguinte distinção entre interpretação e opinião:

A opinião, no fundo, apenas se alimenta do fato para reafirmar um ponto de vista prévio. Já a interpretação é uma primeira leitura do acontecimento, é uma tentativa de juntar e relacionar seus vários fragmentos no momento em que ele está ocorrendo. A primeira fecha o foco em cima de uma explicação e quer passar certezas. A segunda, ao contrário, busca abrir o leque de possibilidades e sugerir linhas de raciocínio (MARTINS, 2005, p. 22).

O que o autor traça aqui é um fazer “ideal” do jornalista: o verdadeiro jornalista deve interpretar os fatos. Essa interpretação desembocaria no discurso escrito ou falado do jornalista, na sua tentativa de decodificar o mundo por meio da linguagem. Porém, não existe uma “linguagem total”, ou seja, um sistema de códigos que conseguisse uma aproximação fidedigna entre a própria linguagem e o mundo (ARBEX, 2001). Como já expomos, além do inconsciente, a língua é atravessada pela história, existem marcas de convenções sociais e modos de “traduzir” o mundo muito específicos de cada povo ou época. O que nos implica em afirmar que, qualquer tentativa de interpretação da história, “assim como o enunciado de verdades filosóficas e científicas, é sempre uma representação formulada por um sujeito que mantém vínculos materiais, políticos e sociais com uma sociedade concreta” (ARBEX, 2001, p. 86). Se o jornalismo não consegue oferecer “a era da pós-verdade” ao público, o que ele oferece de fato? Bucci (2000) irá categorizar essa verdade jornalística como uma verdade aproximada, uma “verdade provisória”. Sintetizando o que foi exposto, o autor afirma que “a verdade dos fatos é sempre uma *versão* dos fatos. O relato, qualquer que seja ele, é um discurso e, como tal, é inevitavelmente ideológico” (BUCCI, 2000, p. 51). Portanto, além de ser uma verdade atravessada, ela corre o risco de ser efêmera. Uma manchete pode se tornar datada antes mesmo



de chegar às mãos do leitor. O que garante que essa verdade provisória ainda tenha crédito, de acordo com Bucci, é uma relação de confiabilidade que o jornalismo tem com o público.

A imprensa é a materialização de uma relação de confiança, e não simplesmente um serviço de fornecimento de produtos informativos para o consumo. O relato jornalístico precisa garantir um mínimo de confiabilidade - um mínimo sem o qual a autoridade da imprensa estará perdida. Há, então, um pacto entre os órgãos de imprensa e seus consumidores-cidadãos segundo o qual esses órgãos são autorizados a contar o que se passa no planeta, no plano dos fatos e no plano das ideias, e segundo o qual aquilo que contam merece o crédito de verdade aproximada (BUCCI, 2000, p. 52).

Com efeito, inserir o adjetivo “jornalística” à palavra “verdade” tem um efeito específico. Com base no que apresentamos até aqui, entendemos que a verdade no jornalismo diz respeito a uma modalidade discursiva específica. Trata-se de uma verdade “possível de ser construída segundo o ferramental metodológico-prático do jornalismo” (BUCCI, 2009, p. 81). Portanto, ao menos em teoria, seria uma verdade possível de ser “aferida”. O que queremos expor é que, certamente, a FD própria do jornalismo seja uma FD que cumpre com eficácia ainda maior a sua função primeira de apagar os próprios rastros, de dissimular sua própria existência (PÊCHEUX, 2014b). Esse “pacto” entre os jornalistas e os leitores que aceitam essa “verdade provisória”, surge nesse contexto como uma névoa que tenta esconder as condições materiais de produção das práticas jornalísticas.

Todavia, essa verdade não é aceita em sua totalidade. Nenhum discurso é aceito em sua totalidade. Pêcheux destaca que todo discurso “é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação” (PÊCHEUX, 2015, p. 56). Ainda de acordo com teórico, o discurso não surge de maneira “miraculosa”, desgarrado de quaisquer redes de memórias e dos trajetos sociais, “todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes. [...] Não há identificação plenamente bem sucedida” (PÊCHEUX, 2015, p. 56). Dito de outra forma, a verdade vendida pelos jornais não é prontamente aceita pela sociedade sem antes passar pelo filtro da memória e do percurso que aquela sociedade percorreu até aquela notícia. Apesar de oscilar conforme a época, a credibilidade da mídia sempre foi e continuará sendo questionada. Atualmente, há um ataque sistemático que mina ainda mais essa noção de verdade. Apesar disso, o jornalismo segue sendo um dos raros campos das Ciências Humanas que se agarra à noção de Verdade. Seja para legitimar determinada prática, tentando passar ao público que aquele texto foi apurado e revisado antes de ser público; ou, simplesmente, para vender mais.

Essa legitimação das práticas, como se ao afirmar que o “jornalismo produz verdades”, o jornalista quisesse dizer “veja, as práticas que utilizei para chegar nesta notícia são válidas”,

passa por todo um processo de discursivização do jornalismo enquanto instituição. E é este ponto, quando as práticas dão forma ao jornalismo, que analisaremos agora, sem deixar para trás a questão da “verdade jornalística” como importante agente nesse jogo de significações.

Geralmente, o leitor de um site, jornal ou revista, se atenta a uma matéria específica, lê a manchete de outra e demora o olhar em uma foto impactante, sem perceber, por outro lado, que existe um diálogo entre aqueles textos, um fio condutor que une a narrativa das editoriais, da política ao futebol, da economia à moda etc. Nesse movimento de “desatenção” do leitor (ROMÃO, 2004), residem os sentidos silenciados. É onde a linguagem estabelece cortes, retornos e deslocamentos, não somente um apanhado de textos fechados em si mesmos. Temos então, o núcleo da forma-jornalismo sustentado por uma:

[...] não-ancoragem do dizer nas condições materiais que gestam fatos e conflitos e, por conseguinte, informações e relatos, desenraizando-os de toda e qualquer conjuntura sócio-histórica e deixando-os como fragmentos soltos no espaço, a serem lidos episodicamente” (ROMÃO, 2004, p. 59).

Já que a “instituição jornalismo” (MARIANI, 1998) e o jornalista tem o “compromisso com a verdade”, o público é incentivado a olhar para quem é descrito e não quem descreve. Apagar os rastros também passa por apagar, de certa forma, o fato de que o jornalismo representa um tipo de instituição.

O que chamamos de instituição, do nosso ponto de vista, é fruto de longos processos históricos durante os quais ocorre a sedimentação de determinados sentidos concomitantemente à legitimação de práticas ou condutas sociais. São práticas discursivas e não discursivas que se legitimam e institucionalizaram ao mesmo tempo em que organizam direções de sentidos e formas de agir no todo social (MARIANI, 1998, p. 71).

Após a cristalização dessa memória do que é a “instituição jornalismo”, fica “evidente” o que é o jornalismo para o público e para os próprios jornalistas. “Em outras palavras, a instituição jornalística ‘esquece’ que foi obrigada a fundar-se com interpretação de mundo previamente assegurada” (MARIANI, 1998, p. 81). Nesse sentido, o “esquecer” diz respeito ao “resultado da atuação da memória histórica da formação do tipo discurso jornalístico. O resultado deste processo é a ilusão do jornalismo-verdade, ou seja, a ilusão de que os jornais são apenas testemunhas, meios de comunicação ou veículos informativos” (MARIANI, 1998, p. 81).

Frente aos discursos institucionalizados, o analista do discurso tem como papel considerar a historicidade do processo e das condições de produção da instituição, ou seja, “o modo como a instituição, ao se constituir com tal, discursivizou-se” (MARIANI, 1999, p. 47).

Esse gesto de leitura da instituição enquanto discurso não perde de vista a heterogeneidade constitutiva, também, dessa instituição.

“Sem dúvida, o lugar de onde se fala constitui o dizer, mas esse lugar (institucional ou não), deve ser compreendido como posição enunciativa vinculada ao complexo De Formações Discursivas em relação, e constitutivas do momento histórico” (MARIANI, 1999, p. 49), ou seja, uma instituição, ao constituir-se, se encontra disposta por uma Formação Discursiva dominante, na qual se configuram as fronteiras sempre móveis da produção de sentido (MARIANI, 1998). Temos, portanto, uma figura aparentemente monolítica, mas que não está livre de deslocamentos. Portanto,

é necessário considerar também que sua dupla constituição comunidade/formação discursiva tanto afeta como é afetada pela memória e pela ideologia, uma vez que são tecidas de linguagem. Se, tradicionalmente, concebe-se a instituição como estrutura, pode-se também, pensa-la na dimensão do acontecimento (MARIANI, 1999, p. 50).

Sendo as instituições também consideradas como estrutura/acontecimento, retomamos à discussão apresentada anteriormente de que acontecimentos discursivos podem, em um primeiro momento, desarticular práticas vigentes, promover deslocamentos, mas que, em seguida, correm o risco de serem absorvidos pela memória, servindo para novas ritualizações (MARIANI, 1999). Podemos ver um claro exemplo dessa imagem que se cria ao redor da figura do jornalismo/jornalista, que projeta tanto efeitos discursivos para fora, para o público, quanto cria funcionamentos internos, servindo como guia, um código de conduta para os próprios jornalistas.

“Pelos próprios pressupostos **institucionais** que alicerçam o ofício. **Quem não é democrata não pode ser jornalista.** O jornalismo a favor da ditadura é algo tão despropositado quanto um sindicato a favor do pelourinho” (BUCCI, 2000, p. 49, grifo nosso). Portanto, o jornalismo, não como prática fechada em si, mas como instituição, como discurso, respeita a uma cadeia de Formações Discursivas, que formam a “instituição jornalismo”. Como defendido por Bucci (2000), e lembrando o que foi trazido por Pêcheux (2014b) anteriormente no exemplo do soldado francês: “o verdadeiro jornalista é um democrata” ou então, “o verdadeiro jornalista sempre diz a verdade”. Com base nisso, adicionaremos mais algumas camadas à noção de “verdade jornalística/provisória”. Há outro problema evidente em se alcançar qualquer tipo de “verdade”, “discurso próprio/único” ou “imparcial”, tendo em vista a heterogeneidade constitutiva do sujeito e de seu discurso (AUTHIER-REVUZ, 1990), ainda mais se tratando da prática jornalística que é constituída, em sua essência, pelo discurso sobre/relatado (AUTHIER-REVUZ, 2008; BELO, 2016; MARIANI, 2006).

O primeiro ponto dessa complexa relação entre “o que se fala” e “o que se fala sobre quem fala”, são os discursos que atravessam o sujeito-jornalista. É comum encontrar uma defesa da transparência na linguagem empregada pelo jornalista, em sua “objetividade e clareza”, seja porque o jornalista possui o domínio da norma culta da língua, cumpre os pré-requisitos para uma apuração de dados e fontes, segue a cartilha ensinada na faculdade ou, simplesmente, não é filiado a nenhum partido político ou causa além do seu ofício como jornalista. Cabe nessa reflexão a colocação feita por Pêcheux (2014b) sobre a dificuldade de se encontrar um “discurso da ciência”, puro, sem atravessamentos. “Não há ‘discurso da ciência’ (nem mesmo, a rigor, ‘discurso de uma ciência’) porque todo discurso é discurso de um sujeito [...] Todo discurso funciona com relação à forma-sujeito, ao passo que o processo de conhecimento é um ‘processo sem sujeito’” (PÊCHEUX, 2014b, p. 182).

Segundo Bucci (2000, p. 93), “o jornalista é um sujeito falando de outro sujeito para um terceiro sujeito”. Ele completa a sentença afirmando que “o jornalismo não tem objetos - só tem sujeitos” (BUCCI, 2000, p. 93). Por isso, o autor recomenda que não sejam ignoradas as “convicções pessoais” dos jornalistas. Como possível saída, Bucci pondera que não haja uma “isenção total” do jornalista, mas um “equilíbrio” (BUCCI, 2000). Apesar disso, ele admite que é impossível que haja um sujeito “não político” no jornalismo, ou como brinca o autor, um “homem de Marte”, se referindo a um extraterrestre que não tenha tido contato algum com questões terrestres e possa ser “imparcial”. Além disso, o jornalista como “vigilante” dos poderes constituídos, atua no limiar da política, ora a noticiando, ora interferindo diretamente no funcionamento do poder. “E, nesse sentido, é uma atividade social marcadamente política - mas é política pela informação, pela opinião e não pelo partidarismo. O jornalista, portanto, sobretudo o jornalista político, é um político fazendo política por outros meios” (BUCCI, 2000, p. 104).

Ademais, outros fatores que permeiam o fazer jornalístico também influenciam diretamente no texto que é entregue ao leitor na outra ponta. Sem a pretensão de descrever todos eles - o que não seria possível em um único estudo -, podemos citar alguns relevantes compilados por Pena (2020). O caráter mais material e organizacional do ofício como o horário de entrada e saída na redação, pausa para o almoço, horário de fechamento de uma edição do jornal, necessidade de enviar o material com antecedência à gráfica, indisponibilidade de fontes, feriados e outros fatores alteram o conteúdo de uma matéria. Sem esquecer, é claro, que o jornalismo é um negócio - quase que em sua totalidade, privado -, portanto, tem como objetivo o lucro. A falta ou demasia de anunciantes, o preço do papel, o salário e os benefícios de um profissional contratado também refletem no resultado. Para explicar como esses fatores

organizacionais e materiais afetam no jornalismo, foi elaborada a Teoria Organizacional (PENA, 2020). Além disso, a interação entre jornalistas, troca de experiências, vocabulário próprio e ritos também afetam a maneira como um jornalista é formado. “As notícias têm uma estrutura de valores que são compartilhados pelos jornalistas entre si, embora carreguem ecos de interação com a sociedade” (PENA, 2020, p. 141).

Portanto, além da interação com os saberes pessoais do jornalista, a pressão dos modos de produção de um jornal e o compartilhamento de experiências com colegas, há ainda a interação com o público que pode afetar o texto.

Um dos maiores desafios de qualquer jornalista é tentar enxergar os fatos por diferentes pontos de vista. Em outras palavras, ele deve despir-se de suas visões estereotipadas e **conceitos ‘pré-formados’** para enxergar diferentes angulações e contextos. [...] Entretanto, estamos condicionados por nossa própria cultura. Ela é a nossa lente. Temos linguagem, costumes, rituais, valores etc. E não me refiro apenas ao tecido social macro, que norteia um determinado espaço geográfico como um país ou uma cidade, por exemplo. **Há culturas dentro de culturas.** Um evangélico negro morador de Nova York, cantor de rap e empregado das docas está submetido a diferentes influências culturais. Cada uma delas responsável por um foco específico, um filtro singular para suas interpretações de mundo (PENA, 2020, p. 150, grifo nosso).

Apesar de, algumas vezes, as teorias do jornalismo ainda esbarrarem na problemática de uma língua transparente, totalizante, nota-se um esforço para deixar claro que existe uma heterogeneidade nos textos. Que um texto jornalístico não é uma produção monolítica, fechada em si mesma. Mas sim, uma miríade de discursos. Cada elemento naquele texto possui seu próprio discurso, que é ancorado por outros discursos, inclusive, o próprio jornalista. O que seria então o autor de um texto jornalístico? Alguém que detém a autoria e a autenticidade daquele texto ou uma espécie de “curador de discursos”, não ficando, ele próprio, fora desse exercício meta-enunciativo (AUTHIER-REVUZ, 2008). Esse subjetivismo idealista que daria legitimidade à noção de autoria dos textos é criticado pelo dialogismo proposto por Mikhail Bakhtin (COSTA, 2015).

A ideia bakhtiniana de que as palavras são sempre já de ‘segunda-mão’, sempre já habitadas pelas marcas que os outros usuários nelas imprimiram, de que toda enunciação não passa, no fundo, de um rearranjo singular de palavras alheias, e também a concepção de que jamais se enuncia sozinho, que a enunciação é um processo coletivo em que no mínimo duas pessoas estão envolvidas, tratando-se sempre de uma co-enunciação, essas ideias põem em xeque noções como originalidade, genialidade e criação, estreitamente ligadas à noção de autor (COSTA, 2015, p. 323).

Nenhuma palavra “é ‘neutra’, mas inevitavelmente ‘carregada’, ‘ocupada’, ‘habitada’, ‘atravessada’ pelos discursos nos quais ‘viveu sua existência socialmente sustentada’”

(AUTHIER-REVUZ, 1990). Portanto, segundo Authier-Revuz, o discurso é constitutivamente heterogêneo, “pois um discurso só se constitui a partir de e em relação a outro(s) discurso(s)” (BELO, 2016, p. 841). Outrossim, “a psicanálise [...] apoiada na teoria de Saussure, na leitura de lacaniana de Freud, produz uma dupla concepção de uma fala *fundamentalmente heterogênea* e de um sujeito *dividido*” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 28, grifo da autora). Assumindo que inconsciente seja estruturado como um “saber” (JORGE, 2008) ou melhor, como uma linguagem, “deve-se reconhecer, então, que o ‘discurso do inconsciente’ aparece no discurso ‘normal’” (BELO, 2016, p. 841).

Assim sendo, além de se imbricar com outros discursos, o discurso também é heterogêneo, pois ele está intrincado ao discurso do inconsciente (BELO, 2016). O sujeito, portanto, não é uma entidade homogênea, exterior à linguagem, “mas o resultado de uma estrutura complexa, efeito da linguagem: sujeito *descentrado*, dividido, clivado, barrado” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 28, grifo da autora). Authier Revuz (1990) expõe que essa posição do sujeito descentrado, “a função do desconhecimento do eu”, que, no imaginário do sujeito, é responsável por reconstruir a imagem do sujeito autônomo, apagando essa divisão.

Assumimos, com base no exposto até este ponto, que há uma heterogeneidade no sujeito, nos discursos e nas Formações Discursivas. Isso porque, reconhecemos nas FDs a imbricação de dois reais: “o da língua, em sua autonomia relativa, e o da história, apreendido a partir da contradição das forças materiais que nele se afrontam” (COURTINE, 2009, p. 235). Portanto, uma FD não é um espaço estrutural fechado. Ela é a todo momento invadida “(isto é, de outras FD) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais (por exemplo, sob a forma de ‘pré-construídos’ e de ‘discursos transversos)’” (PÊCHEUX, 2014a, p. 310).

Mariani (1998) irá descrever a prática jornalística como sendo um “discurso sobre”, como dissemos anteriormente, é um espaço por onde passam dizeres, por onde se fala de outros discursos. Esse recurso forneceria ao jornalista um efeito/ilusão de distanciamento, o jornalista projeta a imagem de um observador imparcial e marca uma diferença com relação ao que é falado, podendo, desta forma, formular juízos de valor (MARIANI, 1998). Ao agrupar esses diferentes discursos em um único texto, o jornalista insere mais uma camada de heterogeneidade, ao mesmo tempo que insere mais uma máscara sobre essas camadas. Essa polifonia e heterogeneidade de discursos ao mesmo tempo em que representa um risco ao jornalista, paradoxalmente, lhe fornece a ilusão da imparcialidade.

O discurso jornalístico constrói-se, dessa forma, com base em um pretensão **domínio da referencialidade**, pois baseia-se em uma concepção de linguagem que considera

a língua como instrumento de comunicação de informações. Decorrem daí vários efeitos constitutivos dos sentidos veiculados como informações jornalísticas: objetividade, neutralidade, imparcialidade e veracidade (MARIANI, 2006, p. 34, grifo nosso).

Esse recurso, que “insere o outro na sequência do discurso - discurso direto, aspas, formas de retoque ou glosa, discurso indireto livre, ironia” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 25), é chamado de “discurso relatado”. Todo ato de falar passa por processos de reconstrução, modificação e apropriação de outros dizeres. No discurso relatado, o locutor-relator apaga o locutor de origem, como se aquele enunciado pertencesse a ele. Nota-se que, para esse discurso funcionar, são necessários sucessivos apagamentos: do sujeito descentrado, da ideologia, das condições de formação dos discursos e, por conseguinte, de todo esse outro conjunto de ideologias, sujeitos e condições que constituem o discurso do outro, o discurso relatado. Como supomos anteriormente, a FD própria do jornalismo carrega consigo caráter ainda mais “institucionalizado” de apagamento dos próprios rastros discursivos.

Um recurso comumente utilizado no discurso relatado e nos textos jornalísticos é o uso das aspas; o discurso direto. Esse sinal de distância que o locutor emprega na escrita (AUTHIER-REVUZ, 2016) por meio de uma ruptura sintática, cria uma espécie de suspensão de responsabilidade de quem escreve (AUTHIER-REVUZ, 1990). Como se o locutor-relator dissesse: “esse discurso não é meu, apenas estou fazendo uso momentâneo dele”. “Essa atitude manifesta uma aptidão: coloca o locutor em posição de juiz e dono das palavras, capaz de recuar, de emitir um julgamento sobre as palavras no momento em que as utiliza” (AUTHIER-REVUZ, 2016, p. 204). As aspas também marcam o encontro de um discurso com o outro, exibem os deslizamentos que podem ocorrer nas “bordas” das Formações Discursivas. Elas nos revelam uma imperfeição constitutiva do discurso, sua heterogeneidade constitutiva:

Longe desse fantasma de discurso perfeito da Verdade não conflitual, o que se pode dizer é que, se as aspas são a marca de uma imperfeição, se trata de uma *imperfeição constitutiva*; que, se a palavra aspeada está ‘na margem’ de um discurso, não é no sentido de que seria desprezível, mas no sentido de que uma margem *delimita e constitui*. As aspas se fazem ‘sobre a borda’ de um discurso, ou seja, marcam o *encontro de um discurso com o outro* (AUTHIER-REVUZ, 2016, p. 216, grifo da autora).

Não obstante, o discurso relatado e as aspas auxiliam na manutenção da ilusão da autenticidade. De que existem palavras “suas” e palavras que estão além, no exterior do seu discurso. Além do discurso direto outra ferramenta utilizada no jornalismo é o discurso indireto. Este, segundo alerta Authier-Revuz (2016), é uma forma mais arriscada, porque dilui o discurso do outro no discurso do relator. Tendo em vista essa heterogeneidade e todos os problemas já

levantados aqui acerca de “verdade” e “fato jornalístico”, por que então o jornalismo insiste nesse conceito de verdade? Mariani (2006) irá dizer que, em primeiro lugar, os dizeres do/sobre o jornalismo estão relacionados, por um lado com a ilusão referencial da linguagem e, por outro lado, com seu próprio processo histórico de constituição. A memória já cristalizada da imprensa agindo na produção das notícias fornece um dos alicerces necessários para manter a significação do conceito de “verdade” no jornalismo. “Memória que atua como um ‘filtro’ na significação das notícias e, conseqüentemente, no modo como o mundo é significado” (MARIANI, 1998, p. 67). Portanto, o lugar de onde se enuncia constitui o dizer. Para observar com ainda mais profundidade como cada veículo sustenta a sua “verdade”, Mariani (2006) assegura ser imprescindível percorrer a historicidade constitutiva da formação de uma instituição para compreender sua produção discursiva.

Porém, façamos uma ressalva: não existe memória infalível, nem FD sem furos, não há dominação sem resistência (PÊCHEUX, 2014b). As noções de “verdade” e confiabilidade do jornalismo, que sozinhas já não se sustentavam, têm sido atacadas reiteradamente nos últimos anos. O enunciado de que o jornalismo e verdade andam de mãos dadas se tornou hegemônico e, por isso, sofreu invasões em suas fronteiras. E, mesmo se não fosse o discurso hegemônico por boa parte do século XX, como Pêcheux mesmo adverte, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação.

Todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho [...] de deslocamento no seu espaço: não há identificação plenamente bem-sucedida (PÊCHEUX, 2015, p. 56).

Por ora, cabe dizer que a escolha desses aspectos discursivos em relação ao jornalismo tem relação com a maneira como o ofício será empregado no *corpus* analisado, ou seja, em discursos produzidos por veículos oficiais de imprensa e assessorias que se apropriam da forma-jornalismo. Adiante, ao falarmos sobre a comunicação pública, retomaremos essa discussão.

Por fim, mais um aspecto a ser ressaltado na forma-jornalismo é antecipação e a enunciação a partir da posição-sujeito “opinião pública”. Já tratamos da antecipação no capítulo sobre a prática política, no campo do jornalismo o processo se desenvolve de maneira semelhante, mas para outros fins. Para que o jornalista possa ser entendido como um narrador confiável, ele deve antecipar os efeitos de significação que (teoricamente) serão apreendidos pelo leitor. Assim, o local mais “seguro” para um jornalista enunciar é a partir do que é “interesse público”. Primeiramente, ele deve avaliar se aquela informação que ele detém possui valor-notícia. Quanto mais inédito, impactante e singular for um fato jornalístico, mais valor-



notícia ele terá (SILVA, 2006). Feito isso, é hora de observar se o fato é de interesse público. Não devemos confundir *interesse público* com *interesse do público*. O pressuposto básico do interesse público é o seguinte:

[...] onde há dinheiro público, há interesse público e deve haver transparência em torno de: a) informação sobre a alocação do dinheiro público; b) como o dinheiro público foi gasto; c) quais os resultados obtidos com o dinheiro público. Nem só de dinheiro, porém, vive a vida pública; mas, sobretudo, da publicidade em torno das ações que afetam a vida pública (SILVA, 2006, p. 50).

Sobre o *interesse do público* podemos inserir toda a sorte de informações; acontecimentos em um *reality show*, a morte de uma celebridade ou o escorregão de uma modelo na passarela. São eventos que não afetam diretamente a vida pública, mas que despertam o interesse do público. Como um jornalista de política, frequentemente, pauta suas matérias com base no que é interesse público, ele cumpre esse pré-requisito para que a sua verdade provisória se torne mais crível e que a sua figura de jornalista inspire mais confiança no público. Esse recurso também simula um efeito de estado democrático nas redações. Já que os dizeres reproduzidos pela mídia têm o poder de afetar os rumos da política, ela precisa desse efeito/ilusão de que o público foi levado em consideração (ARBEX, 2001). “Na verdade, os indivíduos permanecem isolados, espalhados pelas mais distintas cidades [...], sendo virtualmente ‘unificados’ pela mídia, mas sem terem exercido qualquer interlocução” (ARBEX, 2001, p. 56).

## 6 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO: DOS CORONÉIS AOS LOCUTORES

A partir deste ponto, iremos especificar as condições de produção da forma-jornalismo e das práticas políticas, com enfoque na cidade em Ribeirão Preto. Para tanto, dividiremos nosso relato em dois momentos. No primeiro, trataremos da evolução do jornalismo local e de sua relação íntima com a política e o poder econômico. Mostraremos como essas práticas estão incrustadas na política ribeirão-pretana desde o século XIX. Em um segundo momento, comentaremos a respeito de alguns aspectos dos sujeitos (re)produtores dos discursos que serão analisados nesta pesquisa.

Entre os anos de 1997 e 2016, o município de Ribeirão Preto teve ao menos 20 vereadores, e dois prefeitos, que tiveram, ou mantiveram, envolvimento com a mídia local; participando de rádio, programas de TV ou colunas em jornais. Na composição passada da Câmara Municipal (2017-2020) eram sete parlamentares que dividiam o tempo da legislatura com o midiático (Igor Oliveira, Lincoln Fernandes, Orlando Pesoti, Jean Corauci, Alessandro Maraca, Marinho e Maurício Gasparini). O “hábito” de misturar política e jornalismo é antigo na cidade, datando a virada do século XIX para o século XX.

Ribeirão Preto foi fundada em 1856, mas a importância regional da cidade para o interior paulista veio mais tarde, quase na virada para o século XX, com o cultivo do café. O golpe que destituiu Dom Pedro II e deu início ao Império, bem como o funcionamento de toda a política durante a primeira república tem reflexos diretos na estruturação da política local. Nascida sem a presença do povo, a primeira república foi ocupada por militares e oligarcas. A presença dos oligarcas, grandes donos de terra, na elaboração da primeira Constituição culminou em um arranjo institucional que não interferisse no poder local que eles exerciam. Em contrapartida era garantido o apoio ao fragmentado Executivo federal e estadual. A primeira república foi marcada pela descentralização, com poderes pulverizados pelas províncias (ABRANCHES, 2018).

Essa política transformou o poder nacional na resultante de uma coalização entre os chefes das oligarquias locais mais fortes do país, ancorada na hegemonia dos dois estados mais ricos, São Paulo e Minas Gerais. O modelo federalista [...] representava uma reação à crença de que o centralismo imperial era o instrumento decisivo para a coesão nacional (ABRANCHES, 2018, p. 22).

Não por acaso, Ribeirão Preto é uma cidade paulista fundada por agricultores mineiros. No livro “O cajado de mentor: mídia, eleições e coronelismo eletrônico no Brasil” (2017), os pesquisadores afirmam que a política em Ribeirão Preto passou por três momentos distintos. A

República dos Coronéis, a República dos Bacharéis e a República dos Locutores (SANTOS; SANTOS, 2017).

A hegemonia dos coronéis pode ser constatada durante quatro décadas, entre 1890 e 1932. No período que comportou 15 legislaturas, 80% dos vereadores eleitos eram fazendeiros ou detentores (de direito, por tradição ou prestígio) de alguma patente militar, na maioria das vezes, a de coronel (SANTOS; SANTOS, 2017). Na Prefeitura a situação não foi diferente. Dos 30 mandatários que a cidade teve no período, 21 eram grandes proprietários rurais. O primeiro jornal de Ribeirão Preto, *A Lucta*, começou a circular em 1884 (ROCHA; ZAUITH, 2014), não obstante, a publicação não era periódica e era feita de forma quase artesanal, assim como outros jornais contemporâneos. Além disso, o fundador do *A Lucta*, Ramiro Pimentel, também era funcionário público, foi vereador e chegou a ocupar a vice-presidência da Câmara na legislatura 1887/1890 (LAGES, 2016).

Apesar disso, a presença de jornalistas ou demais profissionais na política ainda era escassa. Os principais veículos de comunicação nessa época na cidade eram o jornal *A Cidade*, *A Tarde* e *Diário de Notícias*. Entre os diretores e os redatores desses jornais, figuravam alguns vereadores, quase todos, todavia, haviam iniciado sua carreira política antes e não se apresentavam como jornalistas ou tinham nessa profissão a principal fonte de renda (SANTOS; SANTOS, 2017). A política em Ribeirão Preto na Primeira República foi marcada, portanto, “pelo predomínio dos coronéis e pela ausência de homens de mídia entre os parlamentares” (SANTOS; SANTOS, 2017, p. 59).

O jornalismo como um negócio - e como ferramenta política - se intensificou no início do século XX, durante a *belle époque caipira* (ROCHA; ZAUITH, 2014), período no qual os grandes produtores de café passaram a investir na infraestrutura da cidade, e necessitavam de meios para que a mídia local pudesse divulgar os feitos dos “barões do café”.

Os impressos, por sua vez, eram de caráter político e opinativo, atuavam como porta-vozes da elite cafeeira. Caracterizavam-se como veículos partidários. Noticiavam a farta produção de café, as exportações e greves de colonos, mas não publicavam os maus-tratos aos imigrantes nas lavouras de café. As facções políticas tinham a imprensa como instrumento a seu favor não só em Ribeirão Preto, como também nos outros municípios da região (ROCHA; ZAUITH, 2014, p. 52).

Durante esse período, a linha que separava mídia, economia e política, era praticamente inexistente (ROCHA; ZAIUTH, 2014). Como os folhetins e jornais combativos careciam de patrocínio e eram constantemente cerceados pelo poder econômico e político local, os demais veículos eram obrigados a aceitarem as condições impostas por essa elite. O jornal mais antigo em circulação no município, o *A Cidade*, estampou em sua primeira capa, em 1905, um editorial

no qual mostrava uma inclinação favorável aos fazendeiros, à indústria e ao desenvolvimento econômico desses setores econômicos e do município (ROCHA; ZAIUTH, 2011). Essa defesa dos interesses dos barões do café não era indistinta. Os jornais tinham seus “preferidos”, o que fez com que outros magnatas da agricultura adquirissem seus próprios periódicos.

Na *Belle Époque* Paulista, de um lado, o jornal A Cidade representava os interesses dos agrupamentos políticos liderado pelo fazendeiro Joaquim da Cunha e, do outro, O Diário da Manhã representava os interesses do agrupamento liderado pelo adversário Francisco Schimdt, chefes políticos e membros de uma elite endinheirada e bandeirante, que não distinguia limites entre o público e o privado ou entre o urbano e o rural - para quem seus interesses privados eram defendidos por um corpo de doutores pelos jornais e pela Câmara Municipal (ROCHA; ZAIUTH, 2011, p. 7).

Como exposto, apesar dos veículos tradicionais não avançarem sobre os interesses econômicos e políticos no início do século, ainda havia lugar para a polêmica e confronto na cidade. Na década final do século XIX, tentativas de jornais “combativos” foram encerradas, muitas vezes, de forma violenta. Em 1889 surgiu o jornal O Ribeirão Preto, que publicava matérias políticas. Após invasões na oficina, o jornal foi fechado. Ele tentou retornar em 1903, com o nome O Sorriso, mas o redator Antônio Guimarães foi assassinado e o periódico, mais uma vez, encerrado. Em 1904 houve uma terceira tentativa, dessa vez, retornou com o nome O Ribeirão Preto, com a direção do jornalista João Moura. Dessa vez, a casa do jornalista foi invadida durante a noite e ele foi morto a pauladas (ROCHA; ZAIUTH, 2014). Já nos anos 1930, o jornal A Cidade também foi atacado. Após o golpe/revolução que levou Getúlio Vargas ao poder, revolucionários locais invadiram a sede do jornal, na Rua Duque de Caxias, com o pretexto de que o redator-chefe, Sebastião Fernandes Palma, havia defendido o presidente deposto, Washington Luís, em um artigo publicado dias antes. Os revolucionários quebraram a máquina de impressão e queimaram jornais e artigos da redação (JAVARONI, 2019).

Portanto, além de um silenciamento (ORLANDI, 2012) de dizeres contra o discurso dominante na cidade, houve também um silenciamento/apagamento físico de jornais e jornalistas. Robin (2016) descreve a destruição de lugares e o apagamento de vestígios como formas de silenciar e impor novas memórias.

Essa espécie de amnésia não tem nada de legal ou de regulamentar, mas pesa sobre o conjunto do tecido social. Os silêncios são de diferentes tipos de propriedades. [...] Um apagamento pode se produzir sem testemunha, sem resto, sem ruína, sem nada, que possa revelar que houve um acontecimento. Neste caso, o silêncio não é nem voluntário nem involuntário, ele é (ROBIN, 2016, p. 85).

Ao descrever a morte do jornalista João Moura, o historiador Rubem Cione (1989, p. 199 apud ROCHA; ZAIUTH, 2014, p. 56) cita que, na visão dos executores, ele não teria

aprendido o “exemplo dado ao finado Antônio Guimarães”. Já há aí a imposição de um silenciamento, de um não-dito (PECHÊUX, 2014). Passaria a valer o seguinte enunciado: “o jornalista que não aprender o exemplo dado ao finado Antônio Guimarães, teria o mesmo fim, assim como aconteceu com João Moura”. Ou seja, o jornalista que ousasse deslocar os sentidos, apontar para outras formas de significação que não fossem a dominante, seria morto e seu veículo silenciado.

Com o passar do século XX, a “substância econômica do poder político das oligarquias foi se dissolvendo com as transformações econômicas e sociais” (ABRANCHES, 2018, p. 23). Para se adaptar às novas demandas, os sucessores dos antigos barões oligarcas se ligaram a segmentos da indústria, comércio, bancos, “tornando-se correias de transmissão dos seus interesses. Para manter o poder local, lançaram mão de relações de clientela com seu eleitorado, intermediadas por cabos eleitorais” (ABRANCHES, 2018, p. 23). Houve, portanto, um recuo programado. Ao invés do próprio oligarca encabeçar acampanha política, ele agia como financiador. E/ou fundava seu próprio veículo de comunicação.

A transição das elites rurais para as usinas produtoras de cana-de-açúcar e para os bacharéis não diminuiu a pressão econômica-jurídica sobre aqueles que tentam desafiá-los, porém, implementou formas menos violentas e mais polidas de pressionar a imprensa (ROCHA; ZAIUTH, 2014). O silenciamento tanto na política quanto no jornalismo, não é simplesmente um espaço vazio, um complemento da linguagem. Ele tem significância própria (ORLANDI, 2007). Para compreender melhor o campo do silêncio, Orlandi faz uma diferenciação entre dois tipos: o silêncio fundador e a política do silêncio. Sendo:

a) silêncio fundador, aquele que existe nas palavras, que significa o não-dito e que dá espaço de recuo significativo produzindo as condições para significar; e b) a política do silêncio, que se subdivide em: b1) silêncio constitutivo, o que nos indica que para dizer é preciso não-dizer (uma palavra apaga necessariamente as ‘outras’ palavras); e b2) o silêncio local, que se refere à censura propriamente (aquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura) (ORLANDI, 2007, p. 24).

Normalmente, fazemos uma concepção negativa do silêncio. Ele é o “não diálogo”, a “ausência”. Por essa concepção, a autora exhibe o seu caráter positivo e possuidor de uma significação própria. O silenciamento é parte da experiência da identidade, “pois é parte constitutiva do processo de identificação, é o que lhe dá espaço diferencial, condição de movimento” (ORLANDI, 2007, p. 49). Para observar esse silêncio, é necessário aplicar métodos discursivos, isso porque, “sem considerar a historicidade do texto, os processos de construção dos efeitos de sentidos, é impossível compreender o silêncio” (ORLANDI, 2009, p. 45). Mariani (1998) irá observar que, em nome do desejo de liberdade para o jornalismo, a

atividade jornalística se amparou no discurso jurídico e, ao longo dos anos, formou uma jurisprudência própria, na qual o poder de dizer algo ou “informar”, ficou inevitavelmente ligado à censura.

Essa foi a forma encontrada: as leis de imprensa prescrever o que pode e o que não pode ser dito. E como opinar ou externar ideias contrárias aos interesses dominantes pertence ao campo do ‘não pode ser dito’, prescrito por uma política do silêncio; nas inúmeras situações em que pudesse haver infração às regras estabelecidas, a Lei previa pesadas sanções. [...] A imprensa é constituída por uma ‘norma identificadora’, resultado da aplicação a Lei, mas, ao mesmo tempo, esse discurso jurídico político se apaga na história da imprensa, como se fosse evidente que os jornais só são veículos de comunicação (MARIANI, 1998, p. 54).

A relação entre os detentores do poder econômico, da comunicação, do direito e da política gera esses espaços de silenciamentos, de discurso institucionalmente aceitos, seguindo com nossa contextualização, cabe acrescentar que a chegada do rádio em Ribeirão Preto também foi marcada pela sua relação de proximidade com a política. Em 1924, seria fundada a primeira rádio de Ribeirão Preto, a Rádio Club, com o prefixo PRA-7. A emissora teve início com dois presidentes ocupando o cargo ao mesmo tempo, um deles, Jorge Lobato era uma figura relevante na economia local e que, também ocupou o cargo de vereador (LAGES, 2016). Posteriormente, a PRA-7 deu lugar ao sistema Clube de Comunicação. O conglomerado pertence a três famílias: Pizani, Villela e Pedro Bom, sendo que a primeira detém maior parte do quadro societário. O Sistema Clube conta com seis rádios: Clube 100.5 Ribeirão Preto, Clube 1004.7 São Carlos, Clube 1 Ribeirão Preto, Clube 1 São Carlos, 106 Sertaneja e Melody. Além da TV Clube, filiada da Rede Bandeirantes.

A primeira concorrente da PRA-7 e a segunda rádio de Ribeirão Preto foi a ZYR-79. Esta, também manteve ligação com a política local e nacional. A concessão foi assinada em 1953, durante o segundo mandato de Getúlio Vargas. O direito à frequência foi outorgado a Salvador Salermo, José Vieira de Souza, Antônio Bonaparte de Moraes e Mário Fiori, irmão do então deputado pelo PTB - mesmo partido de Vargas-, Romeu José Fiori (JORGE; 2012, TICANI, 2015)

O controle acionário foi adquirido por empresários ligados à ‘Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto’ e, posteriormente foi transferido a um grupo de funcionários e empresários, entre os quais Octávio de Souza Silveira, **Wilson Gasparini** e Miguel Leporassi, que a mantém no ar (SANTIAGO, 2002, p. 211 apud. JORGE, 2012, p. 142, grifo nosso).

Diferente da PRA-7 que, a princípio exibia uma programação mais erudita e elitizada, a ZYR-79 se apoiava no populismo radiofônico do antigo PTB (JORGE, 2012). A rádio,

atualmente conhecida como 79 AM segue em atividade e foi anexada ao grupo Thathi, conforme explicaremos a seguir.

Nesse contexto, a partir dos anos 1930, o número de coronéis e grandes proprietários de terra na Câmara começa a diminuir e começam a surgir outros títulos, como os “doutores”, associados a médicos, dentistas, advogados, engenheiros e professores. Cabe ressaltar, que tal mudança não configurou, necessariamente, uma mudança dos detentores do poder. Muitos desses doutores eram os próprios coronéis ou os filhos que puderam ingressar no ensino superior (SANTOS; SANTOS, 2017). Por outro lado, os investimentos dessa primeira oligarquia cafeeira que impulsionaram a *Belle Epoque*, também fizeram surgir novas demandas. O crescimento populacional, aumento nos níveis de escolaridade, mudanças sociais, econômicas e culturais trazidas pelos novos meios de comunicação - principalmente o rádio - auxiliaram nessa relativa descentralização do poder. “A partir destas mudanças, o coronel passa a dividir seu poder com, e depois é suplantado por novos atores políticos como profissionais liberais, funcionários públicos e líderes sindicais” (SANTOS; SANTOS, 2017, p. 61). Outro fator que ainda permaneceu presente foi o caráter personalista da política local.

Na legislatura que teve início em 1948, foram eleitos dois jornalistas entre os vereadores, um advogado que escrevia para jornais locais e o outro era o diretor do jornal A Cidade (SANTOS; SANTOS, 2017). Nessa legislatura, apesar de baixo o número de jornalistas já era igual ao de fazendeiros no parlamento. Nas legislaturas posteriores, entre 1948 e 1964, manteve-se o número de dois jornalistas. Porém, a quantidade aumentou sucessivamente a partir dos anos oitenta. Na legislatura 1983-1988 eram seis jornalistas; na de 1989-1992 eram 7; em 1993-1996, 8; nas duas, entre 1997-2004 foram 9 (SANTOS; SANTOS, 2017). Esse crescimento pós anos 1940, é o que recebeu o nome de “República dos Locutores”. Essa nova fase não se traduz apenas na quantidade de jornalistas eleitos, mas na sua capacidade de angariar votos. Desde 1969, três dos cinco vereadores mais votados da cidade são profissionais da mídia. Além disso, há uma forte tendência à reeleição nesse segmento.

A quase totalidade dos locutores que concorreram a um segundo mandato foram reeleitos, no período de 1960 a 2000. As oscilações no número de parlamentares da ‘bancada do rádio’ ocorriam mais em decorrência de, na eleição seguinte, o radialista disputar uma vaga na Prefeitura, na Assembleia Legislativa ou na Câmara Federal, do que em função da perda de hegemonia do segmento (SANTOS; SANTOS, 2017, p. 66).

Mesmo estando afastados da política representativa, os grandes detentores de terras e fazendeiros ainda detém influência sobre o que acontece em Ribeirão Preto. Muito se deve ao fato de o agronegócio ainda ser um dos principais alicerces da economia local. Por isso, sua

influência cruzada é visível em patrocínios na TV, jornais e revistas, ou na própria política, com filhos e netos de grandes clãs da agricultura. Além da importância dos herdeiros da República dos Coronéis, os herdeiros da República dos Bacharéis se mantêm tão relevantes no jogo político-econômico-midiático quanto eram antes. Como o crescimento do poder econômico e, conseqüentemente, o crescimento da cidade, a mídia local saiu dos folhetins sem periodicidade no final do século XIX, para jornais com redações repletas de jornalistas e tiragem diária. Com mais pessoas alfabetizadas e mais dinheiro circulando pela sociedade, fez com que os grupos de mídia se tornassem mais lucrativos a cada dia (ROCHA, ZAIUTH, 2014).

Durante o período do café, prevaleceu o paradigma do jornalismo opinativo, próximo do *party press* (imprensa política e de partidos que floresce na Inglaterra do século XVII), no qual não despontou uma imprensa livre ou um fórum de debate público. No segundo ciclo, somente após a década de 1970, configurou-se o jornalismo informativo nos impressos de Ribeirão Preto. No terceiro ciclo, a imprensa regional possui similaridades com o novo paradigma caracterizado pelos conglomerados de mídia (ROCHA; ZAIUTH, 2014, p. 123).

Se no final do século XIX, quando políticos e grandes empresários participavam ativamente da fundação (e fechamento) de jornais em Ribeirão Preto, no século XX e início do século XXI, essa prática se transformou, mas não perdeu sua essência. Se tornou menos violenta, passou a ser mais discreta. Como mostraremos a seguir, a maioria das emissoras de Ribeirão Preto se concentra nas mãos de algumas famílias e empresas (TINCANI, 2015). Apesar da repetição de sobrenomes em quadros societários e criação de conglomerados, a aglutinação dos veículos locais não excede o limite legal que foi determinado pelo Artigo 12 do Decreto-lei nº 236/67 (BRASIL, 1967). Ou seja, apesar de estarmos na República dos Locutores, com grande representatividade da classe jornalística no Legislativo, os veículos que os projetam para a política são geridos por conglomerados econômicos nas mãos de uma oligarquia.

O grupo midiático de maior expressão no município, as Empresa Pioneiras (Grupo EP), detém as filiadas da Rede Globo no município: EPTV, CBN, G1 além o jornal A Cidade e a Rádio Jovem Pan. Todavia, tal qual os antigos jornais locais que mantinham ligação estreita com a elite do agronegócio, o Grupo EP não nasceu como um conglomerado midiático. A primeira empresa desse grupo nasceu em 1898, quando Paulo de Almeida Nogueira, junto de outros empresários, fundou a Ester Agroindustrial. A Ester é uma das mais antigas usinas em atividade do estado de São Paulo (QUEM SOMOS, 2021). Os principais produtos da usina são o etanol neutro, etanol industrial, destilados alcoólicos e açúcar cristal, produtos que substituíram o café como o novo motor da economia local. A família responsável pela usina



teve representantes na política nacional, como o deputado federal Paulo Nogueira Filho, que se casou com Regina Coutinho Nogueira, neta do ex-presidente Campos Salles (FANTINATTI, 2007).

Na metade do século XX, os negócios passaram a ser geridos pelo neto de Paulo de Almeida, José Bonifácio Coutinho Nogueira, que foi responsável pela criação das empresas de comunicação do grupo EP. JB, como era conhecido, foi advogado e político. Ele disputou as eleições para o governo de São Paulo com Adhemar de Barros e Jânio Quadros. No governo Abreu Sodré, foi presidente da Fundação Padre Anchieta e inaugurou a TV Cultura. Também foi secretário da Agricultura do Estado de São Paulo no governo Carvalho Pinto. Assim, em 1979, nascia a primeira empresa de comunicação do grupo EP, a TV Campinas (QUEM SOMOS, 2021). Em Ribeirão Preto, foi inaugurado no dia 12 de novembro de 1980 a “TV Ribeirão”. Em 1989, as emissoras do grupo EP passam a se chamar “EPTV”.

Apesar de ter sido anexada pela família Coutinho Nogueira ao Grupo EP em 1997, a rádio Jovem Pan de Ribeirão Preto apresenta em seu quadro societário o nome de Justiniano Vicente Seixas, radialista, advogado e que foi vereador e secretário da cultura de Ribeirão Preto. Já a rádio CBN, que pertence ao mesmo grupo, tem cotas divididas entre a empresa Ribeirão Paulista Participações e a família Bianco Molina, antiga dona da emissora (TINCANI, 2015). Por sua vez, a família Bianco Molina foi responsável pela criação da rádio Difusora, que em 2017 foi vendida ao Grupo Thathi de Comunicação, do empresário Chaim Zaher (MAULIM, 2017). Zaher é ex-sócio da Estácio e comanda o conglomerado educacional SEB (Sistema Educacional Brasileiro), além da Thathi, TV ThathiIN, Thathi FM, 79 AM, a Rádio Cultura FM e a Difusora. Em 2020, o empresário anunciou a compra da rádio NovaBrasil FM e das afiliadas da Band em Santos e da Record em Campinas. As empresas de comunicação pertenciam ao Grupo SolPanamby, fundado pelo ex-governador de São Paulo, Orestes Quercia (CASTRO, 2020).

Assim como Zaher, outra emissora em Ribeirão Preto também possui acionistas advindos do ensino superior. A CMN (Central Mogiana de Notícias) é uma emissora AM de propriedade da família Corauci. Já passaram pela rádio gerações de políticos e radialistas da família, como Corauci Neto, Corauci Sobrinho e Jean Corauci. Além dos jornalistas e políticos Jorge Kajuru, Wilson Toni e Antônio Carlos Morandini (SOBRE NÓS, 2003). Além de Valdemar Corauci Sobrinho, a rádio conta em seu quadro societário com Elmara Bonini, reitora da Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP) (TINCANI, 2015) com quem foi casado.

Outra família que mantém, há quase um século, laços com a política e o jornalismo é a família Romano Machado, responsável pela fundação do jornal O Diário. Na família,

despontam o ex-prefeito, Costábile Romano, o deputado Marcelino Romano Machado e o vereador Maurílio Romano Machado. Todos, tiveram atuação no jornalismo local. O ex-prefeito, inclusive, iniciou a carreira no jornal Diário da Manhã, em 1927. Entre 1933 e 1950, foi proprietário do jornal e, em 1956, fundou o jornal O Diário (LEPERA, 2016). Vale ressaltar, que nos anos 1970, com a chegada do jornalista José Hamilton Ribeiro e de outros profissionais, o jornal adotou cunho mais investigativo, se tornando referência na cidade. Atualmente, os Romano Machado possuem o conglomerado de rádios “Mega Sistema de Comunicação”, que conta com as estações de rádio Conquista FM, Diário FM, e Mega FM, todos canais que mesclam música e boletins noticiosos (O GRUPO, 2000). Com as três estações, o grupo consegue atingir segmentos, faixas etárias e grupos econômicos diferentes da sociedade. Ademais, o já citado Diário da Manhã, fundado em 1898, e que representava os interesses do barão do café Francisco Schimdt, mudou de mãos na metade do século XX, mas manteve proximidade com o agronegócio. O jornal foi adquirido por Arnaldo Ribeiro Pinto nos anos 60, o jornal, no entanto, só ganhou certa relevância jornalística no final dos anos 70, até o momento era, “claramente posicionado a favor do trabalhismo e do nacionalismo” (BARBOSA, 2000 apud EBLAK, 2006, p. 5).

Há de se lembrar, contudo, que havia espaço para resistência aos discursos dominantes na cidade de Ribeirão Preto do início do século XX. Mariani explica que a resistência é a “possibilidade de, ao se dizer outras palavras no lugar daquelas prováveis ou previsíveis, deslocar sentidos já esperados. É ressignificar rituais enunciativos” (MARIANI, 1998, p. 26). Entre o final do século XIX e o início dos anos 1930, cerca de 11 jornais e folhetins escritos por imigrantes italianos - na maioria das vezes, em seu idioma materno - circularam em Ribeirão Preto (LAGES, 2016) e denunciavam as condições de trabalho nas fazendas dos grandes barões do café, fato que era negligenciado pela mídia local (ROCHA, ZAUIH, 2014). Em sua maioria, as publicações tinham cunho anarquista ou comunista, o que despertou o repúdio da elite local. Para Kucinski (2001), o tabloide “Domingão”, lançado em 1975 pelo jornalista Sérgio de Souza, é um dos poucos exemplos de jornais “revolucionários” em Ribeirão Preto. Segundo o autor, veículos de imprensa alternativa como o Domingão surgiam de pequenos grupos de jornalistas descontentes com a “imprensa convencional”. O jornal durou apenas oito meses, apesar disso, auxiliou na consolidação da imprensa local durante o período de repressão militar.

Até os anos 70, mais especificamente, até a vinda da dupla José Hamilton Ribeiro e Sérgio de Souza, o que havia nos jornais de Ribeirão era a prática do jornalismo de opinião (artigos, ensaios e colunas). A partir das experiências em ‘O Diário’, ‘Diário

de Notícias’, ‘Diário da Manhã’ e ‘Domingão’, as reportagens foram consolidadas na cultura jornalística local (ARÁUJO, 2006, p. 6).

Um caso particular que cabe pontuar é o Diário de Notícias. Ele foi o um jornal que teve, durante a maior parte de sua atividade, cunho religioso. Porém, se posicionou ativamente na política local. Fundado em 1928 por José da Silva Lisboa em parceria com o comerciante Osório Camargo. Em 1936, convidado por Assis Chateaubriand, José da Silva Lisboa mudou-se para o Rio de Janeiro para assumir a gerência do Diário da Noite (JAVARONI, 2019), e deixando o jornal com o seu irmão, Oswaldo da Silva Lisboa. Em 1943, o periódico foi vendido para Oscar de Moura Lacerda. Estruturado como um jornal de propriedade familiar, o Diário de Notícias tinha como público-alvo as elites locais e a classe média (SANT’ANA; SOUZA, 2016). Porém, com a morte de Moura Lacerda, o jornal foi vendido para a Cúria Arquidiocesana de Ribeirão Preto. Além de já possuir, antes da venda, colunas que ressaltavam valores religiosos, o periódico possuía uma linha editorial “agressiva” contra o comunismo, seguindo o que era dito pela Encíclica *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII, de 15 de maio de 1861 (KOBORI, 2017). Todavia, esse caráter mais incisivo contra movimentos sociais começou a se dissipar nas décadas seguintes. Novos entendimentos da Confederação Nacional dos Bispos a respeito da emancipação dos menos favorecidos e do homem do campo, em especial a partir de assembleia realizada em Goiânia em 1958, reforçaram o as ações sociais da igreja (KOBORI, 2017). “Viu-se a necessidade de discutir soluções justas para os camponeses, de acordo com as pregações do Evangelho” (KOBORI, 2017 p. 92)

Além de defender a sindicalização do homem do campo, o Diário de Notícias ribeirão-pretano também defendia uma reforma agrária e era defensor da alfabetização popular através do método Paulo Freire. Assim, após o golpe militar de 1964, o jornal chegou a ser fechado. Inclusive, com a fuga de padres que eram rotulados como “agitadores comunistas”. A literatura acerca do fechamento do diário é controversa (KOBORI, 2017), porém, a versão mais aceita sobre o encerramento definitivo das atividades do periódico se deu nos anos 1980, por problemas financeiros. Pelo jornal passaram nomes importantes de Ribeirão Preto, como Rubem Cione, e Luciano Lepera, mais tarde vereador e deputado estadual (JAVARONI, 2019). Além do ex-prefeito e ex-deputado, Welson Gasparini.

Apesar de existirem “bons momentos” nos jornais locais, como aponta Rocha e Zaiuth (2014), a mídia interiorana sempre esbarrou em interesses maiores. Ocorreram enfrentamentos e surgiram veículos e coberturas contestadoras, momentos de respiro, mas, “de maneira geral, predominou uma imprensa servil, à sombra dos interesses dominantes” (ROCHA; ZAIUTH, 2014, p. 124). Para se manterem economicamente viáveis, todos os veículos de imprensa

necessitam de anunciantes. Essa mistura entre jornalismo, proprietários com ligações políticas e anunciantes preocupados com os próprios interesses econômicos pode gerar um caldo volátil e potencialmente perigoso ao público. O cenário “ideal” - e certas vezes quase utópico - seria uma separação entre “igreja e estado”, ou seja, entre interesses econômicos e jornalísticos.

Nas empresas comerciais que têm como negócio o jornalismo, é preciso adotar um método específico de administração pelo qual as redações sejam autorizadas oficialmente a decidir os assuntos editoriais sem ter de consultar setores comerciais da companhia, ou sem ter de passar pelo seu crivo (BUCCI, 2000, p. 60).

Grosso modo, se entendemos a democracia como um sistema de participação direta ou representativa na tomada de decisões, assim como “no encaminhamento e avaliação das ações de interesse da coletividade, segundo preceitos de *liberdade e igualdade política*” (SANTOS; SANTOS, 2017, p. 105, grifo do autor). Deste modo, podemos inferir que:

Uma sociedade, cujas instituições políticas não buscam promover uma igualdade no acesso à mídia e no direito de cada parte manifestar suas ideias, propostas e argumentos nos debates que antecedem as decisões político-eleitorais, não pode ser considerada plenamente democrática. Na perspectiva teórico-prescritiva, a sistemática desigualdade no acesso à mídia como recurso político, mesmo que isoladamente, representa um vício que limita, parcializa e pode até comprometer o caráter democrático do regime (SANTOS; SANTOS, 2017, p. 106).

Ou seja, é temerário à democracia aglutinação dos veículos nas mãos de poucos indivíduos, principalmente, se estes possuem intenções político-partidárias. O acesso desigual à mídia como ferramenta política deve ser fiscalizado e denunciado. Feita essa análise das condições de produção da mídia e da política ribeirão-pretana, passaremos aos sujeitos político-institucionais do Estado que serão analisados nesta pesquisa. As informações contidas a seguir não pretendem dar conta de traçar biografias, mas de destacar aspectos que os ligam às condições de produção propostas para o *corpus*. Ou seja, os sujeitos analisados não respondem por si só como um elemento descolado da história de Ribeirão Preto. Todos eles são extensões da história local que acabamos de revisitar.

## 6.1 Dárcy Vera

Dárcy da Silva Vera nasceu em uma família humilde no município paulista de Indaiaporã, em 1967. Ainda jovem, se mudou para o município de Campina Verde, Minas Gerais, onde participou de trabalhos voluntários prestando auxílio aos necessitados. Já em Ribeirão Preto, enquanto recepcionista, e depois estagiária, da Rádio Conquista - a emissora que tinha como

proprietário o ex-deputado, Marcelino Romano Machado - Dárcy concluiu sua graduação em Jornalismo na Unaerp. As origens humildes de Dárcy e o seu carisma tornaram a radialista popular em Ribeirão Preto:

Agarrei a oportunidade na rádio, ocupava os horários da madrugada, a audiência cresceu e isso me promoveu para um programa durante o período da manhã. Não demorou muito tempo, foi possível ingressar numa faculdade de comunicação social, mas ainda tive de vender sonho e brigadeiro para pagar a mensalidade', relata. A popularidade como locutora cresceu movida por uma atuação na periferia da cidade. Dali para o início de uma carreira política foi um pulo (LAVAROTTI, 2008, p. A10).

A facilidade da estudante de se comunicar com a população mais carente era tamanha, que ela foi chamada por nomes importantes da política local para apresentar os comícios, como o ex-deputado Marcelino Romano Machado e o ex-prefeito João Gilberto Sampaio, ainda no final dos anos 1980. Com programas de grande apelo popular e, principalmente, prestação de serviço à população carente, Dárcy conseguiu uma inserção poucas vezes vista nas comunidades periféricas de Ribeirão Preto. Jorge explica que os locutores que fazem mais sucesso nas rádios atingem esse patamar, geralmente, quando atuam programas “voltados à prestação de serviços. Esses profissionais davam voz aos anseios populares, mediando a comunicação da administração municipal com a sociedade” (JORGE, 2012, p. 143).

Com a “benção” de Romano Machado, Dárcy concorreu pela primeira vez nas eleições de 1992 para o cargo de vereadora. Apesar de não ter sido eleita, ficou com a primeira suplência na Câmara Municipal dos Vereadores. A vacância do cargo surgiu em 1995, quando Dárcy pôde assumir a vaga até o final de 1996. Nas eleições de 1996, enquanto ainda era radialista, ela foi eleita pela primeira vez. Dárcy foi reeleita em 2000 e 2004, neste ano, inclusive, foi a vereadora com mais votos na história de Ribeirão Preto e, proporcionalmente, a vereadora mais votada do Brasil, com 27 mil votos. Em 2006, ela disputou o cargo de deputada estadual e alcançou a marca de deputada mais votada. Porém, ela não concluiu o mandato como deputada em 2008, disputou as eleições municipais para a Prefeitura de Ribeirão Preto, sagrando-se a primeira mulher eleita da cidade no primeiro turno. A reeleição veio nas eleições de 2012, no segundo turno (DÁRCY, 2012). Apesar dos resultados expressivos, Dárcy não pôde concluir seu mandato, em 2016 foi deflagrada a Operação Sevandija que investigou crimes de corrupção na administração pública de Ribeirão Preto. A carreira política da ex-prefeita foi interrompida e ela chegou a ser presa em dezembro daquele ano.

Como sequência discursiva de referência, vamos observar alguns discursos que contemplam alguns dos pontos fundamentais do texto jornalístico. Título, *lead* e discurso direto. Primeiramente, vejamos esse exemplo de título e lead:

**Prefeita luta** para manter verbas do PAC [...] A prefeita de Ribeirão Preto, Dárcy Vera, acompanhada pelo secretário de Obras, Abranche Fuad Abdo, esteve em Brasília nesta quinta-feira, dia 27, para uma audiência no Ministério das Cidades. O objetivo da visita foi tentar **assegurar**, junto ao Governo Federal, a verba de R\$ 300 mi destinadas ao Programa de Mobilidade Urbana pelo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) (PREFEITA, 2015b, grifo nosso).

Se observarmos os significados do verbo “lutar” no dicionário, a maioria apontará para um enfrentamento árduo, uma batalha corpo a corpo. No sentido figurado, o verbo aponta para “Despender força e energia, trabalhar com afinco para conseguir determinado fim [...]. Entrar em discussão ou opor argumentos [...]” (LUTAR, 2021). Vejamos o contexto: Na ocasião, município de Ribeirão Preto corria risco de não ter essa verba destinada após uma representação feita por um vereador da cidade junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. O parlamentar temia o endividamento do município e irregularidades na licitação (SECRETÁRIO, 2015).

O texto não menciona a argumentação feita pelo vereador contrário, apenas cita que o “município de Ribeirão Preto **corre risco de perder** esta verba” (PREFEITA, 2015b, grifo nosso). Ou seja, para que Ribeirão Preto não “perdesse”, Dárcy iria “lutar”. Vemos aqui, o funcionamento de um discurso semelhante ao “*on a gagné*”, tal qual explicado por Pêcheux (2015), que desloca a prática política para o campo da competição, do esporte. Um ideário mais próximo do cotidiano de grande parte da população, com conceitos mais facilmente assimilados.

Mas afinal, contra quem ou o que Dárcy lutaria? Levando em consideração que o *lead* deve conter as “informações mais importantes” de um texto jornalístico, temos uma omissão relevante. O ministro das cidades que recebeu Dárcy - e que não fica claro se a luta seria contra ele - era Gilberto Kassab, fundador do PSD, o mesmo partido de Dárcy na ocasião. A “luta” certamente não foi contra o ministro, aliado político da prefeita, mas o *lead* faz funcionar, de certo modo, uma “política do silêncio”. Esse efeito pode ser definido pelo “fato de que ao dizer algo, apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada” (ORLANDI, 2007, p. 73). Se diz “X” para não dizer “Y”. Abordaremos esse tema com mais detalhes adiante, mas por ora, o que importa para a nossa reflexão é observar que não citar o nome de Kassab, mas sim o seu cargo “ministro das Cidades”, reforça a ideia de “luta”, uma vez que o *lead* não deixa claro que tal ministro é um padrinho político. Em contrapartida, no dia seguinte à reunião em Brasília, a Prefeitura representou contra uma empresa que havia participado da licitação e apontado possíveis irregularidades no certame (SECRETÁRIO, 2015). Além disso, o Tribunal de Contas já havia se posicionado contra a

licitação, afirmando problemas na concorrência pública (TRIBUNAL, 2015). Ou seja, em termos práticos, temos uma licitação questionada pelo Legislativo e pelo Judiciário.

E é neste ponto que a forma-jornalismo emerge para legitimar a prática política. Um caminho possível seria um discurso, nota ou aparição pública da prefeita rebatendo as acusações, apresentado dados e respostas. Essa estratégia, contudo, tornaria, em certa medida, válida as acusações. Criaria um “outro lado”, abriria o debate e lançaria para a população a responsabilidade de decidir quem estaria certo. O discurso se tornaria polêmico, no sentido de uma “polissemia controlada”, uma “disputa por sentidos” (ORLANDI, 2009). O caminho discursivo escolhido pela Prefeitura foi a criação de um enunciado no qual Dárcy estaria “lutando” pela cidade que poderia “perder” recursos de uma importante obra. A prefeita se coloca então como alguém que estaria disposta a sofrer o ônus desse enfrentamento - contra um “inimigo” indefinido - pelo bem da população. Com um aparente respeito à estruturação recomendada de um texto jornalístico (título, subtítulo, *lead* e desenvolvimento) e levando em consideração a técnica da pirâmide invertida, o texto coloca a “luta de Dárcy” como um fato jornalístico. Adiante, no texto, a prefeita se manifesta sobre a ação movida por uma das empresas que participou da licitação e apontou as irregularidades.

O município de Ribeirão Preto corre risco de perder esta verba após uma representação feita por um vereador da cidade junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e de uma empresa denominada Ambicon. ‘Foi uma **atitude desrespeitosa com a população da nossa cidade**. Entraram com a representação no último prazo antes da abertura da licitação para emperrar o processo’, lamentou a prefeita (PREFEITA, 2015b).

Mais uma vez, não temos menção às possíveis irregularidades ou qualquer resposta às acusações da empresa, Tribunal de Contas ou Câmara. O que ocorre aqui é a aparição de um outro efeito discursivo muito recorrente na prática política e que aparecerá neste trabalho outras vezes: A criação pelo sujeito político de um lugar discursivo no qual ele fala com/pelo/para a população. Como já discorremos anteriormente, essa é uma ilusão, uma vez que esse enunciado pressupõe uma homogeneidade dos discursos, das demandas e de toda população. Só é possível considerar o “povo” como um elemento discursivo. “Porque povo é uma designação de uma população em um discurso público impõe não só socialmente, mas também discursivamente, o recurso a um porta voz” (CONEIN, 2016, p. 97). Ou seja, Dárcy estaria “lutando” em nome de toda a “população da nossa cidade” contra essa “atitude desrespeitosa” daqueles que tentaram barrar a liberação da verba. A luta que, inicialmente era pessoal - a prefeita contra seus acusadores -, ganha ares de uma batalha da população, que tem em Dárcy a sua porta-voz, contra forças ocultas que estariam prejudicando o desenvolvimento da cidade.

Uma outra prática discursiva que foi recorrente em nossa pesquisa foi a quantidade e a importância era dado quando Dárcy recebia cidadãos “comuns” no Palácio do Rio Branco. O que era algo rotineiro, com a população cobrando ou exigindo um serviço ação de um governante, se tornava um evento relevante para a Coordenadoria de Comunicação Social. Vejamos alguns leads:

Na tarde desta terça-feira, dia 13, a prefeita recebeu a visita de duas moradoras do Jardim Procópio. Marlene e Fernanda Leme, mãe e filha respectivamente vieram dar algumas sugestões a prefeita Dárcy Vera para melhorias no bairro, mas também aproveitaram a visita para **elogiar o trabalho** que vem sendo realizado pela administração municipal no bairro (MUNICÍPES, 2012a, grifo nosso).

A prefeita de Ribeirão Preto, Dárcy Vera, recebeu na tarde desta segunda-feira, dia 7 de maio, em seu gabinete, os munícipes Ednílson da Silva Almeida, do bairro Alexandre Balbo, e Cristiane Silva da França, que mora no Geraldo Correia de Carvalho, acompanhados de seus filhos, que vieram conhecer o Palácio Rio Branco. Durante o encontro, Ednílson **parabenizou a prefeita Dárcy Vera** pelas melhorias realizadas na cidade e pediu agilidade na construção da ponte no bairro Alexandre Balbo (MUNICÍPES, 2012b, grifo nosso).

Na manhã desta segunda-feira, dia 6, a prefeita de Ribeirão Preto, Dárcy Vera recebeu em seu gabinete, a visita da munícipe Zilda Assunção da Silva, que **parabenizou a atuação da prefeita** a frente do Executivo, além de fazer sugestões na área de esporte e lazer (MUNICIPE, 2012a, grifo nosso).

Na tarde desta quinta-feira, dia 17, a prefeita Dárcy Vera recebeu em seu gabinete, a aluna da Rede de Ensino Estadual, moradora do Jardim Paiva, Hayssa Pires, de 9 anos. Acompanhada pela tia Ana Paula Pereira, a aluna **parabenizou a chefe do Executivo** pela abertura da página no facebook, que tem como objetivo facilitar a adoção de animais domésticos, além de possibilitar a busca por animais perdidos (PREFEITA, 2013b, grifo nosso).

Na manhã desta terça-feira, dia 20, a prefeita Dárcy Vera recebeu, em seu gabinete, a visita de munícipes que trouxeram sugestões sobre assuntos ligados à cidade. Nélio de Figueiredo e Figueiredo Filho **parabenizaram a prefeita pelo trabalho** realizado frente à Administração Municipal (PREFEITA, 2013a, grifo nosso).

Os cinco recortes citados merecem uma análise em etapas. Primeiro, ainda observando do ponto de vista do fazer jornalístico podemos fazer a seguinte pergunta: o que pode ser considerado notícia? Um cidadão cobrar da Prefeitura um serviço ou elogiar outro é notícia? Pena (2020) irá elencar alguns dos chamado “valores-notícia”, características que servem como um funil que seleciona, dentre a grande variedade de eventos em um dia, o que pode e o que não pode ser notícia. Os valores-notícia mais importantes seriam: importância dos envolvidos, quantidade de pessoas envolvidas, interesse nacional, interesse humano e feitos excepcionais. Em menor escala, também entra a prestação de serviço ao público e medidas protetivas. Em paralelo a essas características, fatores como atualidade e ineditismo potencializam essa notícia. Percebemos que, pelos exemplos mencionados (em meio a outros semelhantes) que esse não é



um fato inédito, nem com grande utilidade pública, interesse da coletividade ou um feito excepcional. Apesar disso, todos os excertos respeitam a formatação fundamental do jornalismo, com título, subtítulo, *lead*, desenvolvimento, discurso direto e indireto. Apesar de não conter valor-notícia, é um texto com uma roupagem jornalística.

Observando agora da posição de um analista do discurso é possível ir mais fundo. As palavras “parabenizar” e “elogiar” aparecem sempre no primeiro parágrafo dos textos, mesmo em situações nas quais os munícipes cobravam melhorias ou serviços básicos em seus bairros. Há uma repetição que aponta para uma certa imposição de um sentido, de que a população “parabeniza” o trabalho da prefeita de que, mesmo quando eles estão lá para cobrar algo, o trabalho da prefeita é elogiado. Levar essa informação para o *lead* e repeti-la de forma insistente aponta para um objetivo: legitimar as práticas do governo com base no discurso da população, sob a proteção da forma-jornalismo. Vamos explicar esta frase com mais detalhes. Primeiro: para manter a legitimidade e credibilidade que um texto jornalístico carrega em seu discurso, o texto não poderia ser desvirtuado para um artigo de opinião, por exemplo, com a finalidade de elogiar o trabalho do Executivo. Perderia sua função primeira, além de escancarar um conflito de interesses. O que foi feito nesses recortes foi o uso do discurso relatado, por meio das aspas e do discurso direto, para transferir para os dizeres da população aquilo que a prefeita gostaria de ter dito.

Como exposto anteriormente, o uso das aspas representa um gesto aparente distanciamento do locutor. Por meio de uma ruptura sintática, ele cria uma espécie de suspensão de responsabilidade de quem escreve (AUTHIER-REVUZ, 1990). Como se o locutor-relator dissesse: “esse discurso não é meu, apenas estou fazendo uso momentâneo dele”. O discurso relatado e as aspas auxiliam na manutenção da ilusão da autenticidade. De que existem palavras “suas” e palavras que estão além, no exterior do seu discurso. Ou seja, é a “população” (aquela massa amorfa) que está elogiando o trabalho da prefeita. Coube aos jornalistas/assessores da Prefeitura apenas a função de “reportar”, “narrar”, “contar” esse “fato” com a linguagem jornalística.

Como já mencionado, um termo coletivo de massa em posição de agente adquire propriedades semânticas coercitivas. Esse discurso, portanto, aponta para um silenciamento de eventuais críticas e sedimentação de um governo não só aprovado pela população, mas também defendido por ela. O que implicaria, em última instância, a colocar os possíveis opositores não só contra a prefeita, mas contra toda a população. Ademais, o ato de “noticiar” com tamanha insistência que a “prefeita recebe” a população, também sugere uma imagem de líder “democrática”, que ouve a população, que trata a todos com cordialidade e é solícita.

Observando o que foi exposto até aqui, podemos considerar que Dárcy Vera (e sua equipe de comunicação), buscavam construir a imagem de uma líder popular e carismática, como estratégia para a execução e a manutenção do poder.

## 6.2 Welson Gasparini

Welson Gasparini foi o prefeito que por mais tempo comandou Ribeirão Preto, foram quatro mandatos: 1963, 1972, 1988 e 2005. Ele também ocupou os cargos de vereador por um mandato, deputado estadual em três ocasiões e deputado federal por uma vez. Seu primeiro emprego foi como repórter do Diário de Notícias. Após sair do Diário, começou a atuar como locutor e repórter da ZYR-79, ao lado de seu irmão Wilson Gasparini (JORGE, 2012).

Além do esporte e da política, Gasparini também acumulou popularidade nos programas de “variedades” e como animador de auditório, participando de programas com grande apelo popular como as apresentações de calouros (WELSON, 2018). Em entrevista ao jornal Tribuna de Ribeirão Preto, Gasparini admitiu que os programas eram “bem populares”, entre eles o que levava o título de “Mãe é quem manda no rádio”, que levava às donas de casa que passavam o dia nos afazeres domésticos, uma programação com assuntos relacionados à vida de artistas, das radionovelas, astrologia etc. Ademais, a sempre presença da fé católica, fez com que Gasparini ainda obtivesse uma ligação ainda mais forte com o público. Além dos trabalhos realizados no Diário de Notícias, comandado pela Arquidiocese de Ribeirão Preto, o repórter também levava mensagens de fé aos ouvintes na 79AM. Ele participava esporadicamente do programa “Hora da Ave Maria”, ao final da tarde, na qual pedidos de preces eram feitos por pessoas necessitadas de apoio espiritual, por enfermidades ou com outros problemas (WELSON, 2018). Como já exposto, tais programas faziam da 79AM uma rádio com mais apelo popular e inserção nas camadas menos abastadas do que a PRA-7, e uma das vozes responsáveis por esse sucesso era a de Gasparini.

Pela primeira vez o povão falou, através dos microfones da 79 sobre a carestia e problemas do viver diário. Os programas ‘Respingos do Dia’, Reportagem de Rua’ e ‘Reclamações’, levaram Salvador Salermo a mobilizar milhares e milhares de ribeirãopretanos dos bairros periféricos em torno do rádio. Nos ‘Programas de criança’, Salermo realizava obras de assistência social, distribuindo roupas, alimentos, cobertores a centenas de mães acompanhadas de filhos. Ao lado de Salermo, Welson Gasparini, seu funcionário, penetrava nos segredos da comunicação radiofônica e na convivência com as massas. [...] no futuro, Welson Gasparini aperfeiçoaria os métodos de uso do rádio para atingir fins políticos (MARINO, 1975, p. 37 apud, JORGE, 2012, p. 142).

Jorge (2012) explica que muitos locutores de rádio adquiriam (e ainda adquirem) capital social e político para se elegerem a cargos em processos representativos porque os ouvintes, silenciados por sua condição de massa, passam a delegar poder aos radialistas para representá-los (JORGE, 2012). Aos 23 anos, em 1959, Gasparini disputa a primeira eleição e é eleito para o cargo de vereador pelo Partido Democrata Cristão.

Também foi por influência da igreja que Welson Gasparini chegou à Juventude Democrata Cristã, onde tinha como líder e inspirador, Franco Montoro, com quem aprendeu a dividir o mundo em três grandes gru-pos, segundo sua concepção: a esquerda marxista, a direita, que era o capitalismo liberal, e a de-mocracia cristã. Gasparini asso-ciava sua atuação junto à igreja católica à ocupação profissional no rádio. Uma combinação que o aproximava da massa. Contava ainda com o apoio do jornal Diário de Notícias, ligado ao clero (WELSON, 2018).

Em 1963, após uma tentativa frustrada de alcançar o cargo de deputado estadual, Gasparini é eleito para o seu primeiro mandato como prefeito. Ao tomar posse, em 1964, ocorre o golpe militar e profissionais da imprensa na cidade sofrem com a repressão, inclusive seu antigo emprego, o Diário de Notícias. Apesar disso, Gasparini ingressa na Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido que apoiava a ditadura. Entre 1964 e 1983, Ribeirão Preto foi chefiada pela dupla de aliados, Gasparini e Antônio Duarte Nogueira, ambos do Arena. A hegemonia foi rapidamente quebrada em 1984, com a posse de João Gilberto Sampaio do MDB, mas Gasparini ainda retornou para o seu terceiro mandato em 1989, de volta ao PDC. Concluiu seu ciclo como prefeito, em seu quarto mandato, em 2008. Gasparini se aposentou em 2019, aos 82 anos, mas não sem deixar sucessores. Seus filhos, Marcelo e Maurício Gasparini são músicos e radialistas, e seguem apresentando um programa na rádio 79AM. Maurício também entrou para a política, sendo eleito vereador em duas oportunidades.

Sobre os recortes observados de Gasparini, começaremos com um que envolve dois temas que são recorrentes em sua trajetória: fé e política.

O prefeito Welson Gasparini recebeu em seu gabinete, nesta quarta-feira, o pastor Paulo Sérgio e um grupo de missionários da IMUCE (Igreja Missionária Unida dos Campos Elíseos), acompanhados pelo vereador Wandeir Silva. Durante a visita, o pastor Paulo Sérgio apresentou ao prefeito o projeto 'Rede Alcance', que é constituído por um grupo de pessoas que tem por finalidade orar pelas autoridades para que elas possam fazer um bom governo. Gasparini ouviu atento às explicações e pediu ao pastor Paulo Sérgio para que, **nas orações que fizer por ele, inclua três pedidos: saúde, sabedoria e coragem.** 'Saúde é o que preciso ter porque sem saúde não se faz nada; que eu tenha sabedoria nas minhas decisões, não posso falhar; e coragem que hoje falta muito no administrador, que na ânsia de agradar e conseguir aprovação das pessoas acaba cometendo deslizes. Nem sempre podemos agradar, às vezes precisamos tomar medidas que exigem **sacrifícios, mas é para o bem da população**', completou o prefeito. No final da visita, os membros da igreja se uniram e fizeram **oração pelo prefeito** (GASPARINI, 2006a, grifo nosso).

O texto acima corresponde à íntegra da matéria pública no site da Prefeitura com o título “Gasparini recebe visita de membros da Igreja Missionária Unida dos Campos Elíseos”. Como já mencionamos na seção sobre Dárcy Vera, podemos levantar dúvidas em relação ao valor-notícia desse texto, o que se mostrou uma regularidade entre os demais sujeitos-políticos. O pastor recebido pelo prefeito não fez reivindicações ou apresentou projetos para a comunidade. O intuito era realizar uma prece pelo mandatário. Levando em conta os itens elencados anteriormente: relevância, ineditismo, novidade, interesse público etc., temos um texto debilitado do ponto de vista do valor-notícia, mas que ainda assim mantém a estrutura de um texto jornalístico. Todavia, levando em conta a trajetória de Gasparini, sua proximidade com a fé cristã, o texto funciona no sentido e reforçar para a população essas características. O prefeito não ora ou pede as bênçãos, mas pede para que o pastor faça isso por ele.

Assim como Dárcy delega a função de elogiar o governo às pessoas que visitavam seu gabinete, Gasparini reforça sua fé no discurso alheio. E, no após pedir “saúde, sabedoria e coragem” para o líder religioso, ou seja, em última instância, para Deus, Gasparini completa dizendo “Nem sempre podemos agradar, às vezes precisamos tomar medidas que exigem **sacrifícios, mas é para o bem da população**” (GASPARINI, 2006, grifo nosso). Nesse contexto, o “sacrifício” também remete à fé cristã, ao conceito de mártir, de um guia que se sujeita ao escrutínio em prol do “bem geral”. Não esqueçamos, pois, que o discurso religioso também é um discurso institucional (MARIANI, 1998) e, na medida em que “esse tipo de discurso propõe uma relação de poder, sustenta-se pelo controle e imposição sobre os fiéis, a fim de alcançar bens simbólicos” (NASCIMENTO, 2020, p. 35), além de a Igreja também figurar como um Aparelho Ideológico de Estado (ALTHUSSER, 1970). Ademais, ao demonstrar que é passível de erros, e que algumas medidas “exigem sacrifícios”, Gasparini traz para si o ideário cristão do mártir, do homem que sabe o caminho a ser percorrido para o bem comum e que não medirá esforços para alcançar seu objetivo, nem que para isso tenha que se “sacrificar”.

Quando deixou o seu último mandato, em 2008, Gasparini tinha 72 anos de idade. Em seu histórico político podemos destacar a participação no Arena durante a ditadura e sua trajetória em partidos cristãos, que influenciaram sua prática política. Por outro lado, a faceta de animador de programas, apresentador popular, também serviram para abrandar seu discurso, torna-lo mais popular. Em seus discursos, é possível ainda observar resquícios dessa trajetória patriótica/conservadora aliado à um discurso acessível, em tom professoral, quase paterno. Se Dárcy era uma “mãe” calorosa, que recebia a todos de braços abertos e fazia questão de demonstrar esse afeto, Gasparini optava pelo perfil de um “pai tradicional”, que aconselha, mas

é firme em suas decisões e na manutenção das tradições. No fim, ambos apontam para uma visão personalista – em alguns pontos paternalista – da política, do líder carismático. Bobbio (1988) resume o paternalismo como uma:

[...] política social orientada ao bem-estar dos cidadãos e do povo, mas que exclui a sua direta participação: é uma política autoritária e benévola, uma atividade assistencial em favor do povo, exercida desde o alto, com métodos meramente administrativos. Para expressar tal política, nos referimos então, usando de uma analogia, à atitude benevolente do pai para com seus filhos ‘menores’ (BOBBIO, 1998, p. 908).

Essa concepção segundo o próprio autor, era muito utilizada para atacar estados e figuras que ameaçavam o modelo liberal de se fazer política. Porém, a necessidade de consumo e de aquisição de bens materiais também pode criar estados paternalistas liberais. “O Estado paternal é possível numa sociedade atomizada de massa, onde o individualismo encerrou o indivíduo no círculo estreito dos interesses familiares e domésticos, e onde predomina, com paixão exclusiva, a corrida ao bem-estar e ao gozo dos bens materiais” (BOBBIO, 1998, p. 909).

Percebemos que traços dos três momentos pelo qual a política ribeirão-pretana atravessou - a República dos Coronéis, a República dos Bacharéis e a República dos Locutores (SANTOS; SANTOS, 2017) - ainda ecoam na atualidade. O coronelismo com sua autoridade pela coerção, e com forte apelo paternalista, é visto aliado à política dos bacharéis, da educação moral e cívica e do tom professoral do mestre que não admite interrupções. Todos esses discursos representam um já-dito, uma memória que é acessada e re-formulada nos enunciados da República dos Locutores. Esta última, diferente das demais, não age pela força ou coerção institucional, mas opera pelo discurso. Aproveita-se das memórias, do estado de coisas dadas, do “exemplo dado ao finado Antônio Guimarães” (CIONE, 1989, p. 199 apud ROCHA; ZAIUTH, 2014, p. 56), para operar a manutenção do seu poder através de um discurso aparentemente cordial, mas que resgata um passado repressivo. A seguir alguns exemplos que corroboram com essa descrição. Na matéria intitulada “Prefeito ressalta importância da família em evento da Delegacia de Serviço Militar”, lemos o seguinte trecho:

O prefeito saudou as autoridades presentes, os jovens e seus familiares e destacou a **importância da estrutura familiar a favor da pátria**. ‘Hoje é um dia de grande responsabilidade para cada um de vocês que acabaram de fazer um juramento prometendo, se necessário, **dar a vida à nossa pátria**. Vocês dessa geração são as esperanças de um Brasil novo. Nós nunca poderemos ter uma **pátria** forte sem ter uma **família unida**. Vocês estão numa fase definitiva, onde cada um tem que ser o melhor naquilo que faz. Este país é rico em oportunidades. Precisamos aproveitar isso não apenas para nós, mas para a **pátria** também’. Ainda de acordo com o prefeito, o juramento feito pelos mais de 580 jovens presentes tem que ser de fidelidade, **valores de vida, família e pátria** (PREFEITO, 2007, grifo nosso).

Apesar de estar filiado ao PSDB, um partido que em tese estaria inserido no espectro da Social Democracia, Gasparini ainda mantém valores que remontam a sua trajetória conservadora. Vejamos mais um exemplo, na matéria “Gasparini exalta valores morais ao participar da comemoração do Dia da Bandeira no TG 02-031”

‘Quando vocês reverenciam a **bandeira brasileira**’ - afirmou, dirigindo-se aos atiradores - ‘na verdade vocês estão **reverenciando a própria Nação**. O que é a Nação senão a soma das pessoas que aqui vivem? [...] Vocês, que integram nosso Tiro de Guerra, são privilegiados! Aqui, afinal, receberam significativas lições de **disciplina, de responsabilidade e de amor à Pátria**; e é isto que tanto está faltando hoje em nossa cidade, no nosso país e no mundo todo (GASPARINI, 2007a, grifo nosso).

Podemos observar esse dilema entre a política liberal e a assistencialista na matéria “Gasparini tranquiliza mutuários da Vila Tecnológica quanto ao pagamento das prestações”

Em audiência com representantes de moradores da Vila Tecnológica e bairros adjacentes - da qual também participou o vereador Leopoldo Paulino - o prefeito **Welson Gasparini tranquilizou os mutuários** que utilizavam o posto da Cohab-RP até há pouco existente naquele local: as prestações, mesmo vencidas, poderão ser pagas na rede bancária, em supermercados, nas lotéricas e até nas agências dos correios. [...] ‘Se a pessoa atrasar alguns dias’ - explicou Gasparini - ‘assim como acontece com as contas de água, luz e telefone, **elas poderão pagar normalmente na rede credenciada com os juros e encargos** sendo acrescentados na conta do mês seguinte. Só quando acumular muitos meses, seria o caso da renegociação, mas esta só pode mesmo acontecer no prédio central da Cohab [...]. Hoje, por outro lado, existe a chamada lei da responsabilidade fiscal; o descumprimento da lei é impossível. **De minha parte, tudo o que eu puder facilitar para vocês, eu farei**’ (GASPARINI, 2007b, grifo nosso).

O uso do verbo “tranquiliza” remonta ao que abordamos do líder sábio, que aconselha e tranquiliza as aflições da população. Nesse caso, em específico, Gasparini não poderia “resolver” o problema dos débitos da população carente que busca uma casa própria. O que o prefeito fez foi indicar novos locais e formas de pagamento, mas todas acrescidas de juros. Para que o discurso direto não terminasse em tom decrescente, com uma má notícia para a população, a fala do prefeito termina com tom otimista, ligando com o título e o *lead* da matéria. Novamente, vemos o uso do pronome pessoal quando o assunto é a resolução de problemas. Em contrapartida, Gasparini menciona, em outro trecho da matéria um possível “responsável” pela cobrança implacável. “O dinheiro, além do mais, não é da Cohab, é da Caixa Econômica Federal e, hoje, o Tribunal de Contas supervisiona isto até para evitar que se faça política” (GASPARINI, 2007b). O prefeito mencionou que a dívida firmada com a Cohab – um órgão municipal – é na verdade uma dividida firmada com o governo federal, na figura da Caixa Econômica. Ou seja, uma figura distante, que não está naquele gabinete e não pode ser acessada

naquele momento. Além disso, menciona que é supervisionado pelo Tribunal de Contas, excluindo qualquer responsabilidade aparente da prefeitura e dele próprio do problema da moradia popular. Apesar disso, a matéria é estruturada de tal forma que Gasparini destoa como um apaziguador, alguém que está lá para fazer “tudo o que puder” para resolver o problema da população.

### **6.3 Maurílio Romano Machado**

A história da família Romano Machado no jornalismo e na política de Ribeirão Preto começou nos anos 1920. Nascido em 1905 em São Paulo, Costábile Romano veio para Ribeirão Preto em 1922 e começou a trabalhar como jornalista no Diário da Manhã em 1927. Costábile foi proprietário do periódico entre 1933 e 1950, além de fundar o jornal O Diário, em 1956. Ele foi prefeito da cidade de 1956 a 1959 e deputado estadual de 1959 a 1966. Além da política, também se interessou pelo futebol. Foi presidente da Liga Ribeirão-pretana de Futebol e do Botafogo Futebol Clube de 1949 a 1951 (LEPERA, 2016). Ele morreu em Ribeirão Preto no dia 2 de setembro de 1966, em um acidente de carro (VERRI, 201-). O sobrinho de Costábile, Marcelino Romano Machado, seguiu os passos do tio e ingressou na política e no jornalismo. Foi diretor-secretário do O Diário entre 1967 e 1968, comentarista político na Rádio Cultura de Ribeirão Preto, entre 1976 e 1981; editor do jornal O Popular de Sertãozinho entre 1977 e 1978; e comentarista político da rádio Conquista FM, desde 1987 (MARCELINO, 201-). Marcelino foi vereador, deputado estadual e federal.

Em 1981, quando o nome da família já estava consolidado na cidade, nasce Maurílio Sanches Romano Machado, filho de Marcelino Romano Machado e Lilia Márcia Sanches Machado. Em 1995, aos 14 anos de idade, Maurílio começou a trabalhar ao lado da família no Mega Sistema de Comunicações. Em 2005, graduou-se em Relações Internacionais e, no ano seguinte, disputou as primeiras eleições. Concorreu ao cargo de deputado estadual em 2006, mas não recebeu a quantidade necessária de votos. A segunda tentativa veio nas eleições de 2008, quando buscou a vaga de vereador e foi eleito. Ele foi reeleito em 2012, chegando ao cargo de vice-presidente da Câmara em 2013 (HISTÓRIA, 2014).

Contudo, não concluiu seu mandato, sendo afastado em 2016 após denúncias da Operação Sevandija. Apesar de não atuar ativamente como jornalista, Maurílio estava desde a sua adolescência inserido nesse contexto. Além disso, atuava como comentarista político nas emissoras da família. O ex-vereador chegou a ter nove inserções diárias na programação local, aparecendo três vezes ao dia nas três emissoras do Sistema Mega. Em entrevista à Folha,

Romano afirmou que fazia “comentários ‘opinativos’ sobre assuntos gerais, sem se identificar como vereador” (PARLAMENTARES, 2011).

Mesmo respondendo a um inquérito judicial e não podendo ocupar cargos públicos, Maurílio ainda exerce influência na política local e, principalmente, no Partido Progressista (PP). No final 2019, ele fechou um acordo com o atual prefeito Duarte Nogueira para a indicação do vice na chapa das eleições de 2020. O nome escolhido foi Daniel Marques Gobbi, filiado ao PP e que já havia atuado como funcionário comissionado no gabinete de Maurílio (PSDB, 2020; SCHIAVONI, 2019). O ex-vereador também esteve no palco, ao lado do prefeito Duarte Nogueira Júnior, durante seu discurso de vitória após o resultado das eleições de 2020.

Analisaremos agora alguns trechos que retomam uma regularidade observada nas análises anteriores: a procura pela legitimidade do próprio discurso no discurso do outro. Uma vez que um discurso puramente publicitário não teria o mesmo efeito após eleito, o político foca na prática discursiva política para legitimar seus atos e no discurso de terceiros, como elogios de cidadãos e figuras de destaque.

Nesse caso, propomos um gesto de leitura dessa matéria, veiculada no site da Câmara Municipal, com o título “Dilma Rousseff declara apoio à luta de Maurílio Romano por Universidade Federal”. Tanto o título quanto o subtítulo já nos fornecem material para análise. No subtítulo, lê-se: “A presidente falou em entrevista à rádio Conquista FM, de Ribeirão Preto, sobre a possibilidade de instalar um campus na cidade” (DILMA, 2013). Dilma declarou que havia a possibilidade da implantação de uma universidade federal em Ribeirão Preto. Porém, ao trazer para si essa demanda popular, Maurílio assume que essa é a “sua **luta**” - mais uma vez esse termo aparece no sentido de elevar a atuação do agente político - e que, a partir de agora, ele contava com o apoio da presidência da República, que validava tanto essa demanda, quanto a “luta” de Maurílio. No subtítulo, entendemos um pouco melhor porque houve esse deslocamento tão acintoso na fala da presidente.

Dilma concedeu entrevista à Rádio Conquista FM, da família Romano Machado. Ademais, não é usual, conforme material que analisamos para esta pesquisa, destacar o nome de uma emissora (a não ser em ocasiões excepcionais, homenagens etc.), levando em consideração que a matéria foi redigida pela assessoria do vereador, é possível supor que além de uma propaganda para Maurílio, essa também era uma propaganda para os seus veículos. Nesse pequeno trecho, podemos ver o espaço público da Câmara sendo utilizado para práticas que colaboram com a manutenção do poder político e midiático da família Romano Machado. Vejamos agora um trecho da matéria:



**Como defensor desta bandeira**, ao lado da prefeita Dárcy Vera, fiquei muito feliz com a declaração da presidente Dilma. Na verdade, este é um dos pleitos mais justos, **não meu, mas de milhares de jovens** que não conseguem entrar para uma universidade por falta de recursos financeiros [...] (DILMA, 2013, grifo nosso).

Mais uma vez, na tentativa de trazer para si os louros de uma determinada obra, o vereador diz ser um “defensor desta bandeira” ao falar sobre a abertura de uma universidade federal na cidade. Ora, a defesa da educação pública de qualidade é uma bandeira respeitável e espera-se que seja universal. Reafirmar esse lugar comum também traz para o discurso do vereador o imaginário de um homem a favor da educação, que luta pelo ensino público de qualidade etc. Contudo, adiante em seu discurso, ele utiliza um recurso discursivo já mencionado anteriormente. Ao falar que essa não é pleito dele, mas de “milhares de jovens”, Maurílio aglutina em seu discurso um peso e uma legitimidade ainda maior. Porém, não esqueçamos um termo coletivo de massa em posição de agente adquire propriedades semânticas coercitivas (CONEIN, 2016), isso porque, só é possível considerar o “os estudantes”, “o povo”, os trabalhadores”, como um elemento discursivo.

Em outro recorte, podemos a repetição de alguns enunciados. Como a necessidade de ter a sua imagem associada a altos cargos da política, criando no eleitorado uma sensação de grandeza do vereador interiorano. A matéria recebeu o título de “Maurílio Romano retoma luta por fábrica da Petrobras e faz pedido à presidente Dilma Rouseff”.

O vereador Maurílio Romano (PP) compareceu à inauguração do Etanolduto, que liga Ribeirão Preto à cidade de Paulínia, nesta segunda-feira, 12 de agosto, **para pedir pessoalmente à presidente Dilma Rousseff** (PT) que a fábrica de amônia da Petrobrás seja instalada em Ribeirão Preto. **A presidente recebeu das mãos do vereador** um ofício destacando as vantagens que o governo federal teria caso traga o investimento para o nosso município.

O vereador retomou a **luta** para a construção da fábrica em Ribeirão Preto após o anúncio da Agência Nacional de Petróleo (ANP) de que a cidade de Uberaba, MG, não terá mais o gasoduto, o que acaba prejudicando a ida da planta de amônia também. ‘A previsão é de investimento de R\$ 1,5 bilhão na construção da fábrica. Acredito que Ribeirão tenha total condição de receber esse investimento e **fiz questão de destacar essa visão para a presidente Dilma**’, afirmou o vereador Maurílio (MAURILIO, 2013, grifo nosso).

Novamente, vemos um discurso cria uma ideia de proximidade do vereador com a presidente. “Pedi pessoalmente”, “recebeu das mãos do vereador” e “fiz questão de destacar essa visão para a presidente Dilma”, novamente associam a imagem do vereador a uma figura relevante no cenário nacional, incutindo em seu eleitorado e na população ribeirão-pretana uma imagem de que ele tenha poderes além dos da vereança tradicional. Vemos prática semelhante em outra matéria, dessa vez quando Maurílio falou com o governador do Estado. “O vereador Maurílio Romano conversou com o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, nessa manhã

de quarta-feira, 26 de março, durante a visita à cidade” (MAURILIO, 2014). Com livre acesso à Brasília ou ao Palácio dos Bandeirantes, Maurílio cria um imaginário de que sua autoridade iria além dos limites dos da municipalidade, gozando de poderes e uma influência maior que a de seus colegas parlamentares.

#### **6.4 Jean Corauci**

A história dos Corauci está diretamente ligada à história do rádio em Ribeirão Preto. Corauci Neto completou em 2021 62 anos de atuação no rádio. Sendo um dos principais responsáveis por projetar o sobrenome da família em Ribeirão Preto e na região. Nascido em Ribeirão Preto, José Nillo Corauci Netto teve os primeiros contatos com o rádio quando participava do programa de calouros na PRA-7, apresentado por Welson Gasparini. Ao se obter relativo destaque como cantor, Corauci Neto participou de um concurso para locutor na Rádio Brasiliense, recém-chegada em Ribeirão Preto e foi um dos escolhidos. Após um ano na Rádio Brasiliense foi contratado pela Rádio Cultura, onde ficou sete anos. O sucesso nessas duas rádios fez com que a renomada PRA-7 o contratasse. O apelo popular era tanto, que além do programa de rádio, Corauci Neto passou a apresentar um programa de auditório. Depois da PRA-7, foi para a Rádio 79AM, onde permaneceu 12 anos. Após esse período, voltou para a Clube ficando mais quatro anos. Atualmente, está na 79AM há mais de duas décadas (PERSONAGEM, 2019).

Em sua maioria, os primeiros programas de Neto foram voltados para música e variedades. Foi um dos responsáveis por apresentar com frequência o *Rock* de Elvis Presley e outros artistas do gênero em Ribeirão Preto, se tornando popular entre os jovens. Outro programa com grande apelo popular foi o “Balanga Beijo”. O programa misturava sátiras com informação. As apostas feitas entre os apresentadores Corauci Neto e Luiz Mozart o “Tiririca” antes dos jogos do Comercial e Botafogo ganharam repercussão por toda a cidade e popularizaram ainda mais o nome do apresentador. Entre os desafios impostos ao perdedor com a derrota do clube, estava entrar no córrego Retiro Saudoso, comer grama, usar vestido e beijar um dos jogadores (PERSONAGEM, 2019).

Em paralelo à carreira como apresentador, Corauci seguiu a trajetória como cantor e gravou 17 discos. Apesar do grande sucesso no rádio, ele não foi o primeiro da família a se aventurar na política. O primeiro Corauci a se eleger foi o irmão, Valdemar Corauci Sobrinho. Diferente de Neto, Sobrinho tinha o perfil que se encaixava mais na “República dos Bacharéis” (SANTOS; SANTOS, 2017), apesar de também participar de programas de rádio ao lado do

irmão. Era advogado, professor universitário e administrador de empresas, inicialmente, do ramo farmacêutico e alimentar. Chegou a ocupar a vice-reitoria da Unaerp, tendo se casado com a reitora da universidade, Elmara Bonini. Em 1976 filiou-se ao Arena, elegendo-se vereador no pleito realizado em novembro daquele ano, tomando posse em março de 1977 (FGV - CORAUCI). Em 1982, agora pelo PDS, se reelegeu vereador. Em 1986 foi eleito para o cargo de deputado estadual sendo reeleito em 1990. Em abril de 1993, pediu licença do legislativo para ocupar o cargo de secretário de Esporte e Turismo do estado de São Paulo no governo de Luís Antônio Fleury Filho (FGV).

Cabe ressaltar que na década de 80, o irmão, Corauci Neto, já era extremamente popular na cidade. Era “figura constante nas festas, feiras e exposições realizadas em várias cidades da região. Corauci Neto levava para a cidade artistas convidados, bailarinas, além é claro, de cantar as suas músicas” (PERSONAGEM, 2019). Com a carreira política do irmão já encaminhada, Sobrinho disputou as eleições municipais de 1988, sagrando-se o candidato mais votado da cidade (CORAUCI NETO, 201-).

Durante o início dos anos 1990, a fama dos Corauci se manteve alta em Ribeirão Preto. Sobrinho foi eleito como deputado federal em 1994, e Neto foi reeleito em 1992 e 1996, sendo por três vezes consecutivas o vereador mais votado da cidade (CORAUCI NETO, 201-). Com a popularidade, Corauci Sobrinho se licenciou temporariamente do cargo de deputado federal para concorrer nas eleições para prefeito de Ribeirão Preto em 1996. Porém, o peso do nome dos Corauci não foi o suficiente, ele ficou em terceiro lugar no primeiro turno. Os candidatos Sérgio Roxo do PT, e Luís Roberto Jábali, do PSDB, repetiram a polarização presente no país naquela década e seguiram para o segundo turno, com a vitória de Jábali (RESULTADOS, 1996). Ao retornar para o Planalto, Sobrinho ainda conseguiu ser reeleito como deputado federal em 2002. Esse foi o último cargo no legislativo ocupado por Sobrinho, ele ainda tentou como deputado estadual em 2006 e federal em 2010, mas não obteve êxito (CORAUCI SOBRINHO, 20--). Já Neto, se manteve como vereador, sendo reeleito em 2004 e 2008, mas não mais como o mais votado. Tentou o sexto mandato em 2010, mas não obteve os votos necessários.

Os anos 2010 começaram sem Coraucis eleitos. Porém, em 2016 foi a vez de Jean Corauci, filho de Corauci Neto, ser eleito vereador pela primeira vez. Jean mesclou características dos seus dois antecessores na política: era um bacharel, formado em Análise de Sistemas e fez pós-graduação em Administração de Empresas, também atuou como professor; mas também possuía forte ligação com o rádio, apresentado programas ao lado do pai, na 79AM (JEAN CORAUCI, 201-). Jean foi reeleito em 2020. Na rádio 79AM, atual CMN, Jean é figura

recorrente na grade de programas. Entre eles, o “Acorda Ribeirão”, que foi ao ar entre 2015 e 2019, e era transmitido de segunda à sexta-feira, das 6h à 7h. O programa era apresentado por Jean e Neto e contava com notícias sobre Ribeirão Preto, previsão do tempo e prestação de serviços. Mantém a forte ligação da família Corauci com o catolicismo, o programa “No colo de Jesus e de Maria” conta com a apresentação do Padre Marcelo Rossi e comentários de Jean e Neto direto de Ribeirão Preto. Esse programa vai ao ar de segunda a sábado, a partir das 8h. Aos sábados, Jean e Neto apresentam o “Saudade também tem idade”, que vai ao ar na TV Thathi no sábado, às 22h e com reprise no domingo às 21h30. O programa resgata a essência musical de Neto, apresentado clipes e músicas (JEAN CORAUCI, 201-).

Observaremos uma sequência discursiva de referência do vereador Jean Corauci que sintetiza o que expomos até agora. No dia 31 de janeiro de 2017, 30 dias após ele tomar posse para o seu primeiro mandato como vereador, Jean foi convidado a dar uma entrevista no programa “Programa Ponto de Encontro”, da TV Câmara. O programa de entrevistas serviria como uma “apresentação” do vereador para o público. Diferente da maioria dos colegas que se foram entrevistados sozinhos, Jean convidou o tio, o ex-deputado Corauci Sobrinho. Analisaremos, respeitando a metodologia proposta, apenas o texto veiculado no site da Câmara Municipal sobre essa entrevista e não o programa em si. No subtítulo da matéria lê-se: “Tema principal do bate-papo foi o trabalho da família Corauci na vida pública” (VEREADOR, 2017). Vejamos os dois primeiros parágrafos da matéria:

Na manhã desta terça-feira (31/01), o vereador Jean Corauci participou de entrevista no Programa Ponto de Encontro nos Estúdios da TV Câmara Ribeirão. Esteve presente como convidado o seu tio e ex-deputado, Corauci Sobrinho.

Com apresentação da jornalista Jane de Sá, o vereador falou a respeito do seu trabalho e de sua família na vida pública da cidade. ‘Em todos esses anos que **Ribeirão Preto nos acolheu, eu** espero devolver este acolhimento em forma de trabalho, respeito e perseverança para esta cidade’, comentou o vereador Jean Corauci (VEREADOR, 2017).

O texto não menciona as falas ou participações de Corauci Sobrinho, apenas de Jean. Nota-se o uso de dois pronomes na fala do vereador “nós” e “eu”. O “nos”, pronome pessoal oblíquo átono na primeira pessoa do plural, é usado quando Jean que falar sobre como população de Ribeirão Preto “acolheu” ele e sua família. A família, nessa frase, permanece como sujeito oculto, mas não passa despercebida. Jean ressalta ao dizer “nos acolheu” todo o histórico político dos Corauci e se inclui nele. Ao dizer isso na presença do tio, Jean reforça que é um Corauci, resgatando no imaginário da população todo o passado de sua família e assumindo o posto de “novo Corauci na política”.

Com isso, todos os feitos dos demais familiares passam a ser associados e confundidos com seus próprios feitos. Todavia, ainda na mesma frase, o pronome muda para a primeira pessoa do singular. “Eu espero devolver este acolhimento em forma de trabalho” indica que, apesar do histórico da família, que o ajudou a chegar até o cargo de vereador, os méritos do trabalho a partir daquele ponto serão do “eu”, de Jean Corauci, e não mais dos Corauci. Percebe-se um dilema na fala do vereador. Ele precisa ressaltar que é um Corauci, e que tem o seu fazer político lastreado por outros políticos de renome regional, ao mesmo tempo, precisa criar uma certa “individualidade” e se diferenciar dos seus antecessores, para poder colher os frutos do próprio trabalho.

## 7 GESTOS DE LEITURA: JORNALISMO + POLÍTICA = PUBLICIDADE

Após discutirmos as bases da Política, da prática política e da forma-jornalismo cabe analisarmos o ponto de intersecção entre esses espaços discursivos: a comunicação pública. O local no qual forma-jornalismo reveste a prática política com seu imaginário de credibilidade. Para tanto, faremos uma introdução a respeito da criação e propósitos dos canais oficiais de comunicação da Câmara Municipal e da Prefeitura de Ribeirão Preto. Apresentamos as especificidades da função do assessor de imprensa e suas diferenças com o jornalista, a partir desse ponto, observamos como a comunicação pública transforma direitos essenciais em mercadorias e conta com a égide da prática discursiva jornalística, empregado por suas assessorias, como ferramenta principal de mascaramento das suas condições materiais de produção.

Na segunda subseção, defendemos a tese de que ao trabalharem juntos, jornalismo e política deslocam seus dizeres, desvirtuam seus fundamentos e se aproximam da linguagem publicitária. Para tanto, utilizaremos o conceito da “Língua de Vento”, para descrever o discurso publicitário. Ademais, a análise do *corpus* como já abordamos no capítulo 3 “Metodologia, *corpus* e limites”, será feita com base em sequências discursivas de referência que emergem da intersecção entre a forma-jornalismo e a prática política. A análise será feita de forma pendular (PETRI, 2013), indo do *corpus* à teoria, e da teoria ao *corpus*.

### 7.1 Comunicação pública: intersecções discursivas

A primeira tentativa de um canal de comunicação pública foi a Rádio Emissora Educativa FM, criada em 1987 por uma lei do prefeito João Gilberto Sampaio, que também foi radialista (SANTOS; SANTOS, 2017). A rádio era vinculada à Secretaria Municipal de Educação e tinha o objetivo de “promover e difundir em todo o Município, eventos culturais, educacionais, e esportivos e campanhas sociais beneficentes” (RIBEIRÃO PRETO, 1987).

O conselho administrativo da rádio seria composto por três membros escolhidos pelo prefeito e com a possibilidade de demissão. O governo municipal não obteve a do governo federal a concessão de emissora de rádio nem de televisão. Em 1995, já no mandato do prefeito Antônio Palocci, a Câmara aprovou uma lei complementar que autorizava a criação de um “Sistema Municipal de Radiodifusão Educativa Sonora e de Sons e Imagens”. Todavia, também não obteve sucesso e não conseguiu a concessão necessária. Naquele ano, com a aprovação foi aprovada a Lei da Cabodifusão, que possibilitava utilização dos canais reservados ao Poder

Legislativo na grade de canais da TV a cabo. Entre os anos de 1994 e 1995, entrou em operação na cidade de Ribeirão Preto, o serviço de TV a Cabo, operado pela empresa Multicanal, o que possibilitava a criação de um canal do legislativo (SANTOS; SANTOS, 2017).

Não obstante, a transmissão das sessões da Câmara Municipal teve início somente em 1997, por meio de um acordo com a TV Thathi. O acordo posteriormente foi transformado em uma resolução aprovada pela Câmara que criava o “Programa TV Câmara Municipal”, pago com orçamento próprio do legislativo. Uma licitação chegou a ser aberta em 1998 para escolher uma empresa para transmitir o programa da Câmara, porém, a TV Thathi foi a única concorrente a se interessar pelo contrato, continuando as transmissões das sessões. O programa passou a ser exibido na TV Thathi e no canal 22 da Multicanal (SANTOS; SANTOS, 2017). Em 1999 o Programa TV Câmara se transformou em “TV Câmara”, agora a estrutura criada no legislativo seria a de uma TV que retransmitiria o seu sinal. Debates sobre a validade de uma TV voltada à classe política tiveram início tão logo o primeiro projeto foi aprovado, embates entre vereadores que “apareciam menos” nas transmissões da TV Câmara também ganharam repercussão.

Expressões como informar, divulgar, popularizar e mostrar, recorrentes nos documentos da época, denotam a natureza de meio de divulgação com que a TV foi pensada inicialmente. Naquele momento não se falava nas possibilidades de acompanhamento, fiscalização e participação proporcionadas pela tevê que estava sendo criada. Por isto, podemos considerar que a TVCM foi criada como um meio de promoção das atividades da Câmara e não como instrumento de fiscalização (SANTOS; SANTOS, 2017, p. 173).

Durante a primeira década de atividades, a TV Câmara funcionou junto à Assessoria de Imprensa do Legislativo. Em 2009, teve início um processo de expansão e, atualmente, a TV Câmara opera com estúdios e áreas técnicas próprias, além de criar uma grade própria de programação. Em 2012, a emissora ganhou a concessão para operar um canal aberto de televisão no município (CONHEÇA, 2015). Ou seja, até 2009 a TV Câmara e a Assessoria de Imprensa eram um único setor, ocupando o mesmo espaço físico. Atualmente, é a assessoria da Câmara que alimenta o site da Câmara Municipal, responsável por divulgar os projetos que foram aprovados durante a sessão, convocações extraordinárias, solenidades e demais atividades do legislativo. Contudo, como veremos a seguir, algumas notas publicadas no site da Câmara foram publicadas pela assessoria particular de cada vereador.

Já na Prefeitura, que não possui emissora de rádio ou TV, a divulgação dos atos oficiais é realizada por meio do site e das redes sociais do Executivos, todas as plataformas são geridas pela Coordenadoria de Comunicação Social (CCS). Inicialmente chamada de “Assessoria de

Imprensa da Prefeitura”, foi criada em 1969 pelo prefeito Duarte Nogueira. A lei que instituiu a Assessoria à vinculava ao Gabinete do Prefeito. Na referida lei, lê-se:

ARTIGO 3º Gabinete do Prefeito é o órgão incumbido de assistir o Prefeito nas suas funções político-administrativas, cabendo-lhe o preparo dos processos para despacho, o assessoramento para os contatos com os demais poderes e autoridades e para o atendimento dos municípios e cuidar da divulgação dos atos do Prefeito (RIBEIRÃO PRETO, 1969).

Nota-se como de início a Coordenadoria de Comunicação Social foi elaborada como uma assessoria do prefeito e não da Prefeitura. Em 1993, a Assessoria recebeu o nome de CCS. Cabe à CCS o trabalho de levantamento de informações para a elaboração do site oficial da Prefeitura de Ribeirão Preto, tanto nos setores da administração pública quanto em órgãos particulares. Além disso, a CCS tem a função de divulgar as ações do governo municipal. Normalmente faz *press-releases* e fotos e repassa para os órgãos de imprensa da cidade (COORDENADORIA, 200-?). Tanto na CCS quanto na Assessoria de Imprensa da Câmara, os quadros de funcionários são ocupados, em sua maioria, por jornalistas e estagiários de jornalismo.

A partir dessa contextualização, abordamos o papel do assessor de imprensa nesse cenário. Cabe, antes de prosseguirmos, fazermos uma diferenciação importante: apesar de ser uma TV à serviço do Poder Legislativo, os jornalistas que atuam na TV Câmara, no limite da conceituação, não podem ser considerados assessores de imprensa. Eles produzem material próprio e o divulgam em plataforma própria. O que iremos nos debruçar em específico será o trabalho do assessor de imprensa, tanto da CCS da Prefeitura, os assessores particulares de vereadores e os assessores da Câmara Municipal.

Vamos, primeiramente, à definição mais aceita do termo “assessor de imprensa”. O avanço dos meios de comunicação ao longo do século XX fez com que empresas, políticos e figuras públicas vislumbrasse na imprensa uma grande possibilidade de divulgar seus feitos, opiniões, além de construir uma imagem positiva (CHINEM, 2003).

Para intermediar e aprimorar esse processo, surgiu a assessoria de imprensa. “Que, apesar do nome sugerir, não está à serviço da imprensa, mas o faz o contato a partir da empresa e se relaciona permanentemente com ela” (CHINEM, 2003, p. 11). Podemos definir o assessor de imprensa como um profissional que mantém contato constante com as redações, conhecendo os jornalistas, seus interesses e a rotina de seus trabalhos, tudo isso para que ele possa sugerir a pauta ideal que favorecerá seu cliente para o veículo certo, no momento certo. Além disso, ele



também deve atuar na gestão de crises, fornecendo as informações necessárias para preservar a imagem do cliente frente à opinião pública.

Apesar de, na prática, os jornalistas e os assessores de imprensa, geralmente, cursarem a mesma faculdade no Brasil, eles desempenham papéis relativamente diferentes. Em específico, porque a função do assessor condensa outras duas áreas. Se pensarmos na concepção moderna de uma Assessoria de Comunicação Social, que engloba não só a divulgação de notas de imprensa, mas de toda a construção de uma imagem do cliente. Uma assessoria de imprensa dispõe de informação jornalística (Assessor de imprensa/Jornalista), construção de imagem pessoal ou institucional (Relações Públicas) e a comercialização/divulgação de um produto ou serviços (Publicidade e Propaganda) (FERRARETTO; FERRARETTO, 2009). Embora seja possível projetar uma figura pública ou empresa utilizando somente uma dessas três áreas, é somente por meio de um assessor de imprensa, que abarca as três, que o cliente poderá obter resultados mais abrangentes e eficazes (CHINEM, 2003)

O que temos aqui é uma aproximação paradoxal. Temos de um lado o jornalismo, que apesar das limitações, pauta-se por uma metodologia voltada para a “transparência e o interesse o público”; e do outro, a publicidade, que busca a criação de imagens e demandas para a comercialização de bens e serviços. Não se trata aqui, todavia, de eleger um discurso “mais ético”, mas de mostrar que, apesar de ambas serem profissões legítimas, há um claro conflito de interesses. O primeiro tem seu discurso enraizado na língua de madeira, enquanto o segundo, funciona tão somente pela Língua de Vento.

A publicidade produz e agencia valores, saberes e naturaliza os desejos de consumo, tornando-os necessidades básicas, simbolizando-os por meio da ideologia de aceitação e pertencimento, compartilhada por todos como um ideal de existência. Para ‘ser’ é preciso ter; consumir o que a publicidade afirma como o que é certo (TAVARES, 2005, p. 24).

Chinem (2003) ressalta essa aproximação de uma noção de mercado, publicidade e o jornalismo na assessoria de imprensa: “o que não quer dizer que, em uma economia aberta, a atividade seja mais ou menos idônea do que qualquer outra empresa que atua no mercado de comunicação - incluindo agências de publicidade e também os próprios meios de comunicação” (CHINEM, 2003, p. 122).

Não obstante, a forma-jornalismo contemporânea não pode ser considerada um “discurso puro”, totalmente de madeira, ela também é atravessada/influenciada por questões de mercado e o discurso publicitário. Como analisa Arbex (2001), a imprensa escrita adotou uma série de procedimentos textuais e gráficos para concorrer e se adaptar à nova tendência

comunicacional imposta pela internet. Textos curtos, parágrafos pequenos, letras garrafais, fotos coloridas, vídeos, conteúdo interativo etc. “De tal forma, que o leitor não se sinta ‘cansado’ e possa ler de maneira mais rápida e cômoda possível” (ARBEX, 2001, p. 36). Os veículos de comunicação agora precisam concorrer com outros sites, com o entretenimento nas redes sociais, aplicativos variados, além de seus concorrentes tradicionais no rádio, TV e mídia impressa. A imposição e uma nova condição de mercado alterou a maneira de se fazer jornalismo. O que se tem, como já discutimos, é uma “imagem”, um “tipo ideal” que o público espera que seja o jornalista. Amparado sobre aqueles preceitos de valorizar a opinião pública, ser “imparcial” e tantos outros clichês.

Retornando ao conflito de interesses, este tem início logo quando o profissional se forma na faculdade de Jornalismo. Ambos serão regidos pelo mesmo código de ética. Ora, em seu artigo 4º, o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (FENAJ, 2007) estipula que os profissionais tenham compromisso com a verdade no relato dos fatos e que efetuem uma “precisa apuração” dos acontecimentos. Se essa regra fosse aplicada ao assessor de imprensa ele deveria experimentar diversas marcas de um chocolate antes de divulgar que a marca para qual ele trabalha é a melhor? Neste ponto, fala mais alto a veia publicitária. Isso porque, repetimos, “o objetivo do assessor de imprensa é cultivar e difundir a boa imagem daquele que o contrata. [...] Jornalistas e assessores trabalham para clientes distintos, para atender a necessidades distintas” (BUCCI, 2009, p. 95). Ora, então qual seria a função de uma área como o jornalismo que, em teoria, deveria revelar situações desconcertantes para os detentores de poder?

Como abordamos no capítulo sobre forma-jornalismo, a noção de “verdade jornalística” carrega consigo uma memória discursiva que remete à credibilidade e a um modo de produção específico do jornalismo, de forma que essa verdade foi lapidada e pode ser aferida pelo público. Apesar de não ser uma verdade amplamente aceita, ela funciona mais como uma validação institucional do que filosófica. Ademais, a intenção do jornalismo, segundo essa concepção, seria atender única e exclusivamente ao público, apagando, em seu próprio discurso, questões que remetam a interesses comerciais da empresa em si. Como expomos anteriormente, a forma-jornalismo é eficaz em apagar as suas condições materiais de produção. Essa noção preenche uma lacuna aberta pelo caráter mercadológico da publicidade na assessoria, tornando o “produto” oferecido mais crível ao público. Temos aí, as bases do que entendemos como comunicação pública.

Como conceito “ideal” de comunicação pública, ou seja, o que se espera que um profissional dessa área faça e o que é dito sobre essa área para legitimar o seu fazer, temos a seguinte definição:

A comunicação pública se compõe de ações informativas, consultas de opinião, e práticas de interlocução, em qualquer âmbito, postas em marcha por meio do emprego de recursos públicos, mediante processos decisórios transparentes, inclusivos e abertos ao acompanhamento, críticas e apelações da sociedade civil e à fiscalização regular dos órgãos de controle do Estado. Quanto às suas finalidades, a comunicação pública existe para promover o bem comum e o interesse público, sem incorrer ainda que indiretamente, na promoção pessoal, partidária (do partido do governo), religiosa ou econômica de qualquer pessoa, grupo, família, empresa, igreja ou outra associação privada (BUCCI, 2015, p. 69).

Contudo, o que vemos na prática - e mostraremos isso adiante - é uso da comunicação pública como fim em si. Não é mais uma comunicação que se presta a dar publicidade às obras e serviços que foram feitos. “São as obras que, se necessárias ao projeto de comunicação, ilustram e dão materialidade à imagem que a autoridade pretende forjar de si mesma” (BUCCI, 2015, p. 181). Obras e programas de governo são pensados como parte de um projeto de comunicação e criação de uma imagem pública do político. Esse é um dos motivos pelo quais a propaganda eleitoral pouco se difere da comunicação oficial de um governo ou político, fazendo com que a voz oficial de seus mandatos seja apenas um prolongamento do seu programa eleitoral (BUCCI, 2015). Por conseguinte, ao trazermos o discurso eleitoral à tona, temos enunciados quase que exclusivamente voltados para a propaganda. “A identidade do político se transmuta em marca ‘vendável’. Quanto mais ‘vendável’, mais eficiente será o seu discurso” (BUCCI, 2015, p. 183).

## **7.2 O *corpus* na Língua de Vento**

Com base no que foi exposto até aqui, podemos delimitar a aproximação que defendemos em nossa dissertação, de que, ao se juntarem, jornalismo e política deslocam seus dizeres e se aproximam da linguagem publicitária. Entendemos o discurso publicitário, chamado aqui de “Língua de Vento”, termo cunhado pelo filósofo Régis Debray, como uma produção discursiva dos acontecimentos na qual reina a “performatividade em que os gestos e as declarações substituem as práticas” (ORLANDI, 2017, p. 130). É uma fala que “flutua”, não possui uma ancoragem na materialidade.

A Língua de Vento faz emergir novas sensibilidades languageiras por meio de um rompimento com o modo tradicional de expressão política (BRAGA, 2012). Courtine (2011)

irá ironizar que a Língua de Vento é o casamento entre a Coca-cola e Marx, no sentido de que se trata de um “recobrimento das discursividades políticas tradicionais pelas formas breves, vivas e efêmeras do discurso publicitário” (COURTINE, 2011, p. 147). Todo aquele aparato pesado e burocrático que funciona para mascarar as reais condições de produção é substituído por um *slogan*, um cartaz ou um panfleto.

É importante destacar o contexto no qual Debray cunha esse termo. Ele se referia às manifestações de maio de 1968 na França. Esses protestos representaram o fim da uma língua sólida, politicamente estável, uma língua de madeira. Capitalismo e mídia operavam a espetacularização do discurso político.

Desse modo, a revolta estudantil atuou em uma modernização política e cultural ao sabor do capitalismo, fazendo funcionar a grande mídia num processo de incitação publicitária da linguagem política. **É assim que o vento se sobrepõe à madeira: pela ação de formas que perderam sua solidez em nome da fluidez publicitária** (BRAGA, 2012, p. 147, grifo nosso).

Esse mesmo mecanismo que transforma o político em um produto publicitário/midiático, também pensa as obras, serviços e direitos fundamentais da população em produtos. Não se sabe mais se é um direito fundamental da sociedade, uma conquista administrativa ou uma benesse do político A ou B. Serviços públicos disputam espaço em propagandas utilizando a mesma linguagem que os comerciais de carros, refrigerantes ou marcas de calçado. Esse tipo de publicidade, apesar de prestar um serviço público ao dar transparência aos atos do governo, busca, lançado mão de todos os recursos publicitários possíveis, tornar evidente para o público que aquele direito lhe foi concedido por um grande benfeitor. “A condição de mercadoria reveste mesmo o mais elementar dos direitos, pois até mesmo eles, os direitos, se não forem bem ‘vendidos’ não serão assimilados” (BUCCI, 2015, p. 183). A comunicação pública torna direitos em mercadorias e conta com a Língua de Vento que torna esse discurso menos preocupado com o “caráter hermético das línguas de madeira e mais comprometidos com a leveza das línguas de vento” (BRAGA, 2012, p. 390).

Insistir nesses enunciados aponta para a formação de uma memória específica: a de que os direitos são benefícios, produtos, um “bônus” oferecido por votar no político A e não no B. Por conseguinte, ao fixarmos esse tipo de enunciado, deixamos de dizer diversos outros. Não é dito que os direitos são inalienáveis, fundamentais. De que um projeto de governo vai além de interesses privados e discursos publicitários. De que um político jamais conseguirá representar toda uma população, mas que deve atuar pelo bem comum de todos. Há indícios nesse tipo de enunciado de uma política do silêncio. “A política do silêncio se define pelo fato de que ao

dizer algo, apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada” (ORLANDI, 2007, p. 73). Se diz “X” para não dizer “Y”.

Um novo cartão postal toma forma, recebendo a aprovação de moradores e comerciantes instalados ao redor de uma das principais avenidas da cidade. Em aproximadamente 7 km de extensão, que permite o acesso a 26 bairros da região Norte, a avenida Eduardo Andrea Matarazzo (Via Norte) recebe significativas **benfeitorias**, que transformam o local em uma nova opção de lazer para a população [...] ‘A Via Norte **está ganhando** um novo formato, moderno e inovador, que proporcionará a população mais uma opção de lazer e prática de esportes’, **explica** a prefeita Dárcy Vera (MORADORES, 2012, grifo nosso).

É “explicado” pela prefeita que um bairro periférico “ganhou benfeitorias” ao ter uma avenida reformada, para não dizer que esse era um direito da população. Ao mencionarmos o verbo “ganhar” fica difícil não lembrarmos da análise profunda feita por Michel Pêcheux (2015) sobre o termo “*on a gagné*”, “ganhamos”.

o enunciado ‘*On a gagné*’ [‘Ganhamos’] é profundamente opaco: sua materialidade léxico-sintática (um pronome ‘indefinido’ em posição de sujeito, a marca temporal-aspectual de realizado, o lexema verbal ‘*gagner*’ [‘ganhar’], a ausência de complementos) emerge nesse enunciado uma rede de relações associativas implícitas - paráfrases, implicações, comentários, alusões, etc. - isto é, uma série heterogênea de enunciados, funcionando sob diferentes registros discursivos, e com uma estabilidade lógica variável (PÊCHEUX, 2015, p. 23).

Esse enunciado opaco “ganhar”, que pode se relacionar com uma partida esportiva, um prêmio inesperado, uma vitória sobre os oponentes, mas, é dito “ganhar” para não dizer “recebe o que é seu por direito”. “Ganhar” eleva o trabalho rotineiro de zeladoria urbana ao *status* de uma vitória sobre os oponentes, de uma benesse inesperada entregue à população. Podemos ver uma estratégia semelhante em outro ponto.

Foi publicado no Diário Oficial do Município desta terça-feira, dia 10, resolução da prefeita Dárcy Vera, que determina o pagamento de todos os fornecedores que tenham valores de até R\$ 65 mil para receberem referente ao exercício de 2014. Serão beneficiadas com a medida 258 empresas. **‘Eu assumi o compromisso de pagar todos os fornecedores do município e vou cumprir’**, afirmou a prefeita Dárcy Vera (PREFEITA, 2015a, grifo nosso).

Nesse recorte, a Prefeita traz para si a responsabilidade de pagar os débitos pendentes com os fornecedores do município. Nota-se que há um problema: falta de pagamento dos fornecedores. Um problema sério da administração municipal que passa, também, pela prefeita. Contudo, há um efeito discursivo que, de certa forma, age de maneira semelhante ao que foi exposto por Conein (2016), ao identificar um coletivo e fazer desse coletivo a fonte de uma demanda. Ao dizer “eu assumi” e “[eu] vou cumprir”, ela personaliza a resolução do problema

e atende à demanda dos fornecedores. O uso do pronome “eu” (eu, Dárcy Vera), ao invés do “nós” (nós, a administração pública/prefeitura), tem um motivo. Nesse caso, a própria Prefeitura, enquanto instituição, permanece culpada pelo atraso, mas a prefeita - se colocando acima/além da própria instituição que a define - resolverá esse problema, recebendo todos os louros pela solução. Tomemos mais um exemplo:

O pouco que **pudemos fazer** nestes primeiros seis meses - salientou Gasparini - foi garantir vaga para todas as crianças no ensino fundamental. A partir deste segundo semestre nossa grande preocupação vai ser a qualidade do ensino e, nesse sentido, vamos introduzir a chamada avaliação do ensino fundamental. **Se Deus quiser**, nesses próximos 30 dias, **espero dar boas notícias; vou dar prioridade absoluta** a esse setor porque eu sei o drama de uma mãe operária que precisa trabalhar e não tem onde deixar o seu filho; **vou ampliar** o número de vagas nas creches não só fazendo ampliações nas já existentes mas também construindo novas em bairros onde elas ainda não existem. Apesar das dificuldades financeiras enfrentadas **pela Prefeitura**, vamos fazer o máximo possível para enfrentar esse problema (PREFEITO, 2005, grifo nosso).

É possível observar nesse recorte do prefeito Welson Gasparini um passo além do que foi dado por Dárcy, no sentido de apagar os rastros da figura do sujeito-prefeito quando há um problema e de trazê-lo à tona quando se expõe a solução. Gasparini faz um balanço do primeiro semestre de mandato em 2005 em relação à educação infantil. Ao introduzir o problema, ele apela para sua raiz cristã - e também da maioria da população - e cria um enunciado, no mínimo, dúbio. “Se Deus quiser”, por mais que, comumente seja utilizado como força de expressão, ao se evocar Deus na prática política temos alguns dizeres latentes: o político reforça sua fé para a população; o político dá a entender que Deus está “do lado” dele, da população e daquela cidade, o que o coloca em uma posição de pureza, de predestinado. Por outro lado, também lança mão de uma ininteligibilidade, por parte da humanidade, dos planos divinos. Ou seja, caso a promessa não seja cumprida, ainda assim, esse atraso faz parte dos planos de Deus. O que retira, em parte, o peso da responsabilidade de quem promete. A seguir, vemos o mesmo funcionamento usado no discurso de Dárcy: “o pouco que pudemos fazer”, quando a frase se refere a um problema e “vou dar prioridade absoluta a esse setor”, quando é apresentada a solução. Mais um recorte, dessa vez, sobre as obras antienchentes.

**Tenho** uma verba de R\$ 3 milhões, concedida pelo governador Geraldo Alckmin e uma verba, ainda em expectativa, da venda de um terreno no centro da cidade, autorizada pela Câmara Municipal, no qual seria construído o chamado ‘Vale dos Rios’, do qual o próprio prefeito da época desistiu do projeto por considerá-lo inviável. Estamos vendendo essa área para aplicar o dinheiro no combate às enchentes (GASPARINI, 2006b).

Quem “tem” a verba não é o prefeito Gasparini, mas sim, o município. O sentido que se cria é o de que o dinheiro foi entregue pelo governador nas mãos do prefeito para que ele pudesse entregar a obra para a população. Tais discursos apontam, como foi dito, para a mercantilização de um direito público. A ideia de que uma obra, um serviço ou um direito são oferecidos ao povo como um produto, algo que não era deles por direito, mas que um “salvador” o entregou. A repetição desses enunciados sedimenta essa memória no imaginário coletivo. Como já exposto em capítulos anteriores, em AD a memória não é entendida apenas como a memória psicológica, mas como “uma memória que supõe o enunciado inscrito na história” (BRANDÃO, 2012, p. 96). A memória de uma sociedade é um processo histórico “resultante de uma disputa de interpretações” (MARIANI, 1998, p. 34). Tem-se como objetivo a naturalização de um sentido, tornar “evidente” um determinado discurso ou Formação Discursiva. Não obstante, essa regularização permanece, porém, suscetível a ruir sob o peso de um acontecimento discursivo (PÊCHEUX, 2020). A memória tende a absorver o acontecimento e, assim como em uma série matemática, ela é prolongada recalculando o termo seguinte em vista do começo da série, “mas o acontecimento discursivo, provocando interrupção, pode desmanchar ‘regularização’ e produzir retrospectivamente uma outra série sob a primeira” (PÊCHEUX, 2020, p. 49).

Vamos analisar, algumas repetições que surgiram enquanto realizávamos a seleção dos recortes para esta pesquisa. O pronome pessoal “eu” aparece com frequência, principalmente, como sujeito oculto nos enunciados. O uso desse pronome surge, geralmente, quando o tema é benéfico ao sujeito do discurso. Quando ele cobra uma resolução de outro poder ou de outro ente federativo (legislativo cobrando Executivo, prefeita cobrando governador etc.). Ou seja, os políticos analisados utilizam o “eu”, quando exercem funções básicas de seus cargos, quando entregam obras e serviços para a população. Aproxima, portanto, a benfeitoria de seus nomes. “Eu entreguei isso” ou “Eu cobre aquilo”. Destacaremos entre colchetes os enunciados em que o sujeito é oculto.

Quadro 1 - Uso do pronome “eu”

<b>USO DO PRONOME “EU”</b>
----------------------------

<b>Dárcy Vera</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• [Eu] Venho pedido constantemente ao governador maior atenção para a cidade em relação à segurança pública. Precisamos traçar iniciativas de combate à violência na cidade.</li> <li>• [Eu] Quero que os secretários da Fazenda e de Negócios Jurídicos elaborem este estudo com urgência, pois tenho pressa com esta questão.</li> <li>• [Eu] Pedi um parecer da Secretaria de Negócios Jurídicos e Secretaria da Fazenda para verificar se poderia abrir mão do ISS para desonerar a tarifa.</li> <li>• Além disso, estou em contato com prefeitos de várias cidades que também estão buscando a desoneração da tarifa, para buscar ações que possamos aplicar em Ribeirão Preto.</li> <li>• [Eu] Vou analisar cada item desta pauta e depois voltaremos a conversar.</li> <li>• Eu assumi o compromisso de pagar todos os fornecedores do município e vou cumprir.</li> </ul>
<b>Welson Gasparini</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Como prefeito municipal, eu não poderia faltar quando o Banco do Brasil entrega a nossa cidade quatro agências de uma vez só.</li> <li>• [Eu] Fiz questão de participar dessa doação para demonstrar o meu agradecimento ao trabalho desenvolvido por vocês aqui da Creche Casa de Emanuel.</li> <li>• [Eu] Tenho uma verba de R\$ 3 milhões, concedida pelo governador Geraldo Alckmin.</li> <li>• [Eu] Estou preocupado com essa questão, pois precisamos decidir de uma vez por todas se o aeroporto é bom ou não para a cidade.</li> <li>• É com satisfação que [Eu] participo desta solenidade. Fiz questão de estar presente para demonstrar o meu apreço, como prefeito municipal, por este projeto.</li> <li>• [Eu] Sei da importância que é conquistar um teto e por isso mantenho a habitação entre as prioridades de meu governo.</li> </ul>
<b>Maurílio Romano</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Após 10 anos batalhando, com muito foco [Eu] vejo um projeto tão importante como esse prestes a ser concretizado. É uma realização como parlamentar e como morador de Ribeirão Preto.</li> <li>• A cada negativa eu me empenhava mais.</li> <li>• [Eu] fiquei muito feliz com a declaração da presidente Dilma. Na verdade, este é um dos pleitos mais justos, não meu, mas de milhares de jovens.</li> <li>• [Eu] Acredito que Ribeirão tenha total condição de receber esse investimento e fiz questão de destacar essa visão para a presidente.</li> <li>• São indicações para obras que [Eu] acredito serem de extrema importância para o desenvolvimento de nossa cidade.</li> </ul>
<b>Jean Corauci</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Eu espero devolver este acolhimento em forma de trabalho, respeito e perseverança para esta cidade.</li> <li>• [Eu] Espero que o prefeito tenha sensibilidade e garanta este benefício para os milhares de idosos usuários da Área Azul.</li> <li>• [Eu] Vou continuar fiscalizando e cobrando a prefeitura para que a solução seja imediata. Não podemos tolerar que famílias sejam prejudicadas por um problema formal da Cohab.</li> <li>• [Eu] Acionei o Ministério Público porque a Prefeitura não se movimentou e mais de 500 pessoas estão sendo prejudicadas com essa situação.</li> <li>• Com a participação do Ministério Público, [Eu] tenho certeza que conseguiremos uma solução rápida.</li> </ul>



Fonte: elaborado pelo próprio autor

Ora, o que seria essa prática de “colar” seus nomes às benfeitorias - sempre respaldados pelo funcionamento da forma-jornalismo que cria essa ilusão de “imparcialidade” - se não uma tentativa de sedimentar uma memória discursiva? Lembremos que o sujeito na AD se funda no esquecimento de que ele é um ser de linguagem, resultante de um processo. Esse jogo de esquecimentos mascara todos os discursos já-ditos, da memória, todas as Formações Ideológicas pré-construídas, ao mesmo tempo em que alimenta o discurso (re)produzido pelo sujeito e fornece a ilusão de autoria (MARIANI, 2006). Nesse caso, são mascaradas as práticas institucionais mais básicas: um prefeito não “tem” a verba, quem a tem é o município. Um prefeito não “paga” os servidores, quem paga é a Fazenda por meio do Tesouro. E, claro, são mascaradas todas as condições de produção dos discursos desses políticos, as suas trajetórias, de suas famílias, das elites, da mídia e dos aparelhos de estado que os sustentam. O “eu vou fazer” apaga todo o já-dito e aponta para um novo significado, um significado implícito, “óbvio”. “A memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem reestabelecer os “implícitos” (PÊCHEUX, 2020, p. 48). A Língua de Vento da publicidade varre todos esses dizeres e funcionamentos burocráticos. Reforça a ilusão da simplicidade e do discurso cristalino.

Analisaremos a seguir o uso de outro pronome que apareceu em nosso corpus, mas em menor escala do que o “eu”.

Quadro 2 - Uso do pronome “nós”

USO DO PRONOME “NÓS”	
<b>Dárcy Vera</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• [Nós] Temos um projeto global para combater as enchentes em Ribeirão Preto, elaborado a partir de uma visão ampla do problema.</li> <li>• Nesse projeto [Nós] vamos contar a história de Ribeirão Preto, com a força do café, as estradas de ferro e a influência francesa em nossa cidade.</li> <li>• [Nós] Vamos trabalhar com muita austeridade para garantir o pagamento dos fornecedores e dos funcionários.</li> <li>• Nós chegamos ao máximo que a administração tinha condições e estamos trabalhando no limite da Lei de Responsabilidade Fiscal.</li> </ul>
<b>Welson Gasparini</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Com esta providência, [Nós] acreditamos poder reduzir bastante a fila de espera nesse tipo de cirurgia.</li> <li>• [Nós] Vamos fazer o máximo possível para enfrentar esse problema.</li> <li>• [Nós] Estamos ampliando e reformando todas as escolas do município e também, no que diz respeito às viaturas, estamos modernizando e adquirindo novas viaturas.</li> <li>• [Nós] Atravessamos um período difícil na Prefeitura Welson Gasparini, mas mesmo assim eu tenho procurado, com a ajuda do funcionalismo municipal.</li> </ul>

Fonte: elaborado pelo próprio autor

Sobre a aparição em menor escala do “nós”, principalmente entre os vereadores, podemos formular a seguinte hipótese com base em nossos referencial teórico e dados observados: o uso do “nós”, no geral, diz respeito a uma equipe, secretariado ou à instituição Prefeitura. Apesar de os vereadores possuírem uma equipe e integrarem a instituição Câmara, eles empregam uma visão mais personalista em seus discursos. Outro ponto que podemos destacar é um efeito contrário ao uso do “eu”. Observamos que, quando os prefeitos usam o “nós”, geralmente, se referem a um problema ou dificuldade a ser superada. Por isso, o problema é “dividido” com o restante da instituição e até a população. Esse compartilhamento do problema com o restante da administração pública não é simplesmente uma “transferência de culpa”. Como ressalta Mariani, uma instituição “atua como um ‘filtro’ na significação dos textos analisados, e, conseqüentemente, no modo como o mundo é significado” (MARIANI, 1998, p. 67). E, o que entendemos como uma instituição, é “fruto de longos processos históricos durante os quais ocorre a sedimentação de determinados sentidos concomitantemente à legitimação de práticas ou condutas sociais” (MARIANI 1998, p. 71). Quando um prefeito diz: “nós vamos fazer o máximo possível para enfrentar esse problema”, ele envolve toda a administração pública municipal. Além do que, quando falamos de Prefeituras, existem problemas e dívidas que são “herdadas” de administrações passadas. Afirmar que o governo atingiu o limite de gastos, implica tanto em uma responsabilidade dos atuais gestores, quanto em uma crítica aos anteriores. A transferência de responsabilidade, portanto, não afeta apenas os secretários e servidores atuais, mas toda a instituição Prefeitura, em seu presente e passado.

Abrimos este capítulo descrevendo as condições de produção e o funcionamento operacional das assessorias de comunicação da Câmara Municipal e da Prefeitura de Ribeirão Preto. Debateremos os conflitos existentes entre o jornalismo e a assessoria de imprensa e como eles se exacerbam na comunicação pública. Em seguida, mostramos como o uso da comunicação pública funciona como um fim em si. Não é mais uma comunicação que se presta a dar publicidade às obras e serviços que foram feitos. As obras são utilizadas pelos projetos de comunicação para dar materialidade à imagem do político construída pelas assessorias. Para debater esse caráter publicitário da comunicação pública, lançamos mão do conceito de Língua de Vento, na qual há um recobrimento das discursividades políticas tradicionais pelas formas efêmeras do discurso publicitário.

Essa Língua de Vento transpassa pelas frestas das práticas discursivas políticas e da forma-jornalismo ao mesmo tempo que as empurra para um campo diferente. Ao transformar

direitos essenciais da população em produtos vendáveis, em peças publicitárias, a Língua de Vento arrasta o jornalismo e a política para o campo publicitário. Como explicado ao longo desta pesquisa, não há dominação sem resistência. Esse vendaval publicitário não é onipotente, existem pontos de resistência e deslocamentos. Contudo, por mais que tenham tentado resistir, nem o jornalismo e nem a política estão mais no seu espaço discursivo “original”. Ao se unirem suas práticas e discursos, jornalismo e política entram no campo do discurso publicitário.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS: DESLOCAMENTO E(M) PRÁTICA

Por meio da Análise de Discurso de matriz francesa analisamos o que acontece quando o campo da política e do jornalismo se tocam. Utilizamos a AD para responder as hipóteses propostas porque nela o discurso é entendido como um objeto teórico pelo qual é possível explicar a relação da língua com a história, sendo essa, a forma mais efetiva de explicar o funcionamento do sentido (SARGENTINI; SILVA, 2005). Na primeira etapa dessa pesquisa discorreremos como a AD é um como um “grande nó”. Um local teórico no qual se entrelaçam as grandes questões sobre a língua, a história e o sujeito. Apresentamos a AD como um campo de entremeio em que se funda um referencial teórico metodológico que considera a língua e o sujeito atravessados pela instância da ideologia e do inconsciente (NOVA CRUZ; SOUSA, 2011).

Ao observarmos o *corpus*, entendemos que o viés de uma análise materialista do discurso forneceu as melhores ferramentas para o aprofundamento de nossa análise. Para tanto, descrevemos o trajeto semelhante ao que inspirou Pêcheux (2014b). Começamos em Marx (2007; 2021), depois adentramos na leitura feita da teoria marxista por Althusser (1970). Por fim, indicamos como ela serviu de base para a estruturação da teoria materialista da linguagem de Pêcheux (2014b). Ainda nessa primeira etapa, contextualizamos a contribuição da linguística para a AD. Ela inaugura a noção da não transparência da linguagem. Essa afirmação é primordial para a AD, pois mostra que a relação entre linguagem-pensamento-mundo não é tão evidente quanto aparenta ser. “Não é uma relação direta que se faz termo-a-termo” (ORLANDI, 2012, p. 19).

Para concluirmos o tripé teórico da AD, discutimos a descoberta do inconsciente, quando o conceito de sujeito – muito caro à AD – sofre uma alteração radical. A entidade homogênea passa a ser questionada diante da concepção de sujeito clivado, dividido entre o consciente e o inconsciente. Com base na leitura freudiana, Lacan recorre à linguística de Saussure e Jakobson (PÊCHEUX, 2014b). O que o autor pretende, é descrever com mais precisão o inconsciente, muitas vezes tomado como uma entidade misteriosa.

Feito esse preambulo, a pesquisa se preocupou em detalhar os conceitos oferecidos pela AD que estruturaram nosso dispositivo de leitura/análise. Explicamos conceitos centrais da AD e que seriam indispensáveis para a nossa análise, tais como: Formação Ideológica, Formação Discursiva, interdiscurso, forma-sujeito, memória e esquecimento. A seguir, apresentamos de maneira sistemática como foi realizada a seleção e recorte do *corpus* analisado. Explicitamos que os recortes foram escolhidos com base na escolha de sequências discursivas de referência.

Esse mecanismo conduziu a escolha dos textos com base nas condições de produção específicas do discurso analisado. Deixamos claro que os sujeitos analisados não respondem por si só como um elemento descolado da história de Ribeirão Preto. Todos eles são extensões da história local. São fruto de um sistema que data do século XIX, como veremos e se reinventou ao longo do século XX e XXI.

Contudo, antes de nos aprofundarmos nas condições de produção, tomamos um desvio para conceituar os tipos de discursos e práticas que iríamos analisar. Começamos pela política. Este capítulo toma como base a teoria marxista de formação do Estado, que define o estado moderno como uma instituição “inventada” pela burguesia para a manutenção dos seus interesses. Ou, como Althusser explica, toda a luta de classes gira em torno da tomada e da conservação do poder de Estado por uma determinada classe (ALTHUSSER, 1970). Desse modo, nenhuma classe pode deter o poder de Estado sem exercer, ao mesmo tempo, a sua hegemonia sobre e nos Aparelhos Ideológicos de Estado (ALTHUSSER, 1970), funcionando ao mesmo tempo – além dos limites dos AIE - há sempre a sombra da repressão, da prisão, do manicômio impostos pelos Aparelhos Repressivos de Estado para aqueles que não se adequarem às regras, ritos e dizeres pré-determinados.

A partir dessa leitura discursiva e materialista da política, nos deparamos com uma ausência de terminologia própria para os diferentes tipos de política. Detectamos dois tipos: o discurso que dá forma e garante a manutenção do Estado enquanto esse corpo criado pela burguesia e que mascara sua própria existência por meio de instituições; e o segundo funcionamento seriam as próprias instituições, a política partidária, a política feita nas sedes do Legislativo e Executivo.

Ao primeiro, que permeia todas as relações humanas e garante a existência desse Estado citado por Marx, demos o nome de Política. Já a política do “dia a dia”, nomeamos de prática discursiva política ou apenas prática política. São os ritos burocráticos que mascaram a Política. Por fim, mostramos quais são as principais estratégias discursivas utilizadas na prática política. Como o sujeitos político-institucionais do Estado enunciam e como eles fazem para falar com/pelo povo. Implicando na criação de uma imagem, um determinado imaginário.

No capítulo seguinte, analisamos e conceituamos a noção de “discurso jornalístico”. Nesta seção nos deparamos com um outro dilema teórico: de se apontar o que seria “discurso jornalístico”. Entendemos que o jornalismo como um lugar por onde passam discursos e dizeres. Ao invés de caracterizarmos o discurso jornalístico como uma unidade cristalizada, iremos analisa-lo como prática discursiva (MARIANI, 1999). São práticas, modos de se fazer,

ritos e modos de se comunicar. A junção dessas práticas cria o que chamamos de forma-jornalismo.

Adiante, debatemos a noção de “verdade no jornalismo”. Observamos que a verdade vendida pelos jornais não é prontamente aceita pela sociedade sem antes passar pelo filtro da memória e do percurso que aquela sociedade percorreu até aquela notícia. Apesar de oscilar conforme a época, a credibilidade da mídia sempre foi e continuará sendo questionada. Atualmente, há um ataque sistemático que mina ainda mais essa noção de verdade. Apesar disso, o jornalismo segue sendo, um dos raros campos das Ciências Humanas, que se agarra à noção de Verdade. Seja para legitimar determinada prática, tentando passar ao público que aquele texto foi apurado e revisado antes de ser público; ou, simplesmente, para vender mais.

Após essa conceituação, apresentamos as condições materiais de produção das práticas políticas e da forma-jornalismo em Ribeirão Preto. Mostramos como essas práticas estão incrustadas na política ribeirão-pretana desde o século XIX. Para estruturar esse capítulo, nos baseamos na contribuição do livro “O cajado de mentor: mídia, eleições e coronelismo eletrônico no Brasil” (SANTOS; SANTOS, 2017) que divide a política de Ribeirão Preto em três momentos distintos: a República dos Coronéis, a República dos Bacharéis e a República dos Locutores.

Com o passar do século XX e o declínio da produção de café, o poder político-econômico das oligarquias foi se dissolvendo com as transformações econômicas e sociais (ABRANCHES, 2018, p. 23). Para se adaptar às novas demandas, os sucessores dos antigos barões oligarcas se ligaram a segmentos da indústria, comércio, bancos, passando a financiar candidatos e veículos midiáticos. Mostramos como a política e a mídia atual são apenas o resultado dessas condições de produção iniciadas no século XIX. O poder político e midiático segue restrito a pequenos grupos da elite.

Por fim, analisarmos o ponto de encontro entre a forma-jornalismo, práticas políticas, Política e as condições de produção do jornalismo e política local: a comunicação pública. Para tanto, mostramos as condições de produção e os propósitos dos canais oficiais de comunicação da Câmara Municipal e da Prefeitura de Ribeirão Preto; além de apresentarmos as especificidades da função do assessor de imprensa e suas diferenças com o jornalista.

A partir desse ponto, discutimos como a comunicação pública transforma direitos essenciais em mercadorias e conta com a égide da prática discursiva jornalística, empregado por suas assessorias, como ferramenta principal de mascaramento das suas condições materiais de produção. Defendemos a tese de que ao trabalharem juntos, jornalismo e política deslocam

seus dizeres, desvirtuam seus fundamentos e se aproximam da linguagem publicitária. Para tanto, utilizamos o conceito da “Língua de Vento”, para descrever o discurso publicitário

A princípio, podemos afirmar que, com base na literatura, foi possível observar que a junção da teoria discursiva no campo jornalístico e da política - aliadas ao recorte local e temporal -, não é um tema explorado a fundo ou com vasta literatura. Pelo contrário. Esta pesquisa, por sua vez, analisou um aspecto muito específico desse ponto de encontro do jornalismo e da política.

Outro ponto que pode ser explorado a partir deste estudo é a maneira como os políticos se referem à mídia. Uma via oposta, na qual poderíamos observar de que forma esses sujeitos políticos atacam - com a precisão de quem conhece o funcionamento e os pontos fracos do jornalismo - essas instituições. Ao contrário do que foi abordado aqui (utilizar a forma-jornalismo para benefício próprio), também seria muito atual e de grande valia observar, com base no mesmo ferramental empregado nesta pesquisa, quais os efeitos dos ataques à imprensa para a prática política.

Vejamos agora, se esse percurso teórico analítico dá conta de sustentar as primeiras hipóteses levantadas no capítulo 3 “Metodologia, *corpus* e limites”.

A comunicação pública em Ribeirão Preto utiliza as práticas e a forma-jornalismo em seus enunciados para legitimar práticas políticas

Levando em consideração todo o percurso teórico que seguimos desde o início desta dissertação, podemos destacar o capítulo 7 “Gestos de leitura: jornalismo + política = publicidade”, como um ponto chave para responder a essa hipótese. Após detalharmos o funcionamento da forma-jornalismo, das práticas políticas e de maneira demorada, as condições materiais de produção do jornalismo e política ribeirão-pretana conseguimos chegar a uma conclusão. Primeiramente, devemos lembrar da estrutura básica do jornalismo, contendo título, subtítulo, lead, desenvolvimento e aspas (discurso relatado). Uma técnica que, se bem utilizada, cria a ilusão de que o jornalista ideal seria capaz de manipular, domar, cercar a linguagem de tal forma, que seu relato sobre um acontecimento seria completamente fidedigno, sem margem para interpretações. Essa mesma estrutura foi vista na grande maioria dos textos analisados por esta pesquisa. Vejamos um recorte à título de ilustração:

Maurílio Romano preside primeira Audiência Pública sobre a LDO que suprimiu emenda do Executivo [...] A Comissão Permanente de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle da Câmara Municipal de Ribeirão Preto realizou na noite desta quarta-feira, 26/5, a primeira audiência pública para discutir com a população emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) (MAURÍLIO, 2010).

Essa estrutura elementar do jornalismo surge nos textos veiculados como comunicação pública por alguns motivos. Em primeiro lugar, por que, como exposto, os profissionais que integram as assessorias de imprensa no Brasil são jornalistas de formação. E, apesar de atuarem “do outro lado do balcão”, foram formados dentro de uma FD específica. Dentro de um caráter institucional do jornalismo (MARIANI, 1998). Ou seja, certos dizeres e modos de produção são comuns a todos. Podemos comparar esse efeito com a Teoria Organizacional, na qual as experiências, o vocabulário próprio e ritos dos jornalistas afetam a maneira como um jornalista é formado e exerce sua atividade. “As notícias têm uma estrutura de valores que são compartilhados pelos jornalistas entre si, embora carreguem ecos de interação com a sociedade” (PENA, 2020, p. 141). Existem frases, construções e modos de significar que são “evidentes” e que “todo jornalista deve saber/seguir/fazer”. Em outras palavras, todos os textos de assessorias de imprensa analisados seguem uma estrutura semelhante porque foram escritos sob a pena da mesma FD.

Em segundo lugar, porque a forma-jornalismo fornece uma ilusão de credibilidade, maior do que seguir com o discurso de campanha, com claro apelo publicitário. Além disso, o discurso publicitário, a Língua de Vento, possui menos afinidade com o discurso jurídico e da administração pública, que são discursos mais sólidos e presos às estruturas da Política.

O discurso publicitário tem mais afinidade com a assessoria de imprensa. Vale ressaltar, que tanto o jornalismo quanto as assessorias de imprensa são regidos pelo mesmo código de ética. Porém, existem alguns dilemas incontornáveis. Em seu artigo 4º, o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (FENAJ, 2007) determina que os profissionais possuam compromisso com a verdade no relato dos fatos e que efetuem uma “precisa apuração” dos acontecimentos. Se essa regra fosse aplicada ao assessor de imprensa ele deveria analisar as propostas do candidato rival antes de divulgar que a político para qual ele trabalha é realmente o melhor?

Nesse ponto, fala mais alto a veia publicitária, isso porque, “o objetivo do assessor de imprensa é cultivar e difundir a boa imagem daquele que o contrata” (BUCCI, 2009, p. 95). Ora, então qual seria a função de uma área como o jornalismo que, em teoria, deveria revelar situações desconcertantes para os detentores de poder? Como abordamos no capítulo 5 “Forma-jornalismo: práticas e discursos”, a noção de “verdade jornalística”, carrega consigo uma memória discursiva que remete à credibilidade e a um modo de produção específico do jornalismo. De modo que essa verdade foi lapidada e poder ser aferida pelo público. Para contornar determinados problemas éticos, utiliza-se o a forma-jornalismo para conferir uma ilusão de credibilidade ao texto e ao político que está sendo beneficiado por ele. Essa discussão nos direciona para a nossa segunda hipótese:



Ao trabalharem juntos, jornalismo e política deslocam seus dizeres, desvirtuam seus fundamentos e se aproximam da linguagem publicitária.

Deslocar um discurso ou determinada FD exige um esforço considerável. Existem deslocamentos momentâneos, típicos de um discurso polêmico, de uma polissemia logo regularizada como destacamos durante a análise do *corpus*, esse espaço discursivo utilizado pela comunicação pública, não é mais uma comunicação que se presta a dar publicidade às obras e serviços que foram feitos. As obras são utilizadas pelos projetos de comunicação para dar materialidade à imagem do político construída pelas assessorias.

A publicidade dos atos públicos adota um caráter mercadológico, desloca seus significados de “dar publicidade aos atos” para “promover os atos”. Essa diferença de termos é central nessa análise. Dar publicidade aos atos públicos é um dever constitucional dos governantes. Por outro lado, “promover” um ato público vai além desse dever. Entende-se que um passo além foi dado.

A linguagem institucional da administração pública, padronizada, publicada no Diário Oficial dá lugar a algo mais efêmero. *Slogans*, cartazes e formatos publicitários utilizados pelo mercado. A inauguração de uma ponte passa a ser anunciado com os mesmos recursos discursivos de um tênis da moda. A Língua de Vento da publicidade passa a operar no local dessa linguagem institucional, dura, de madeira.

Notamos que esse era um campo diferente do que o jornalismo e a política costumavam ocupar, porque os discursos analisados apontam para algo que se difere de uma prática “pura” dessas áreas. Ao longo desta pesquisa, assumimos que há uma heterogeneidade no sujeito, nas práticas, nos discursos e nas FDs. Segundo Authier-Revuz (1990), o discurso é constitutivamente heterogêneo, “pois um discurso só se constitui a partir de e em relação a outro(s) discurso(s)” (BELO, 2016, p. 841). Ademais, segundo Pêcheux, a noção de FD “explode” a noção de uma “máquina estrutural fechada”, na medida em que:

o dispositivo da FD está em relação paradoxal com seu ‘exterior’: uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é **constitutivamente ‘invadida’ por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD) que se repetem** nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais (por exemplo, sob a forma de ‘pré-construídos’ e de ‘discursos transversos’) (PÊCHEUX, 2014a, p. 310).

Se valendo da forma-jornalismo, a Língua de Vento empurra as práticas políticas e também a forma-jornalismo para um campo diferente; o da publicidade. Entendemos que esse vendaval publicitário não é onipotente, assim como nenhum discurso o é. Por mais que tenham tentado resistir, nem o jornalismo e nem a política estão mais no seu espaço discursivo

“original”. Ao se unirem suas práticas e discursos, jornalismo e política entram no campo do discurso publicitário.

Quando jornalismo, a publicidade e a política se encontram há um poderoso “canhão ideológico”. A política traz consigo a ideologia e o poder de estado pela. O jornalismo se encarrega do verniz da credibilidade e “verdade”. E a publicidade acrescenta e as técnicas mercadológicas e de criação de demanda. Com isso, mantém-se as estruturas econômicas e de poder, criam-se mitos e os vendem com a ilusão de que não há outra forma de se resolver aquele problema, de se falar sobre determinado tema.

## REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, S. **Presidencialismo de coalização**: raízes do modelo político brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- ACHARD, P. Memória e produção discursiva do sentido. *In*: ACHARD, P.; DAVALLON, J.; DURAND, J.; PÊCHEUX, M.; ORLANDI, P. **O papel da memória**. Campinas: Pontes Editores, 2020. p. 13-23.
- ADORNO, G. Os vlogs e a identificação paradoxal dos criadores de discurso. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, n. 37, p. 257-292, 2016. Disponível em: <https://philarchive.org/archive/ADOOVE>. Acesso em: 20 abr. 2022.
- ALTHUSSER, L. **Ideologia e Aparelhos de Estado**. Lisboa: Presença, 1970.
- ANTÍSERI, D; REALE, G. **História da Filosofia**: de Freud à Atualidade. Ribeirão Preto: Editora Paulus, 2004.
- ARBEX, J. **Showrnalismo**: a notícia como espetáculo. São Paulo: Casa Amarela, 2001.
- AUTHIER-REVUZ, J. O estrato meta-enunciativo, lugar de inscrição do sujeito em seu dizer: implicações teóricas e descritivas de uma abordagem literal. O exemplo das modalidades irrealizantes do dizer. Tradução de Maria Cristina Batalha. **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 22, p. 33-63, 2008. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/matraga/article/view/27906/0>. Acesso em: 5 jul. 2021.
- AUTHIER-REVUZ, J. Palavras mantidas a distância. *In*: CONEIN, B.; COURTINE, J.; GADET, F.; MARANDIN, J.; PÊCHEUX, M. (org.). **Materialidades discursivas**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016, p. 201-225.
- BELO, J. Os efeitos de sentido das formas do discurso relatado em notícias. **Estudos Linguísticos**, São Paulo. p. 840-855, 2016. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/678/1070>. Acesso em: 05 jul. 2021.
- BERTASSI, J. **Discurso e(m) imagem sobre o feminino**: o sujeito nas telas. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Departamento de Psicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2010.
- BRAGA, A. Análise do Discurso: novos olhares. **Eutomia**, v. 1, n. 9, p. 381-393, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/EUTOMIA/article/view/956/735>. Acesso em: 20 abr. 2022.
- BRANDÃO, H. **Introdução à Análise do Discurso**. 3. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2012.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967**. Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Municípios. Brasília, 1967. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/103343/decreto-lei-236-67>. Acesso em: 07 jul. 2021

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996**. Brasília, 1996. Disponível em: [https://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/saudelegis/cns/1996/res0196\\_10\\_10\\_1996.html](https://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/saudelegis/cns/1996/res0196_10_10_1996.html). Acesso em: 21 mar. 2020.

BRASIL. **Portaria interministerial nº 140, de 16 de março de 2006**. Disciplina a divulgação de dados e informações pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, por meio da rede mundial de computadores- internet, e dá outras providências. Brasília, 2006. Disponível em: [http://www.comprasnet.gov.br/legislacao/portarias/p140\\_06.htm](http://www.comprasnet.gov.br/legislacao/portarias/p140_06.htm). Acesso em: 17 abr. 2022.

BUCCI, E. **Imprensa e o dever da liberdade**. São Paulo: Contexto, 2009.

BUCCI, E. **O estado de narciso**: a comunicação pública a serviço da vaidade particular. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

BUCCI, E. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO. **Nova Câmara Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto, 2020. Disponível em: <http://www.camararibeiraopreto.sp.gov.br/JW34/>. Acesso em: 21 mar. 2020.

CARREIRA POLÍTICA. **Dárcy Vera**, 2021. Disponível em: <http://darcyvera.blogspot.com/>. Acesso em: 19 jul. 2021.

CASTRO, D. Bilionário da educação compra afiliadas de Band, Record e rádio NovaBrasil FM. **Notícias da TV**, 2020. Disponível em: <https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/mercado/bilionario-da-educacao-compra-afiliadas-de-band-record-e-radio-novabrasil-fm-44490?cpid=txt>. Acesso em: 19 jul. 2021.

CHINEM, R. **Assessoria de imprensa**: como fazer. São Paulo: Sumus, 2003.

CONEIN, B. Descrever um acontecimento político. *In*: CONEIN, B.; COURTINE, J.; GADET, F.; MARANDIN, J.; PÊCHEUX, M. (org.). **Materialidades discursivas**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016. p. 87-102.

CONHEÇA a TV Câmara. **Câmara Municipal de Ribeirão Preto**, 2015. Disponível em: <https://www.camararibeiraopreto.sp.gov.br/tv-camara.php>. Acesso em: 19 jul. 2021.

COORDENADORIA de Comunicação Social. **Prefeitura da cidade de Ribeirão Preto**, 200-? Disponível em: <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/comunicacao-social/a-coordenadoria-de-comunicacao>. Acesso em: 19 jul. 2021.

CORAUCI NETO. **Jean Corauci**, Ribeirão Preto, 201-. Disponível em: [http://www.jeancorauci.com.br/p/corauci-neto\\_21.html](http://www.jeancorauci.com.br/p/corauci-neto_21.html). Acesso em: 19 jul. 2021.

CORAUCI SOBRINHO, Valdemar. **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil** (FGV CPDOC), 20-- Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/corauci-sobrinho-valdemar>. Acesso em: 19 jul. 2021.

COSTA, N. Dialogismo e análise do discurso: alguns efeitos do pensamento bakhtiniano nos estudos do discurso. **Linguagem em (Dis)curso - LemD**, Tubarão/SC, v. 15, n. 2, p. 321-335, maio/ago. 2015. DOI: 10.1590/1982-4017-150207-1215

COURTINE, J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCAR, 2009.

COURTINE, J. Discurso e imagens: para uma arqueologia do imaginário. Tradução de Carlos Piovezani. In: PIOVEZANI, C.; CURCINO, L.; SARGENTINI, V. (org.). **Discurso, semiologia e história**. São Carlos, SP: Claraluz, 2011. p. 145-162.

COURTINE, J.; MARANDIN, J. Que objeto para a análise de discurso? In: CONEIN, B.; COURTINE, J.; GADET, F.; MARANDIN, J.; PÊCHEUX, M. (org.). **Materialidades discursivas**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016. p. 33-54.

DILMA Rousseff declara apoio à luta de Maurílio Romano por Universidade Federal. **Câmara Municipal de Ribeirão Preto**, Ribeirão Preto, 2013. Disponível em: <http://www.camararibeiraopreto.sp.gov.br/JW34/noticia/2218>. Acesso em: 14 set. 2021.

FANTINATTI, J. Personagem: José Paulino Nogueira. **Pró-memória de Campinas**, Campinas. 2007. Disponível em: <http://pro-memoria-de-campinas-sp.blogspot.com/2007/07/personagem-jos-paulino-nogueira.html>. Acesso em: 02 jul. 2021.

FENAJ. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. Vitória, 2007. Disponível em: [https://fenaj.org.br/wpcontent/uploads/2014/06/04-codigo\\_de\\_etica\\_dos\\_jornalistas\\_brasileiros.pdf](https://fenaj.org.br/wpcontent/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf). Acesso em: 02 maio 2020.

FERRARETTO, E; FERRARETO, L. **Assessoria de imprensa**: Teoria e prática. São Paulo: Summus, 2009.

GAPARINI exalta valores morais ao participar da comemoração do Dia da Bandeira no TG 02-031. **Prefeitura de Ribeirão Preto**, Ribeirão Preto, 2007a. Disponível em: <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/noticia/gasparini-exalta-valores-morais-ao-participar-da-comemoracao-do-dia-da-bandeira-no-tg-02-031>. Acesso em: 15 set. 2021.

GASPARINI recebe visita de membros da Igreja Missionária Unida dos Campos Elíseos. **Prefeitura de Ribeirão Preto**, Ribeirão Preto, 2006a. Disponível em: <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/noticia/gasparini-recebe-visita-de-membros-da-igreja-missionaria-unida-dos-campos-eliseos>. Acesso em: 08 set. 2021.

GASPARINI reitera prioridade no combate às enchentes. **Prefeitura de Ribeirão Preto**, Ribeirão Preto, 2006b. Disponível em: <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/noticia/gasparini-reitera-prioridade-no-combate-as-enchentes>. Acesso em: 14 set. 2021.

GASPARINI tranquiliza mutuários da Vila Tecnológica quanto ao pagamento das prestações. **Prefeitura de Ribeirão Preto**, Ribeirão Preto, 2007b. Disponível em: <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/noticia/gasparini-tranquiliza-mutuarios-da-vila-tecnologica-quanto-ao-pagamento-das-prestacoes>. Acesso em: 15 set. 2021.

GIANNOTTI, J. **Marx além do marxismo**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2000.

GÜNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 22, n. 2, p. 201-210, 2006.

HISTÓRIA. **Maurílio Romano**, Ribeirão Preto, 2014. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20161226092841/http://maurilioromano.com.br/historia/>. Acesso em: 19 jul. 2021.

JAVARONI, M. A “saga” do impresso em Ribeirão Preto. **Tribuna**, Ribeirão Preto, 2019. Disponível em: <http://tribunaribeirao.com.br/downloads/especialimpresso1.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2021.

JEAN Corauci mostra a grave situação da Saúde em Ribeirão Preto. **Câmara Municipal de Ribeirão Preto**, Ribeirão Preto, 2017. Disponível em: <https://www.camararibeiraopreto.sp.gov.br/JW34/noticia/3678>. Acesso em: 9 set. 2021.

JEAN Corauci. **Jean Corauci**, Ribeirão Preto, 201-. Disponível em: [http://www.jeancorauci.com.br/p/jean-corauci\\_21.html](http://www.jeancorauci.com.br/p/jean-corauci_21.html). Acesso em: 19 jul. 2021.

JORGE, S. **Mediações sonoras: o papel sócio-cultural e político do rádio em Ribeirão Preto (1937-1962)**. 2012. 272 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/103086>. Acesso em: 20 maio 2021.

KOBORI, N. **A voz da igreja no “Diário de Notícias”**: Ribeirão Preto - 1961-1967. 2017. Dissertação (Mestrado em Comunicação Midiática) - Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2017.

KUCINSKI, B. **Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Edusp, 2001.

LAGES, J. **Ribeirão Preto revisitada**. Ribeirão Preto: Nova Enfim, 2016.

LEPERA, M. Conheça quem dá nomes a ruas e avenidas de Ribeirão Preto. **A Cidade On**, Ribeirão Preto, 2016. Disponível em: <https://www.acidadeon.com/ribeiraopreto/onlist/NOT,2,2,1175455,Conheca-quem-da-nomes-a-ruas-e-avenidas-de-Ribeirao-Preto.aspx>. Acesso em: 19 jul. 2021.

LUTAR. *In*: MICHAELIS moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=chaira>. Acesso em: 15 set. 2021.

MALDIDIDER, D. **A Inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux**. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Editora Pontes, 2003.

MALUF-SOUZA, O. Entre o inconsciente e a ideologia: (r)existência como modos de existência do sujeito *In*: FARIA, D.; O. GARCIA, D. A.; GIORGENON, D.; PATTI, A. R.;

ROMÃO, L. M. A. (org.). **Textecendo discursos na contemporaneidade**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2014. p. 61-73.

MANUAL da redação: Folha de S. Paulo. **Publifolha**, São Paulo, 2005.

MARCELINO Romano Machado - Biografia. **Câmara dos Deputados**, Brasília, 201-. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/133887/biografia>. Acesso em: 15 set. 2021.

MARIANI, B. Discurso e instituição: a imprensa. **Rua**, Campinas/SP, v. 5, n. 1, p. 47-62, 2015.

MARIANI, B. **Imprensa de 1930 e memória histórica**: uma questão para a análise do discurso. 1988. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1988.

MARIANI, B. **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais (1922 - 1989). Campinas: Editora Unicamp; Rio de Janeiro: Revan, 1998.

MARIANI, B. Sentidos de subjetividade: imprensa e psicanálise. **Polifonia**, Cuiabá, v. 12, n. 1, p. 21-45, 2006. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/1078> Acesso em: 18 set. 2021.

MARX, K. **Para a Crítica da Economia Política**. Transcrição de F. Araújo. 2007. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1859/01/prefacio.htm>. Acesso em: 21 mar. 2020.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feurbach, B. Bauer e Stirner. Petrópolis: Vozes, 2021.

MAULIM, G. Difusora FM e 97.1 FM são adquiridas pelo Sistema THATHI de Comunicação. **Revide**, Ribeirão Preto, 2017. Disponível em: <https://www.revide.com.br/index.fcgi/noticias/cultura/difusora-fm-e-971-fm-sao-compradas-pelo-sistema-thathi-de-comunicacao/>. Acesso em: 19 jul. 2021.

MAURÍLIO conversa com Geraldo Alckmin e pede urgência na criação da Região Metropolitana. **Câmara Municipal de Ribeirão Preto**, Ribeirão Preto, 2017. Disponível em: <http://www.camararibeiraopreto.sp.gov.br/JW34/noticia/2468>. Acesso em: 12 set. 2021.

MAURÍLIO Romano preside primeira Audiência Pública sobre a LDO que suprimiu emenda do Executivo. **Câmara Municipal de Ribeirão Preto**, Ribeirão Preto, 2010. Disponível em: <http://www.camararibeiraopreto.sp.gov.br/JW34/noticia/840>. Acesso em: 09 set. 2021.

MAURÍLIO Romano retoma luta por fábrica da Petrobras e faz pedido à presidente Dilma Roussef. **Câmara Municipal de Ribeirão Preto**, Ribeirão Preto, 2013. Disponível em: <http://www.camararibeiraopreto.sp.gov.br/JW34/noticia/2210>. Acesso em: 16 set. 2021.

MELO, I. Análise do Discurso e Análise Crítica do Discurso: desdobramentos e intersecções. **Letra Magna**, a. 05, n. 11, 2º sem. 2009. Disponível em: [http://www2.eca.usp.br/Ciencias.Linguagem/Melo\\_ADeACD.pdf](http://www2.eca.usp.br/Ciencias.Linguagem/Melo_ADeACD.pdf). Acesso em: 11 nov. 2021.

MITTMAN, S. **Discurso e texto**: na pista de uma metodologia de análise. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DE DISCURSO, 2., 2005. Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em: <http://anaisdosead.com.br/2SEAD/SIMPOSIOS/SolangeMittmann.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2020.

MORADORES e comerciantes comemoram construção do Parque Linear da Via Norte. **Prefeitura de Ribeirão Preto**, Ribeirão Preto, 2012. Disponível em: <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/noticia/moradores-e-comerciantes-comemoram-construcao-do-parque-linear-da-via-norte>. Acesso em: 15 set. 2021.

MUNÍCIPE pede implantação de mais Academias ao Ar Livre nas praças. **Prefeitura de Ribeirão Preto**, Ribeirão Preto, 2012. Disponível em: <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/noticia/municipe-pede-implantacao-de-mais-academias-ao-ar-livre-nas-pracas>. Acesso em: 10 set. 2021.

MUNICÍPES são recebidas no Palácio Rio Branco. **Prefeitura de Ribeirão Preto**, Ribeirão Preto, 2012a. Disponível em: <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/noticia/municipes-sao-recebidas-no-palacio-rio-branco>. Acesso em: 10 set. 2021.

MUNICÍPES visitam o Palácio Rio Branco. **Prefeitura de Ribeirão Preto**, Ribeirão Preto, 2012b. Disponível em: <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/noticia/municipes-visitam-o-palacio-rio-branco>. Acesso em: 10 set. 2021.

NASCIMENTO, J. V. O Discurso Teológico como Discurso Constituinte. In: NASCIMENTO, J. V.; FERREIRA, A. **Discursos Constituintes**. São Paulo: Blucher, 2020. p. 34 -59.

NOGUEIRA, O. **Introdução à Filosofia Política**. Brasília: Senado Federal, Unilegis, 2007.

NOVA CRUZ, D.; SOUSA, L. Movimentos de Espinosa e(m) Pêcheux. **InCID**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 31-46, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42333>. Acesso em: 5 jul. 2021.

O GRUPO. **Mega Sistema de Comunicação**, Ribeirão Preto, 2000. Disponível em: <https://www.megasistema.com.br/o-grupo>. Acesso em: 10 jul. 2021.

OLIVEIRA, D. **Efeitos de sentidos em sites de pesquisa**: condições de produção do discurso eletrônico. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Departamento de Psicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2010.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 10. ed. Campinas: Pontes, 2009.



ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

ORLANDI, E. P. **Discurso em análise**: sujeito, sentido, ideologia. 3. ed. Campinas: Pontes, 2017.

ORLANDI, E. P. Nota introdutória à tradução brasileira. *In*: CONEIN, B.; COURTINE, J.; GADET, F.; MARANDIN, J.; PÊCHEUX, M. (org.). **Materialidades discursivas**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016. p. 9-16.

ORLANDI, E. P. Segmentar ou recortar? **Linguística: questões e controvérsias**, Série Estudos 10, Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba, 1984.

PARLAMENTARES afirmam que só a exposição na mídia não geral votos. **Folha de São Paulo**, Ribeirão Preto, 2011. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ribeirao/ri1508201103.htm>. Acesso em: 19 jul. 2021.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. *In*: GADET, F.; HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014a.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni P. Orlandi. 7. ed. Campinas: Pontes, 2015.

PÊCHEUX, M. O papel da Memória. *In*: ACHARD, P.; DAVALLON, J.; DURAND, J.; PÊCHEUX, M.; ORLANDI, E. P. (org.). **O papel da memória**. Campinas: Pontes Editores, 2020. p. 45-55.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Ed. da Unicamp, 2014b.

PENA, F. **Teoria do Jornalismo**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2020.

PERSONAGEM: 60 anos com Corauci Neto animado no rádio. **Tribuna**, Ribeirão Preto, 2019. Disponível em: <https://www.tribunaribeirao.com.br/site/personagem-60-anos-com-corauci-neto-animado-no-radio/>. Acesso em: 19 jul. 2021.

PETRI, V. O funcionamento do movimento pendular próprio às análises discursivas na construção do “dispositivo experimental” da Análise de Discurso. *In*: DIAS, C.; PETRI, V (org.). **Análise de Discurso em perspectiva**: teoria, método e análise. Santa Maria: Editora da UFSM, 2013. p. 39-48.

POPPER, K. **Conjecturas e Refutações**. Brasília: Editora da UnB, 1980.

PREFEITA determina pagamento de todos os fornecedores com valores a receber até R\$ 65 mil. **Prefeitura de Ribeirão Preto**, Ribeirão Preto, 2015a. Disponível em: <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/noticia/prefeita-determina-pagamento-de-todos-os-fornecedores-com-valores-a-receber-ate-r-65-mil>. Acesso em: 15 set. 2021.

PREFEITA luta para manter verbas do PAC. Prefeitura de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, 2015b. Disponível em: <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/noticia/prefeita-luta-para-manter-verbas-do-pac>. Acesso em: 13 set. 2021.

PREFEITA recebe visita de aluna que elogia ações em benefício aos animais. Prefeitura de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, 2013a. Disponível em: <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/noticia/prefeita-recebe-visita-de-aluna-que-elogia-aco-es-em-beneficio-aos-animais>. Acesso em: 10 set. 2021.

PREFEITA recebe visita de munícipes. Recebe visita de aluna que elogia ações em benefício aos animais. Prefeitura de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, 2013b. Disponível em: <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/noticia/prefeita-recebe-visita-de-municipes>. Acesso em: 09 set. 2021.

PREFEITO Gasparini prioriza a ampliação de vagas nas creches. **Prefeitura de Ribeirão Preto**, Ribeirão Preto, 2005. Disponível em: <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/noticia/prefeito-gasparini-prioriza-a-ampliacao-de-vagas-nas-creches>. Acesso em: 15 set. 2021.

PREFEITO ressalta importância da família em evento da Delegacia de Serviço Militar. **Prefeitura de Ribeirão Preto**, Ribeirão Preto, 2007. Disponível em: <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/noticia/prefeito-ressalta-importancia-da-familia-em-evento-da-delegacia-de-servico-militar>. Acesso em: 13 set. 2021.

PSDB oficializa Nogueira na busca pela reeleição em Ribeirão Preto. **A Cidade On**, Ribeirão Preto, 2020. Disponível em: <https://www.acidadeon.com/ribeiraopreto/politica/NOT,0,0,1542903,psdb+oficializa+nogueira+na+busca+pela+reeleicao.aspx>. Acesso em: 19 jul. 2021.

QUEM SOMOS. **Grupo EP**. Ribeirão Preto, 2021. Disponível em: <https://www.empresapioneiras.com.br/>. Acesso em: 10 jul. 2021.

RESULTADOS. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1996. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fol/pol/eleicao/interior.htm>. Acesso em: 19 jul. 2021.

RIBEIRÃO PRETO. **Lei nº 2.304/1969**. Dispõe sobre a organização administrativa da prefeitura municipal, cria cargos de provimento em comissão e dá outras providências. Ribeirão Preto, 1969. Disponível em: <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/legislacao-municipal/pesquisa.xhtml?lei=26561>. Acesso em: 19 jul. 2021.

RIBEIRÃO PRETO. **Lei nº 5.129/1987**. Dispõe sobre a criação da rádio emissora educativa da prefeitura municipal de ribeirão preto e dá outras providências. Ribeirão Preto, 1987. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/r/ribeirao-preto/lei-ordinaria/1987/513/5129/lei-ordinaria-n-5129-1987-dispoe-sobre-a-criacao-da-radio-emissora-educativa-da-prefeitura-municipal-de-ribeirao-preto-e-da-outras-providencias?q=5129%2F1987>. Acesso em: 19 jul. 2021.

ROBIN, R. **A memória saturada**. Campinas: Editora Unicamp, 2016.

ROCHA, P.; ZAIUTH, G. A história da consolidação da imprensa do interior no contexto da Belle Époque Paulista. **Interim**, Curitiba, v. 11, n. 11, 2011. Disponível em: <https://seer.utp.br/index.php/i/article/view/178>. Acesso em: 2 jul. 2021.

ROCHA, P.; ZAIUTH, G. **Jornalismo e modo de produção**: as transformações dos impressos no nordeste do estado de São Paulo. Campinas: Editora Unicamp, 2014.

RODRIGUES, M. Número de internautas do Brasil mais que dobra desde 2000. **Rede PSI**, 2006. Disponível em: <https://www.redepsi.com.br/2006/10/23/n-mero-de-internautas-do-brasil-mais-que-dobra-desde-2000/>. Acesso em: 19 abr. 2022.

ROMÃO, L. M. S. Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 7, n. 5, p. 56-62, ago./dez. 2004. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/download/1470/1446> Acesso em: 16 abr. 2021.

ROMÃO, L. M. S.; GARCIA, D.; FARIA, D. Paradigma indiciário, língua-concha, recorte e funcionamento: a metodologia em AD. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, n. 33, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.revistalinguas.com/edicao33/artigo4.pdf> Acesso em: 10 maio 2021.

RUIZ, M. A. A. **A recepção do Curso de Linguística Geral nos manuais de linguística brasileiros**: um acontecimento discursivo. 2015. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Centro de Educação e Ciências Humanas Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de São Carlos, 2015.

SAMPAR, R. O significado de poder na filosofia de Hannah Arendt. *In*: ALVES, F.; CASTRO, M.; OLIVEIRA, J. **Filosofia do direito II**. Florianópolis: Conpendi, 2016.

SANT'ANA, A; SOUZA, R. A Educação nas Páginas da Imprensa **Católica** (Ribeirão Preto-SP, 1949-1959). **Acta Scientiarum. Education**, v. 38, n. 2, p. 121-130, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3033>. Acesso em: 5 jul. 2021.

SANTOS, M; SANTOS, R. **O Cajado de Mentor**: mídia, eleições e coronelismo eletrônico no Brasil. Dourados, MS: Editora UFGD, 2017.

SARGENTINI, V. M. O.; SILVA, F. P. Análise do Discurso Político e a Política da Análise do Discurso. **Estudos da Língua(gem)**, Vitória da Conquista, n. 1, p. 83-90, jun. 2005. DOI: 10.22481/el.v1i1.981.

SCHIAVONI, E. Sem medo do preço da carne, caciques do PSDB e PP trocam carícias partidárias em churrascaria de Ribeirão Preto. **Portal Thati**, Ribeirão Preto, 2019. Disponível em: <https://thathi.com.br/blog/corneta-do-schiavoni/sem-medo-do-preco-da-carne-caciques-de-psdb-e-pp-trocam-caricias-partidarias-em-churrascaria-de-ribeirao>. Acesso em: 19 jul. 2021.

SECRETÁRIO cita 'conluio' e questiona firma que foi contra licitação do PAC. **G1**, Ribeirão Preto e Franca, 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2015/08/secretario-cita-conluio-e-questiona-firma-que-foi-contralicitacao-do-pac.html>. Acesso em: 15 set. 2021.

SILVA, L. Jornalismo e interesse público. *In*: SEABRA, R.; SOUSA, V. (org.). **Jornalismo Político**. Rio de Janeiro: Record, 2006. p. 45-84.

SOARES, A. S. F. **A homossexualidade e a AIDS no imaginário de revistas semanais (1985-1990)**. 2006. 238 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

SOBRE NÓS. **Rádio CMN**, 2003. Disponível em: <http://radiocmn.com.br/sobre>. Acesso em: 01 jul. 201.

TAVARES, F. **Discurso Publicitário e Consumo: uma análise crítica**. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2005.

TINCANI, D. **O cenário do rádio digital em Ribeirão Preto**, 2015. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2015.

TRIBUNAL de Contas suspende editais para obras do PAC em Ribeirão Preto. **TCESP**, Ribeirão Preto, 2015. Disponível em: <https://www.tce.sp.gov.br/6524-tribunal-de-contas-suspende-editais-para-obras-do-pac-em-ribeirao-preto>. Acesso em: 14 set. 2021.

VEREADOR Jean Corauci faz reivindicações ao Superintendente do Daerp. **Câmara Municipal de Ribeirão Preto**, Ribeirão Preto, 2017. Disponível em: <https://www.camaraibeiraopreto.sp.gov.br/JW34/noticia/3650>. Acesso em: 14 set. 2021.

VEREADOR Jean Corauci participa do Programa Ponto de Encontro. **Câmara Municipal de Ribeirão Preto**, Ribeirão Preto, 2017b. Disponível em: <https://www.camaraibeiraopreto.sp.gov.br/JW34/noticia/3654>. Acesso em: 14 set. 2021.

VERRI, O. Você Sabia? **Plataforma Verri**, Ribeirão Preto 201-. Disponível em: <http://www.plataformaverri.com.br/?local=voceSabia&mes=9&dia=2>. Acesso em: 19 jul. 2021.

WEBER, M. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

WELSON GASPARINI: o descanso do guerreiro. **Tribuna**, Ribeirão Preto, 2018. Disponível em: <https://www.tribunaribeirao.com.br/site/o-descanso-do-guerreiro/>. Acesso em: 10 jul. 2021.